

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

**ENTREVISTA
COM ANTONIO
CALLADO**

**CBD: O FUTEBOL SOB
O PESO DA POLÍTICA**

**OS GOLPES DO
PRESIDENTE
DO PALMEIRAS**

**BUENOS AIRES:
UNA TARDE
COM LAS LOCAS**



O GENERAL DA OPOSIÇÃO



Os planos de Euler Bentes Monteiro para derrotar Geisel e levar o MDB ao poder

**BRIZOLA
VOLTA
PRA QUÊ?**

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bomes da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro, Tomás Pereira, Waldemar Teixeira, Elaine Lerner, Lenora Vargas, Marco Antônio Schuster, Rafael Guimarães, Najar Tubino, Leonardo Dourado, José Onofre, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Lilian Bem David, Jorge Gallina Assis Hoffmann, Bar Derkim, Maureci Santos (editores, repórteres, diagramadores, fotógrafos), Luiz Recena Grassi (Brasília), Gilberto Pautelli (Rio), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (São Paulo), Gleizer Naves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paulo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva Dir (Alemanha), Moena Bauer (México), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), José Reis, Maria Biavaschi, Luiz Fernando Gomes (arquivo e laboratório), Sérgio Batsow, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré (arte).

Industrial

Francisco Alba (coordenador), Lindomar da Silva, Estela Mans de Carvalho, Svia Berni, Edison Ubiratan Trindade (revisão), Carlos Milton Rios (produção), Airton Azambuja, Atil Vineton Perci Dutra (fotário), Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (fotocomposição), Olmírio Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (montagem).

Administração

Fláudio Vieira da Cunha
Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Cleber Bressani

Circulação e Assinaturas

Carlos Alberto Wagner, Regina Maria Babke, Gilberto Taurino

Números atrasados

A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço

Rua Comendador Coruja, 372
CEP 91.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170 / Livro A 1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Luiz Cláudio Cunha (Secretário), Jorge Olavo de Carvalho Leite, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, José Guaraci Fraga, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Bastos, Edgar Vasques (Conselheiros de Administração)

Caixa: João Borges de Souza, Agnese Schiffino, Carlos Dornelles, Pedro Maciel, Paulo Burd (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (diretor-superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademair Vargas de Freitas, Afonso Ritter, Angela Riccardi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Anuistagace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bomes da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Paulo de Tarsó Riccardi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Lemmi Sreliavog, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Lara Schilling Pereira, Maristela Bairos, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Lara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Kintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Hélio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomerindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pautelli, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olvy Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jusara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tonello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Marioni João da Silva, Luiz Augusto Rebças de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amairi Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Trigaray, Tânia Barros, Tânia Jamaro Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueiredo, Iraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteché, Neusa Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggi, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Ribenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verliane Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcelos, Sílvia Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Elza Serrano, Jacqueline Jones, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Côes, Fernando Guedes, Neilair Rebças de Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Jiljo Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Elor da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmário Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Eneidir Cândido, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldemar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Enio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Albray, Laerte Martins, Silvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Verissimo, José Luiz Goulart Prévadi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guacyry de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre-Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabeth Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Gonçalves Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Bessio da Trindade, Rômulo Kraitza, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Teixeira, Maria da Graça Seligman, Marcelo Lopes, Ayrton Centeno Celso Augusto Schroder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Barú Derkim, Lucila Camargo e Paulo Marconi.

Associado à
AJOCOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Você lembra do caso da sinopse? É aquela história do redator da Agência Nacional que enxertou notícias falsas no resumo informativo que é enviado todas as manhãs a um seletivo grupo de pessoas do governo, inclusive o presidente da República. Pois é, faz pouco mais de mês e, no entanto, parece que foi há muito tempo. Parece que foi em outro país até. Não se sabe — nunca se saberá, provavelmente — até onde as mentiras enxertadas nas sinopses influíram na escolha do presidente nacional da Arena, Francelino Pereira, para governar Minas Gerais. Sabe-se, no entanto, que a verdade denunciada não foi suficiente para provocar mais do que a demissão do redator, talvez a peça menos importante do mecanismo. E daí em diante o caso caiu no vazio habilmente criado pelo silêncio oficial e ampliado por uma certa incapacidade de reação do país, mesmo diante de absurdos. Parece que, depois de tanto tempo injetando arbítrio, o regime tem diante de si uma sociedade sonada, sem reflexos.

De qualquer forma, o caso da sinopse demonstra melhor do que qualquer outro fato a que ponto chegou a manipulação de informações no país e como tem sido importante essa prática como instrumento auxiliar de controle social e político. Tanto se ampliaram e se rotinizaram os mecanismos para manipular o consentimento das pessoas através do controle da informação que ninguém escapa. Se nem o presidente da República está livre de ser enganado, o que esperar do leitor comum dos serviços de uma imprensa exposta a um gigantesco processo de distorção da função informativa?

Se nada se quisesse cobrar do regime militar brasileiro, duas coisas pelo menos não poderiam ser esquecidas: o brutal aprofundamento das desigualdades econômicas e a crescente deformação cultural provocada pelo medo, a censura, a supervalorização do conceito de segurança. As duas questões, de resto, são apenas os dois momentos de um mesmo sistema. Foi precisamente o êxito econômico de acumulação pelo endividamento que acelerou a deformação do jornalismo. Os anos do milagre são também, e necessariamente, os anos que transformaram a imprensa brasileira numa simples caixa de ressonância dos atos e palavras que interessavam ao governo. A deformação chegou a tal ponto que ainda hoje, mesmo já respirando um clima de maior liberdade de imprensa, os jornais continuam sem conseguir desviar os olhos do poder e dos poderosos. Na página 19 desta edição, nosso colaborador Carlos Alberto Sardenberg oferece um exemplo cristalino dessa situação. Ele conta como um simples boato, mal-intencionado inclusive, vindo da área oficial ou de áreas próximas a ela (ou mesmo apenas de interesse dela) tem mais chances de se transformar numa notícia confiável para os jornais do que qualquer fato ou informação verdadeira que tenha origem fora do círculo do poder. Uma informação de interesse do governo divulga-se, mesmo que não seja segura, pois não acontece nada. O que vem contrariar o interesse do governo precisa ser confirmado, reafirmado, precisa gritar para merecer crédito.

Os editores

Tiragem desta edição: 33 mil exemplares

SANTIAGO



Noticiário venenoso

Dia 22 de junho soldados rodesianos invadiram um centro experimental de agricultura em Sussundenga, Moçambique. Mataram 17 refugiados, entre eles várias crianças, que haviam acabado de chegar da Rodésia e esperavam ser transferidos para um campo das Nações Unidas. Assassinaram também um casal de cooperantes belgas, funcionários da ONU, que trabalhava no centro agrícola. Um dia depois, em Umtali, na Rodésia, perto da fronteira com Moçambique, 12 missionários ingleses foram mortos, junto com três mulheres e um bebê. O governo racista da Rodésia, tal como os portugueses durante a guerra colonial, apressou-se em afirmar que se tratava de um crime dos guerrilheiros zimbabwuanos, da Frente Patriótica que combate Ian Smith.

Colocado sem destaque nas páginas de revistas e jornais ocidentais, o massacre de Sussundenga foi substituído rapidamente por manchetes sobre a morte de religiosos. A nossa imprensa, "democrática e imparcial", como é de-se esperar, faz o jogo dos racistas de Smith e Vorster. Quando os rodesianos invadiram Moçambique em 1976 e massacraram 700 civis em Nyazônia, essa mesma imprensa manipulou a informação de acordo com seus interesses.

Para se ter uma idéia deste noticiário venenoso basta dar uma olhada na edição de três de julho da Newsweek, revista pretensamente imparcial e objetiva na informação. O correspondente na Cidade de Cabo, África do Sul, Peter Younghusband — guardem bem este nome, ele não merece ser chamado de jornalista — diz que chegou ao centro missionário de Vumba, em Umtali, horas depois do ataque. E a revista lhe deu a página 15 inteira com uma foto sugestiva dos corpos das mulheres violentadas sendo carregado por soldados rodesianos.

Os adjetivos "imparciais" começam no primeiro parágrafo com "o mais horrível massacre de brancos nos últimos seis anos de guerrilha". E seguem pelo texto inteiro: "Os corpos horrivelmente mutilados, cortados por baionetas". Fala em abusos sexuais, em olhos arrancados, em homens amarrados e obrigados a assistir a violação de suas mulheres antes de serem liquidados com elas. Depois conta que os guerrilheiros fugiram pela fronteira de Moçambique, deixando bem claro a ligação desse país com as atrocidades relatadas.

Younghusband e a Newsweek vão além na sua apologia aos racistas: "Enquanto Smith e seus parceiros negros" — estão-se referindo a Muzorewa, Sithole e Chirau que aceitaram participar como fantoches dos planos de Smith contra a Frente — "tentam implantar um governo de transição, a carneficina aumenta". Ou seja, a culpa toda é dos guerrilheiros e de seus aliados moçambicanos e o massacre de Vumba faz parte de uma campanha contra missionários brancos.

O correspondente cita, timidamente, alguns números ao falar nisso: "172 civis brancos foram mortos nesses anos de luta, 3.500 civis negros foram assassinados no mesmo período". Depois desse escorregão na objetividade, limita-se a reproduzir o comentário de um soldado rodesiano: "Todo terrorista deve ser partido em pedaços nesse país".

Em entrevista à revista moçambicana *Tempo*, Robert Mugabe, co-presidente da Frente Patriótica — a Newsweek não se preocupou em procurá-lo — diz: "O regime de Smith nos acusa de massacrar os missionários. Estranho que isso aconteça precisamente um dia depois do massacre de Sussundenga, quando a atenção mundial estava focada nele. Isso é uma tática de diversão o trágica que consiste em causar a morte de missionários inocentes para que a atenção seja desviada de Sussundenga. Ninguém mais pensa nos 17 refugiados e nos dois belgas assassinados. Estão todos voltados para os missionários. E os ingleses foram mais rápidos em dar atenção a este incidente do que ao anterior".

Claro, Younghusband não poderia dizer, por exemplo, pois isso botaria sua versão por terra, que os missionários "massacrados" davam assistência à Frente Patriótica. Como todos os outros da região. Forneciam comida, remédios e algumas vezes abrigavam os guerrilheiros. São de opinião que o governo de Smith é ilegal, se opõem a ele. Por isso alguns

CARTAS

têm sido perseguidos pelo regime, outros foram expulsos do país ou estão na prisão.

O massacre de Sussundenga, e outras 350 agressões armadas contra Moçambique, evidencia, segundo a Tempo, não apenas o objetivo de criar insegurança entre a população da região. Mas, essencialmente, criar insegurança entre os cooperantes estrangeiros em Moçambique com a morte do casal belga. Comentando os massacres, um cooperante português que vive em Maputo disse: "Parece que os cadáveres brancos valem mais do que os negros".

Os missionários que continuam na Rodésia conhecem muito bem os perigos que os cercam. O principal deles é a ação dos Selous Scouts, que têm denunciado continuamente apesar das ameaças. Os Selous Scouts é um conhecidíssimo grupo do exército rodésiano usado em "operações especiais". É constituído por mercenários belgas, franceses, americanos, ingleses, portugueses e moçambicanos ex-integrantes das tropas negras que lutavam ao lado dos colonialistas. Esses últimos, com grande experiência em crimes idênticos aos de Vumba, cometidos pelo exército português com a finalidade de responsabilizar a Frelimo.

Licínio Azevedo, Maputo, Moçambique.

Extraterrestres

Falando-se em crise atômica, se é que o gaúcho Alcir A. Cavion, responsável pelas insinuações infrutuosas sobre pesquisadores ovinólogos, quer se arriscar, então devemos nos lembrar que estamos, apesar da ignorância de alguns, em contínua influência de seres extraterrestres, os quais são avançadíssimos em suas teóricas e práticas realizações.

Não posso garantir que os seres extraterrestres sejam a solução para os problemas, pois nós, egoístas que somos, não estamos à altura para seguir deles o exemplo de mansidão, temperamento sadio e de passividade não encontrada em nenhum terrestre. Por que, então, Deus criaria um universo todo, infinito, insondável, pelo menos por nós, simplesmente para sustentar essa bola que gira e a tudo embola em um egoísmo sem igual?

Falta muita paz, sabedoria e amor entre os humanos. Porém, sabemos que os seres extraterrestres, nossos irmãos invisíveis, procuram, através da telepatia, enviar mensagens de fraternidade a nós. Por isso, Sr. Alcir Cavion, não use este jornal para atacar ninguém. Muito menos aqueles que você nem conhece.

Roberto Carlos Fernandes, São Paulo, SP



Dezessete bilhões

Necessária se faz a seguinte denúncia pública: a Petrobrás vai investir um bilhão de dólares, ou seja, 18 bilhões de cruzeiros em prospecção de petróleo no Brasil, no ano de 78.

O Brasil consome hoje, em média, um milhão de barris de petróleo bruto por dia, que transformados em litros resultam em 186 milhões de litros de petróleo bruto e igual volume de derivados refinados, entre óleos diesel, combustíveis e lubrificantes, gasolinas, parafinas, solventes, asfaltos, etc.

O preço médio destes derivados no mercado interno é de Cr\$ 3,20 por litro, o que significa dizer Cr\$ 595.200.000,00 consumidos diariamente no País, em derivados de petróleo.

A Petrobrás, logo o Brasil, compra 82% do petróleo que consumimos, à vista, em dólar, no mercado internacional.

A Petrobrás, após refinar o petróleo bruto, por determinação do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), entrega os derivados refinados às distribuidoras — multinacionais estrangeiras como a Shell, Esso, Texaco e Atlantic — com prazo de 30 dias para pagamento, para que estas comercializem os derivados no mercado interno brasileiro.

Resulta disso que as distribuidoras mantêm em seu poder, em crédito da Petrobrás — do exaurido povo brasileiro — permanentemente 17 bilhões e 856 milhões de cruzeiros.

Isto significa ainda que a Petrobrás está sendo obrigada a reduzir à metade sua capacidade de prospecção de petróleo, imprescindível à estabilidade econômica, soberania e sobrevivência mesmo do Brasil como nação, para poder, com estes recursos, legitimamente nacionais, financiar maiores lucros e maior rentabilidade a empresas estrangeiras, reconhecidamente predatórias dos recursos brasileiros.

Por quê?

Até quando?
Bernardo R. Alves da Silva, Porto Alegre, RS

Loteamentos na orla

Venho assistindo, até certo ponto com muita perplexidade, o fenômeno do progresso de nossa orla marítima, notadamente a do vizinho estado de Santa Catarina, cuja beleza natural é de todos conhecida. Muitos anos residente na cidade de Araranguá, onde veraneava na praia de Arroio do Silva, tenho acompanhado muito de perto as inúmeras iniciativas de loteadores e empreendedores, muitos dos quais valem-se de áreas marinhas usocapadas e apossadas inescrupulosamente.

Tenho visto loteamentos apresentados como enquadrados dentro da lei 58 (de urbanização), o que na verdade era uma burla, com a cumplicidade e ignorância dos cartórios de registro de imóveis e das prefeituras municipais, que aceitavam os mapas dos loteamentos como se estivessem urbanizados.

Glebas devolutas cheias de areia, não individuadas, eram vendidas por aventureiros, sem as mínimas condições exigidas pela lei. Mapas dos loteamentos eram apresentados aos prováveis compradores, com carimbos dos já comentados cartórios e prefeituras. Uma firma desta capital até carnets de sorteios lançou, com a promessa de prêmios de casas e rádios, para quem comprasse lotes de terrenos e pagasse em dia suas prestações.

A exemplo de outras pessoas, adquirei dois carnets e paguei sempre em dia, só que não recebi até hoje os terrenos comprados. E fiquei sabendo que na cidade de Criciúma um advogado tem várias procurações de prejudicados, tentando registrar seus terrenos, o que ainda não conseguiram.

E agora eu soube que há um ano e meio a empresa loteadora daqueles terrenos transferiu o negócio a outra or-

ganização de Porto Alegre, que por sua vez lançou um extraordinário empreendimento, acobertado por uma campanha publicitária maciça, de grande efeito.

O problema agora é o seguinte: só quero que sejam respeitados os direitos dos primeiros adquirentes, que são líquidos e certos. Eles, no caso nós, não somos responsáveis pelas irregularidades cometidas pelos loteadores anteriores. Será que agora os novos loteadores conseguiram registrar os lotes? Se isto aconteceu, nós, compradores, temos os mesmos direitos.

Os responsáveis de ontem e os de hoje não podem vir alegar ignorância e desconhecimento do problema, pois o fato é sabido e notório.

Henrique Libanez, Porto Alegre, RS

Edição especial

Quero apresentar sinceros cumprimentos a este jornal pela edição extra que está circulando agora. Leitora de há poucos meses, eu lamentava há alguns dias atrás com alguns amigos o fato de não ter acompanhado o Coojornal desde seu primeiro número. Agora estou mais satisfeita, pois tive a oportunidade de ler trabalhos feitos por vocês como o enterro do Jango, a história do Lutzenberger e aquela incrível, extraordinária, fantástica reportagem sobre os degoladores gaúchos.

Carmen J. Magalhães, Pelotas, RS

A volta de Brizola

Utilizo-me do Coojornal para um alô aos irmãos gaúchos: certamente vocês estão eufóricos com as notícias sobre a volta do guru de vocês, o Leonel Brizola. Pois saibam que acredito que só este homem tem condições de fundar o verdadeiro partido dos trabalhadores brasileiros, que naturalmente deverá ter cunho socialista.

A volta de Brizola precisa ser imediata mesmo, para evitar que certos oportunistas, como o atual governador paulista, Paulo Egídio, utilizem-se do vazio político para desfraldar esta bandeira democrática

Roberto Reis, São Paulo, SP

Veneno do carrasco

O Coojornal de julho, através de Augusto Nunes, mostrou de perto o que foi o Caso Maluf. Mostrou como a chamada "Democracia controlada" pode burlar o interesse e afugentar fugazmente a certeza de vitórias conduzidas pelos legítimos líderes que ocupam o poder. É o veneno do carrasco começando a se espalhar entre os convidados, quando ele mesmo já perdeu a fórmula e não sabe mais como banquetear. Viraram a mesa quando estava tudo pronto para a comemoração, mas quando a festa é muito prolongada e parece que não termina nunca, acaba acontecendo isto mesmo, ou seja, vira bagunça.

J. Paulo Ceccatto, Livramento, RS

Assine agora.

COOJORNAL

Última chance de você assinar Coojornal pelo preço antigo.

Cr\$ 110,00

Preencha o cupom ao lado ou copie os dados em folha anexa e envie para Coojornal. Aproveite que o preço é de ocasião.

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 165,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
 Assinale no quadrinho a edição em que
você quer que comece a valer sua assinatura:

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Figueiredo

Ao candidato Figueiredo (que, ao que parece, vai ganhar o título de Presidente da República, coisa com que talvez jamais sonhara em sua vida, mas para quem se abriu, de repente, o leque dessa possibilidade, e cujo sonho é ser alcunhado de intelectual) tenho a dizer que desejo realmente que ele faça um bom Governo e possa cumprir as boas promessas que vêm alardeando desde o dia em que fez seu primeiro discurso como filho unigênito do Príncipe sobre quem recaiu todas as suas graças.

Agora, em recente discurso, pronunciado dia 20 de julho em Ouro Preto, o candidato lembrou-nos os inconfidentes. Realmente, "suas ladeiras foram patinadas de ouro, ferro e sangue" e os inconfidentes, como o candidato, "queriam uma Pátria maior, mais livre, mais próspera e mais justa", mas foram taxados pelo regime da época de subversivos e foram perseguidos, degredados e mortos, e o herói principal foi esartejado e arrastado pelas ruas da cidade como um criminoso público, a fim de desencorajar futuros seguidores ou simpatizantes.

O episódio foi cantado pela poetisa Cecília Meireles em seu Romanceiro da Inconfidência que, quando foi apresentado por um grupo de teatro, não faz muito tempo, teve problemas com a censura, porque, pela ótica do regime atual, os versos foram considerados subversivos. E por ironia do destino, Sr. Figueiredo, a peça havia sido musicada por Chico Buarque, o intelectual que o Sr. e eu tanto admiramos.

Os inconfidentes foram considerados traidores em sua época e, paradoxalmente, vêm inspirar o Sr. Figueiredo em sua campanha de candidato, prometendo a redemocratização do país. Foram os ecos que se erguiam do ventre do chão de Ouro Preto que fecundaram outras regiões pátrias, renunciando o advento da República, forma nova pela qual o Brasil passaria a se conduzir.

Meu palpite é que o Sr. Figueiredo, amanhã na presidência, imbuído desses ideais e com todo o poder na mão, e os ecos de Ouro Preto ainda inspirando seus discursos, dê continuidade aos sonhos desses **loucos** que sonharam tanto com a liberdade e pela qual pagaram com o tributo de suas vidas. E que a verdade esteja com o nosso poeta: "Amanhã é outro dia". Bom Governo, sr. Figueiredo.

Renato José de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

Nota — As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas.

O povo que se dane!

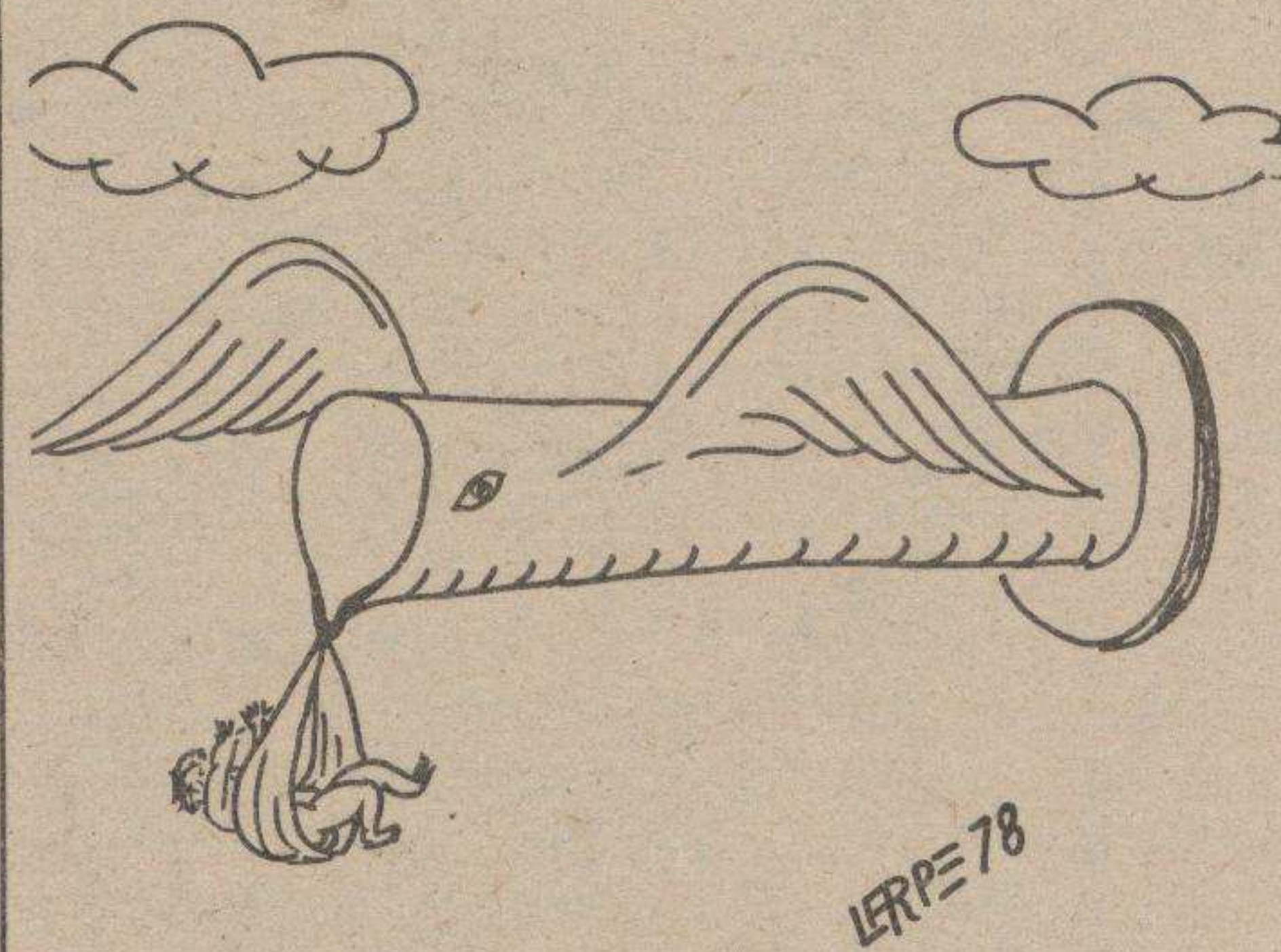
Vou levantar algumas questões para o partido do governo, Arena, que talvez não possa responder.

São 14 anos que estão no poder sem serem eleitos pelo povo e pelo que vejo estamos na mesma, senão pior, pois antes estávamos com uma dívida externa de menos de seis bilhões de dólares e hoje andamos na casa dos 40 bilhões. Qual a explicação? O povo passa fome, a agricultura nunca esteve tão mal, o comércio também, as pequenas indústrias nem se fala. Quem está bem no Brasil são as multinacionais...

E o povo que se dane. Não tem o direito de escolher seu governante, e quando tem uma possibilidade vem o pacote de abril. Quando se reclama, vêm as cassações. Os estudantes têm que usar rolha na boca porque senão os cacetes os esperam. Quando os padres pedem mais respeito aos direitos humanos são tachados de comunistas.

E quanto às eleições, é preciso editar atos modificando as regras do jogo com medo da resposta nas urnas. Os bilhetes tirados da manga impõem senadores e governadores sem votos. Que explicação a Arena tem para isto? E com que cara vão nos explicar alguma coisa?

Heitor Machiavelli, Tapera, RS



Alguns rabiscos

Tomei a liberdade de enviar-lhes alguns rabiscos. Caso interesse, podem publicar no nosso querido **Coojornal**. Minhas experiências no assunto vem das colaborações que faço para o Correio Serrano, daqui de Ijuí.

Laerth Bernardes da Silva, Ijuí, RS

Pra dizer e cortar

Nesta época de tanta inundação de coisas vazias, tive oportunidade de ler o **Coojornal** e percebi que é feito por gente que sabe expressar a liberdade de opinião, para dizer e contar. Aproveito para manifestar meus elogios pelo conteúdo e apresentação.

Odenath Renan F. da Silva, Pato Branco, PR



E agora, José?

A CEEE — Companhia Estadual de Energia Elétrica — encerrou a primeira etapa de sua campanha de economia de energia, ficando agora na fase educativa do consumidor. Os níveis de economia pretendidos, de cerca de 10%, foram superados, chegando a 11%.

Restou de tudo uma coisa muito concreta: um departamento de relações públicas bem estruturado não só influiu muito no processo como também pesou na balança dos acontecimentos, pois durante toda a crise da seca a assessoria da CEEE manteve alimentados os veículos de comunicação com todo o tipo de informações.

Encerrada uma etapa com objetivos alcançados, fica uma pergunta para as agências de publicidades que deram declarações contra a publicidade feita diretamente pelo cliente, alegando que este era um serviço para agência e para técnicos de publicidade não para um departamento de empresa: E agora, José? O público gaúcho mostrou-se bastante sensível aos apelos da CEEE. Inclusive clubes de serviço como CDL, Lions e Rotary, tomaram a sério a campanha e deram seu apoio.

A CEEE alega que empresa de economia mista não dispõe de verba publicitária específica e que esta é uma campanha de emergência, tipo "alerta de utilidade pública", daí porque não usou nenhuma agência de publicidade.

E agora, José? A campanha deu os resultados esperados...

V. Oliveira Rios, Porto Alegre, RS

Cativante gentileza

O assessor de Relações Públicas e Imprensa da Presidência da República, reconhecido à cativante gentileza, agradece a remessa deste atualizado informativo.

Rubem Carlos Ludwig, assessor-chefe de Relações Públicas da Presidência da República, Brasília, DF

Falta inteligência?

Quem não leu a entrevista do norte-americano Alfred A. Knopf no **Jornal do Brasil** de 1º de maio perdeu coisas como estas: "Os escritores que são levados a sério pelos jovens do Brasil aqui (nos Estados Unidos) são *out*. Estão fora de cogitação. Clarice Lispector, que eu publiquei, eu mesmo acho bastante ininteligível. Até mesmo *best-sellers* no Brasil, como *Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro de Vasconcelos, que publiquei com o título *Under the Orange Tree*, foi um desastre total".

Logo a seguir, Knopf diz: "A Colômbia atingiu status literário com Garcia Marquez, o Peru com Vargas Llosa, a Argentina com Borges. Mas ainda não temos um equivalente para o Brasil".

E o que dizer de outros escritores e autores de língua espanhola tais como Pablo Neruda, Asturias, Cortazar, Sabato, Arrabal? Todos estes nomes fazem jus ao Prêmio Nobel e, por incrível que pareça, não encontram similares no Brasil. Com uma ou duas exceções apenas.

Pesados os prós e contras, talvez a razão esteja do lado do velho livreiro norte-americano, que teve a hombridade de enfrentar a contracrítica e até as fúrias pelo nível polêmico em que colocou suas afirmações.

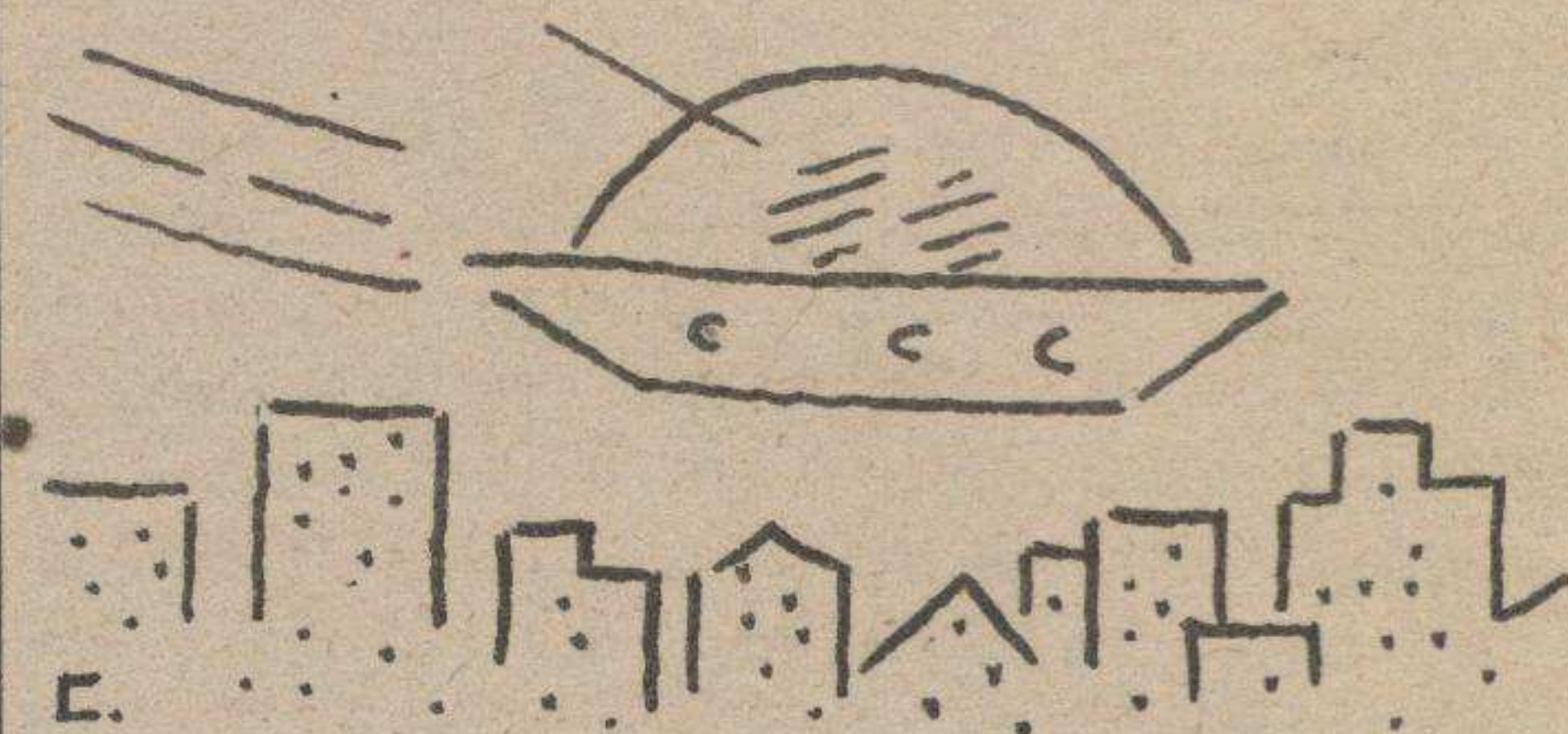
Em termos de literatura não se explica o fato de, nessa altura do século 20, o Brasil não haver ainda conseguido as galas do Nobel. Ou se explica — sejamos sinceros — dentro do posicionamento que assumiu Knopf ao declarar que o "leitor americano tem alergia por escritor brasileiro". Belo eufemismo face à dura realidade que é a crise de inteligência no Brasil. É que — por que não dizê-lo — a Revolução de 64 veio aprofundar com suas cassações a torto e a direito, com sua censura de obras literárias e por aí afora.

Conclusão: se ainda não conseguimos status literário, se ainda não nos impomos dentro e fora do Brasil como Nação ganhadora de Nobel (a Argentina já ganhou três Nobel) não é porque falta inteligência ao povo brasileiro. É porque falta clima, falta emulação, falta coragem por parte de nossos administradores, epifenômenos sem os quais a criatividade, o élan, os aplausos indispensáveis ao escritor resultarão em fracasso.

Cabe agora ao Governo, cabe a Revolução de 64 falar menos de comunismo e de subversão e pensar, e dar asas, e fomentar a inteligência brasileira que está em crise de crescimento, em crise amorosa, sim senhor. Do contrário, seremos forçados a repetir De Gaulle: "Le Brésil n'est pas un pays sérieux".

Cleto Seabra Veloso, Rio de Janeiro, RJ

VAMOS PROCURAR O DR. PITANGUI. O LEITOR ACHOU A GENTE MUITO FEIO...



Contatos imediatos

Muita gente critica qualquer grande produção do cinema, mas no caso de **Contatos Imediatos do Terceiro Grau** será mais difícil e injusta uma crítica sem conhecimento de causa.

O filme de Steven Spielberg, que muitos pensam ser de ficção científica, é na verdade mais ciência do que ficção. Quase tudo o que o filme mostra já ocorreu ou poderá ocorrer. É verdade: estudo os discos voadores e extraterrestres e falo com quem viu na tela o que já pesquisou em outros lugares.

A telepatia, as nuvens ao redor dos discos, as luzes fortes, a censura oficial e dos adultos preconceituosos, a abertura da criança, a comprovação dos OVNI's pelo radar, as cidades inteiras que ficam às escuras devido à presença deles, enfim, quase tudo é possível ocorrer.

É bem verdade que os extraterrestres não são sempre humanóides, como apresenta o filme. Ao contrário, a maioria deles são iguais aos terrestres ou pelo menos muito semelhantes. A coisa mais maravilhosa do filme é Roy Neary, o caminhoneiro, que representa o próprio povo, que em geral, neste assunto, é afastado, censurado e desinformado pelos próprios órgãos oficiais. Roy perde seu emprego, perde sua família, perde tudo em busca da verdade. São poucos os que se arriscam a descobrir a verdade à custa de qualquer preço.

Se todos os cientistas fossem como o Hynck do filme e tivessem a coragem de discordar, a ciência já teria avançado muito mais do que já chegou até hoje.

Contatos Imediatos é um dos primeiros filmes que procuram pintar os extraterrestres como pacíficos e amigáveis. E sua maior proeza e mérito é mostrar o que é capaz de fazer a censura oficial para afastar o povo de todas verdades que possam esclarecer e evoluir em qualquer sentido este mesmo povo. Se não houvesse nenhuma censura, tudo já estaria melhor neste planeta. A censura atrasa tudo.

Luiz Rebouças Torres, São Paulo, SP

atendimento de problemas da infância



SAERME

Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661 Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre

Brizola volta. Para quê?

Por Décio Freitas

A questão do regresso de Brizola ilustra eloqüentemente a mudança operada no clima político brasileiro, e, ainda, o ritmo dia a dia mais veloz adquirido pelos acontecimentos. Não faz muitos meses, este regresso era nada menos do que impensável. Hoje está na ordem-do-dia e a sombra do exilado se projeta sobre a vida política brasileira, condicionando não só as estratégias da oposição, como, também, as do próprio governo.

O retorno de Brizola passou a pesar decisivamente nos cálculos da chamada classe política. Ninguém ignora que quando ele pisar território brasileiro, se converterá imediatamente num importante centro de gravitação política.

Nada mais natural que se especule sobre quando ocorrerá o regresso. Trata-se de um problema essencialmente político. Os obstáculos de ordem judiciária são na realidade irrelevantes e o regime os está invocando apenas para ganhar tempo enquanto elabora uma estratégia que lhe permita enfrentar a presença deste poderoso mobilizador de massas.

O regresso está na lógica das coisas e será inevitável. Nesta altura, entanto, o que mais importa saber é o que fará Brizola ou, por outra, que posição tomará em face da grave crise institucional, política, econômica e social em que o país está prostrado. Brizola nada diz sobre isso, enfatizando sempre que não tem planos e que não definirá uma posição sem antes ouvir gente de todas as camadas sociais. O que, convenhamos, em si já é um plano e, em muitos sentidos, não destituído de significação. Ao mesmo tempo, não cansa de dizer que reconhece erros passados e que a reflexão do exílio o fez mudar muito.

A força do dólar

Claro está que Brizola mudou e nem poderia ser de outra forma — o Brasil de 78 não é o mesmo Brasil de 64. Trata-se à evidência de uma mudança política, no conteúdo e na forma. Logo, uma pergunta crucial: que soluções proporá Brizola para a crise brasileira?

Uma apreciação de seu papel histórico antes de 64 ajudará a compreender o que foi que mudou, nele e no Brasil. Para começar, recordemos que, finda a II Guerra Mundial, o capitalismo americano entrou num período de expansão espetacular, que a partir de 1956 se traduziu numa hegemonia absoluta no mundo capitalista. A coexistência pacífica com a URSS e a força do dólar permitiram às empresas multinacionais dos Estados Unidos partirem para o assalto das regiões periféricas do mundo capitalista.

Será importante compreender que este imperialismo já não era mais aquele que fora conceituado por Lenine — um imperialismo essencialmente baseado na exportação de capitais e de mercadorias. Tratava-se de um imperialismo de novo tipo. Instalava-se fisicamente nas regiões periféricas, adquirindo o controle direto das riquezas nacionais e montando indústrias de bens de consumo durável, numa estratégia de divisão internacional do trabalho e de internacionalização do capital. Inicou-se a olhos vistos um processo de internacionalização da economia brasileira, ou, como então se dizia, de *desnacionalização*. Contra isso, erguem-se um movimento de luta anti-imperialista.

Reformas de base

Movimento que teve desde o início

um ponto débil: era contra o assalto imperialista, mas, alternativamente, a favor de quê? Em outras palavras, que classe social seria a beneficiária das riquezas porventura resgatadas da rapina das multinacionais? Trata-se sem dúvida de uma luta pela independência nacional, porém trazia em seu bojo, dissimuladamente, um projeto burguês.

As ditas reformas de base não eram outra coisa senão uma *revolução burguesa*, a efetuar-se na base da aliança de classes: burguesia nacional, classe trabalhadora, campesinato, baixa classe média e pequena burguesia intelectual. A principal debilidade do movimento residia na classe que logicamente deveria ser a classe dirigente — a burguesia nacional. Deixara de ser hegemônica e já se achava reduzida a proporções bem modestas. Dominada pelo capital das multinacionais, não podia subtrair-se a uma aliança com as mesmas. Tanto mais que tal aliança prometia ser altamente vantajosa. A classe trabalhadora, por sua parte, não sentia entusiasmo pela idéia de lutar e, talvez, morrer simplesmente para trocar de patrões. A grande debilidade social da luta antiimperialista foi, portanto, a sua falta de base de classe, o que lhe conferiu um caráter marcadamente voluntarista.

Problema de Jango

No terreno político, o movimento se cindiu em duas tendências principais, que com o passar do tempo se tornaram crescentemente antagonicas: uma, personificada no presidente João Goulart, que insistia em conduzir a luta contra o imperialismo e pelas reformas através dos mecanismos constitucionais, certo de que pela paciência e pela persuasão atingiria os objetivos propostos; outra, personificada por Leonel Brizola, que não acreditava na eficácia de tais mecanismos, justamente porque haviam sido criados para facilitar o assalto das multinacionais, motivo pelo qual, a seu ver, não seria a mobilização popular que poderia assegurar o êxito. Não se tratava, como pensa muita gente, de uma rivalidade pessoal entre Jango e Brizola pelo controle do movimento trabalhista. Podia haver rivalidade, a nível da própria subjetividade dos personagens, mas, na história, isso somente se torna politicamente consistente se tiver uma base social.

No que concerne a Brizola, quem quer que o conheça de perto, sabe que entre seus defeitos — que não são poucos nem pequenos — não figura o de sobrepôr ambições pessoais a interesses patrióticos. O fato é que o antagonismo se aprofundou e ganhou extraordinária virulência. Eminente personalidade que desempenhou papel de mais alta importância no governo de Jango, dizia-nos recentemente que o principal problema do governo era cuidar de Brizola, não da direita. O inverso também é verdadeiro: o principal problema de Brizola era se defender da hostilidade do governo federal. Diga-se mais, a bem da verdade, que enquanto Brizola enfrentava Jango a cara descoberta, este fazia contra o cunhado um jogo que nada tinha de limpo.

Grupos dos onze

Brizola por certo não merece desculpa de certos erros crassos, entre os quais sobressaem a incapacidade de elaborar um programa claro e coerente na sua luta antiimperialista e a insistência em exercer uma liderança de tipo caudilhesco,

resistindo obstinadamente a todas as pressões no sentido de construir uma organização de massas. Apenas no final pretendeu criar um simulacro de organização, através dos ridículos *grupos de onze*. Note-se, de passagem, que o caráter inarticulado da mobilização de massas de Brizola, contribuiu não pouco para que a burguesia nacional e, especialmente, o aparato militar, tomassem distância dele; havia fundadas razões para temer que ele não pudesse controlar aquelas massas.

Conhecemos o epílogo trágico desta batalha histórica que alterou os destinos do Brasil. Mediante uma aliança de classes — burguesia, latifúndio, pequena burguesia rural, alta classe média e pequena burguesia militar — o imperialismo das multinacionais levou a melhor.

Fidel Castro

A despeito de todas as suas limitações, credite-se a Brizola uma grande coerência. Não fazia bravata ao proclamar que resistiria. Tentou resistir a 31 de março, disposto a ir às últimas conseqüências, fossem quais fossem, não se arreando face à perspectiva de uma vietnamização do processo brasileiro — uma maeça que os americanos faziam e que aterrorizava Jango — e das conseqüências sociais nisso implícitas. Mesmo no exílio de Montevidéu, nos anos de 1964 e 1965, Brizola continuou disposto a lutar, mas, uma vez mais, a relutância de Goulart tornou isso impossível.

Chega a ser engraçado que se tenha atribuído a Brizola a intenção de fazer uma revolução social, quando seu projeto consistia, precisamente, em criar um poderoso e sólido capitalismo nacional. Nada mais injusto e errôneo, do mesmo modo, que acusá-lo de pretender desencadear uma guerra de guerrilhas. Depois que fracassaram em Montevidéu os planos de um contragolpe militar, grupos brasileiros de esquerda revolucionária e, às distâncias, Fidel Castro, envidaram todos os esforços no sentido de engajá-lo numa revolução social à base da tática de guerrilhas. Habilmente, mas com firmeza,

Brizola resistiu a estas pressões. Em parte porque não acreditava em seu êxito e, em parte, porque não se julgava pessoalmente apto a este tipo de luta. A propósito, quando certa vez eram mais fortes as pressões, perguntou: "Você acha que estou em idade de andar trepando e baixando montanhas?"

Distância de Marx

Grupos de esquerda radical, por sinal de extração nitidamente pequeno-burguesa, sofreram durante anos, em Montevidéu, de uma espécie de processo catatímico em relação a Brizola, vendo-o não como ele era — um "burguês progressista", dizia às vezes —, mas como gostariam que fosse, isso é, um revolucionário marxista. De resto, Brizola sempre aborreceu francamente o marxismo e timbrou em manter em relação a ele — não há indicações de que tenha mudado — uma respeitável distância ideológica e política.

Quando mais fortes se faziam sentir as pressões para que se engajasse num processo de luta revolucionário, Brizola argumentava, às vezes, que já cumprira seu papel histórico e que nada mais tinha a fazer. Não será que isso é verdade?

Pelo menos no que diz respeito ao seu nacionalismo econômico, não há dúvida de que Brizola teve de enrolar sua bandeira. Dadas as transformações por que passou o Brasil, seu nacionalismo econômico seria, no mínimo, anacrônico. A internacionalização do capital, especialmente, da economia brasileira, privam totalmente de base de classe uma estratégia de nacionalismo econômico. Nenhuma via reformista será capaz de expulsar as multinacionais solidamente implantadas no Brasil e Brizola não está

Décio Freitas é advogado e historiador gaúcho. Foi ligado ao governo Goulart e, depois de 64, viveu cinco anos em Montevidéu, convivendo com Brizola e todo o grupo de exilados brasileiros no Uruguai.



absolutamente preparado para seguir a única via eficaz. O capitalismo está em crise, inclusive no Brasil, porém só uma concepção estreitamente economicista levaria a pensar que crises econômicas produzem revoluções sociais. As firmas multinacionais são, hoje, no Brasil, a base econômica das classes dirigentes e qualquer saída para a crise — a começar pela político-institucional — terá de ser buscada através de uma composição com elas. Isso porque, como se sabe, não existe no Brasil um partido revolucionário capaz de unificar as massas.

O regime autoritário foi instaurado basicamente contra a classe trabalhadora. Não havia outra forma pela qual pudessem as multinacionais se assegurar os baixos salários que, nos marcos da divisão internacional do trabalho, tornassem possíveis os almeçados superlucros. No quadro da crise, entretanto, esta política não pode ser mantida. A fração da classe operária que opera as multinacionais — uma aristocracia operária — não está disposta a suportar a inflação que a burguesia está utilizando como forma de gestão da crise. Evidentemente, as demais frações da classe trabalhadora, bem como outras categorias sociais, tampouco estão contentes com esta inflação. Sucede, contudo, que a fração que importa para as multinacionais, é a fração qualificada que pode, somente ela, comprometer o sucesso produtivo.

Social-democrata

A superação da crise será tentada através de uma aliança de classes do tipo social-democrata — uma aliança entre a aristocracia operária e as multinacionais. Para esta fração da classe operária, a aliança se traduzirá em salários reais, maior poder de consumo e liberdade sindical, esta última indispensável para possibilitar a negociação direta. Semelhante estratégia importará, evidentemente,

Em torno do novo trabalhismo

— Ele não vai voltar para ser governador do Rio Grande ou prefeito de Porto Alegre. Ele vem para disputar a presidência da República.

A frase é de um íntimo amigo de Leonel de Moura Brizola — que recentemente esteve com ele, em Nova Iorque, e representa o pensamento de um círculo ilustre que reúne-se periodicamente entre Porto Alegre, Rio e São Paulo para articular o retorno do líder trabalhista. Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso e Josué Guimarães são alguns desses articuladores.

O trabalho do grupo já desceu ao nível dos detalhes práticos: Brizola, quando chegar, vai morar no Rio de Janeiro, pois o novo trabalhismo precisa ter bases nacionais.

Essa aliança entre Brizola e alguns expoentes da inteligentzia nacional pode parecer esdrúxula, à primeira vista, principalmente depois de tantos estudos criticando o populismo e responsabilizando Brizola por alguns dos principais acontecimentos que culminaram com o golpe militar de 64.

Mas a idéia principal que aglutina pessoas tão díspares em torno de ex-governador do Rio Grande do Sul é a de que o novo trabalhismo será diferente, livre dos erros do passado. Para eles, apesar da tradição populista, é muito mais viável ter um partido de massas do que criar um PS, tradicionalmente elitista.

Em julho, numa reunião realizada no Rio de Janeiro, o crítico de arte Mário Pedrosa — já publicamente inclinado pelo PS — teria começado a pensar na

numa divisão da classe trabalhadora. O pacto social-democrata será financiado pela superexploração de outras frações da classe trabalhadora, de outras categorias e, ainda, dos trabalhadores de países nos quais o capitalismo brasileiro procede a uma exploração de mais-valia.

Este pacto social-democrata será a base social da redemocratização; sem ele não haverá redemocratização.

O pacto está em marcha. As greves do ABC paulista proporcionam evidências disso. Basta ver a postura condescendente assumida pelas multinacionais face às greves e às negociações que entabularam diretamente com os sindicatos, inteiramente à revelia do governo. No momento, Lula aparece como intérprete operário do pacto social-democrata. Não é certamente por acaso que os grandes meios de comunicação, para não falar nas próprias multinacionais, exaltam tanto o dirigente metalúrgico. O pacto integrará, naturalmente, outras categorias sociais, como os técnicos em geral e a pequena burguesia intelectual; quanto a esta última, tão duramente castigada durante estes 14 anos, passou recentemente a receber um tratamento especial, mediante a outorga de franquias e liberdades que lhe são caras.

Que posição adotará Brizola face a esta estratégia? A intimidade de suas atuais relações com as social-democracias européias e o tratamento cordial que lhe dispensa o governo Carter — por sinal hoje dominado pela fração do capital americano igualmente interessado num pacto social-democrata — dá o que pensar. Impõe-se, de qualquer maneira, uma ressalva. A eventual adesão de Brizola a esta estratégia não será em hipótese alguma inspirada por interesses pessoais ou subalternos. Brizola é um homem honrado e, acima de tudo, um patriota. Seu comportamento será inspirado exclusivamente em razões políticas e estribado na convicção de que estará servindo aos melhores interesses do País.

maior viabilidade de um novo PTB: sem caudilhismos, mais democrático e com algumas cabeças pensantes por trás dos líderes populares. Lembre-se que a maior acusação feita pelos estudiosos ao populismo trabalhista sempre foi a inexistência, no PTB, de um programa político de longo alcance, com princípios que não se alterassem ao sabor das urnas.

Outro fator fundamental nesta aliança, reconhece o grupo, é a quase total ausência de novos líderes populares: "O golpe militar implantou o arbítrio e as leis de exceção no país, mas não conseguiu criar novos líderes", lembra Josué Guimarães. No MDB, há algumas reticências. O senador Paulo Brossard, por exemplo, tem mantido um silêncio olímpico em relação ao assunto. Pedro Simon, presidente do diretório regional do partido, é outro que conserva postura discreta em torno da volta de Brizola. Diz apenas que "o doutor Brizola é um homem muito bem-vindo". Nada mais.

Mas se Simon fala pouco de Brizola, age bastante. Em janeiro, ele procurou saber a opinião do ex-governador antes de aceitar a candidatura do MDB ao senado. Convidou João Carlos Guaragna, procurador de Brizola, para um fim de semana em sua casa na praia de Rainha do Mar. Lá, o líder da oposição gaúcha ouviu que Brizola tem simpatia por sua candidatura. Guaragna ponderou, inclusive, que Simon poderia vir a ser um futuro senador pelo PTB, pois com a reorganização partidária o novo trabalhismo precisaria de representantes fortes.



Uma reunião do grupo de oposição no Sindicato dos Engenheiros

Oposição na Engenharia

Pela primeira vez nos últimos 25 anos, o Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul terá uma eleição quente. O doutor Armando Beux, de 62 anos, tem agora pela frente um grupo de associados decididos a removê-lo da presidência, que ocupa tranqüilamente há um quarto de século.

O movimento de oposição a Beux começou há pouco mais de ano e desde então um grupo de 20 engenheiros, mais alguns agrônomos e geólogos se reúne periodicamente procurando organizar um programa para tornar o sindicato mais atuante.

Nas eleições, agora em agosto, eles passam pelo primeiro teste concorrendo com uma chapa encabeçada por Homero Simon e com um programa baseado em três pontos: independência tecnológica, mercado de trabalho e a reestruturação do sindicato de forma a torná-lo um centro de debates de interesse da categoria.

Um exemplo de problema que eles pretendem atacar: a invasão das empresas multinacionais no mercado brasileiro, transformando, na maioria dos casos, os engenheiros em simples montadores, que executam apenas projetos que já vêm prontos do exterior. Esta é uma dificuldade com que se defrontam quase todos os profissionais dessa categoria, (no Brasil, os engenheiros somados aos agrônomos e aos geólogos, formam uma categoria com 200 mil profissionais, dos quais mais ou menos 10 mil correspondem ao Rio Grande do Sul).

A questão salarial também não foi esquecida. Os representantes da oposição (Chapa 2) lembram que a época em que os engenheiros conseguiam montar uma empresa de pequeno ou médio porte já passou e que, agora, a grande maioria trabalha como assalariado. E o salário mínimo profissional — em torno de Cr\$ 8 mil — não é obedecido por muitas empresas.

No lado especificamente sindical, eles querem inicialmente aumentar a participação da classe no sindicato — dos 10 mil engenheiros, agrônomos e geólogos do Estado, apenas mil são sócios atualmente. E fazê-lo realmente atuar em defesa dos interesses da categoria:

— O sindicato virou um consultório médico, onde cada paciente ganha a sua consulta individualmente, diz Pedro de Souza Bisch Neto, um dos articuladores da Chapa 2.

Para enfrentá-los, a situação montou uma chapa com 16 membros da atual diretoria, incluindo o próprio presidente e com um programa menos ambicioso:

— Nós concordamos com a atual diretoria, mas queremos agilizar um pouco mais o sindicato. Pretendemos fazer uma campanha de filiação e batalhar pela lei dos 2/3 que dispõe sobre o número de técnicos brasileiros dentro de uma empresa, diz Sérgio Frões Soares, candidato a presidente pela Chapa 1.

O grande obstáculo à oposição, porém, é o poder do doutor Armando Beux — um presidente que nunca fez um dissídio coletivo, só convoca as assembleias ordinárias e ainda faz questão de dizer que o sindicato é apolítico.

Ex-delegado do Dentel, ex-delegado brasileiro na Organização Internacional do Trabalho, ex-representante da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, ele acumula ainda a

presidência da Federação Nacional dos Engenheiros, entidade que congrega 13 sindicatos e 150 mil profissionais, e é 1º vice-presidente da Confederação das Profissões Liberais.

Eis algumas opiniões de Armando Beux: — Qual a sua definição sobre a profissão de engenheiro?

Beux — O engenheiro tem uma situação muito peculiar. Alguns são patrões, mas a maioria é empregado. Ele é o elo entre o capital e o trabalho. Está com o empresário por causa da responsabilidade técnica e da responsabilidade econômica. Mas está também com os trabalhadores, que são os auxiliares dele. Então ele deve solidariedade social, humana, e solidariedade de profissão.

— Qual a participação dele dentro do sindicato?

Beux — O engenheiro de certa forma é omissos com o sindicato. Mas não é só o engenheiro, é todo mundo. Porque todo o profissional de nível universitário é independente no pensamento, na orientação. Tem cultura, ele se determina por si. Não é a mesma coisa que o operário, que às vezes é até analfabeto. Então, para defender os direitos dele, precisa se agarrar nos líderes, numa entidade.

— O que deve ser um sindicato, na sua opinião?

Beux — O sindicato, de acordo com a lei, tem finalidades muito bonitas: representar o trabalho, valorizar o trabalho, dignificar o trabalho e cooperar com o governo. A função dele é bonita, apenas não deve desvirtuar-se.

— O sindicato tem um papel político, por exemplo?

Beux — Ah, não pode. Ele poderá participar, se interessar pelos problemas de ordem técnica, econômica e social. Agora, alguém precisa se interessar porque o presidente não tem cabeça para tudo. Se um colega entrar aqui dizendo que tem um plano, uma contribuição, desde que seja viável, a gente dá guarida, toca em frente.

— O que o senhor está achando da oposição?

Beux — Eu já tive outra, em 1957, mas venci com 70% dos votos. Eu acho que deve haver oposição, porque o sindicato é democrático. Agora, deve ser uma oposição elevada. Eles estão acusando muito, dizem que eu não faço nada. E aí eu me pergunto: será que não estou fazendo nada? Estou aposentado desde 1966, tenho tempo. Passo a manhã e a tarde aqui. Você acha que não estou fazendo nada? Será que isso é peleguismo?

— Peleguismo é quando o sindicato é atrelado ao governo.

Beux — Nós não somos atrelados ao governo. Somos independentes. Já tomamos muitas iniciativas, mas não dá para fazer tudo. Quer ver: vamos falar de poluição. Eu fiz um trabalho para o Congresso Mundial de Meio Ambiente, em Bruxelas. Sair em todos os jornais.

— O que o senhor acha das discussões sobre reabertura política e novo sindicalismo?

Beux — Não quero entrar nestes aspectos. Mas acho que a nossa legislação trabalhista é muito antiga, precisa ser reformulada. Acho que o sindicalismo deve ser aprimorado. O sindicalismo no mundo todo é bonito, mas ele suporta um tripé: governo-patrão-empregado isto é universal.

ESTÚDIO FOTOGRÁFICO FOCOCONTEXTOS. COMPETÊNCIA NA FRENTE E ATRÁS DAS CÂMARAS.

Assis Hoffmann e equipe oferecem toda a sua experiência em foto publicitária, industrial e jornalística para a produção de anúncios, catálogos, audiovisuais, reportagens e qualquer outro serviço do ramo.



FOCOCONTEXTOS Vasco da Gama, 321 - Fone: 21-3714 - Porto Alegre



**Pra indicar bem
os caminhos
daqui do sul,
uma locadora
de veículos
tem que entender
muito dessa terra.**

A Auto Locadora Gaúcha é a maior
e mais antiga empresa de
locação do Brasil.
É gaúcha.

**AUTO LOCADORA
GAÚCHA**

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.
Loja 1: Conceição, 364 - fones (PABX) 21-3333, 21-5555 e 24-5166 - Horário: 7 às 22h,
inclusive domingos e feriados. Loja 2: Av. América, 211 - fones 22-4510 e 22-2121
Horário: 7 às 22h inclusive domingos e feriados. Loja Aeroporto: fones 42-4510 e 42-5363
Atendimento Permanente.

IBM não deixa os concorrentes dormirem em paz

A IBM não se conforma em ficar fora do mercado brasileiro de mini-computadores, um filão em condições de render 100 milhões de dólares por ano e que o governo decidiu reservar para quatro empresas nacionais — a Edisa, Labo-Eletrônica, Sharp e Cobra.

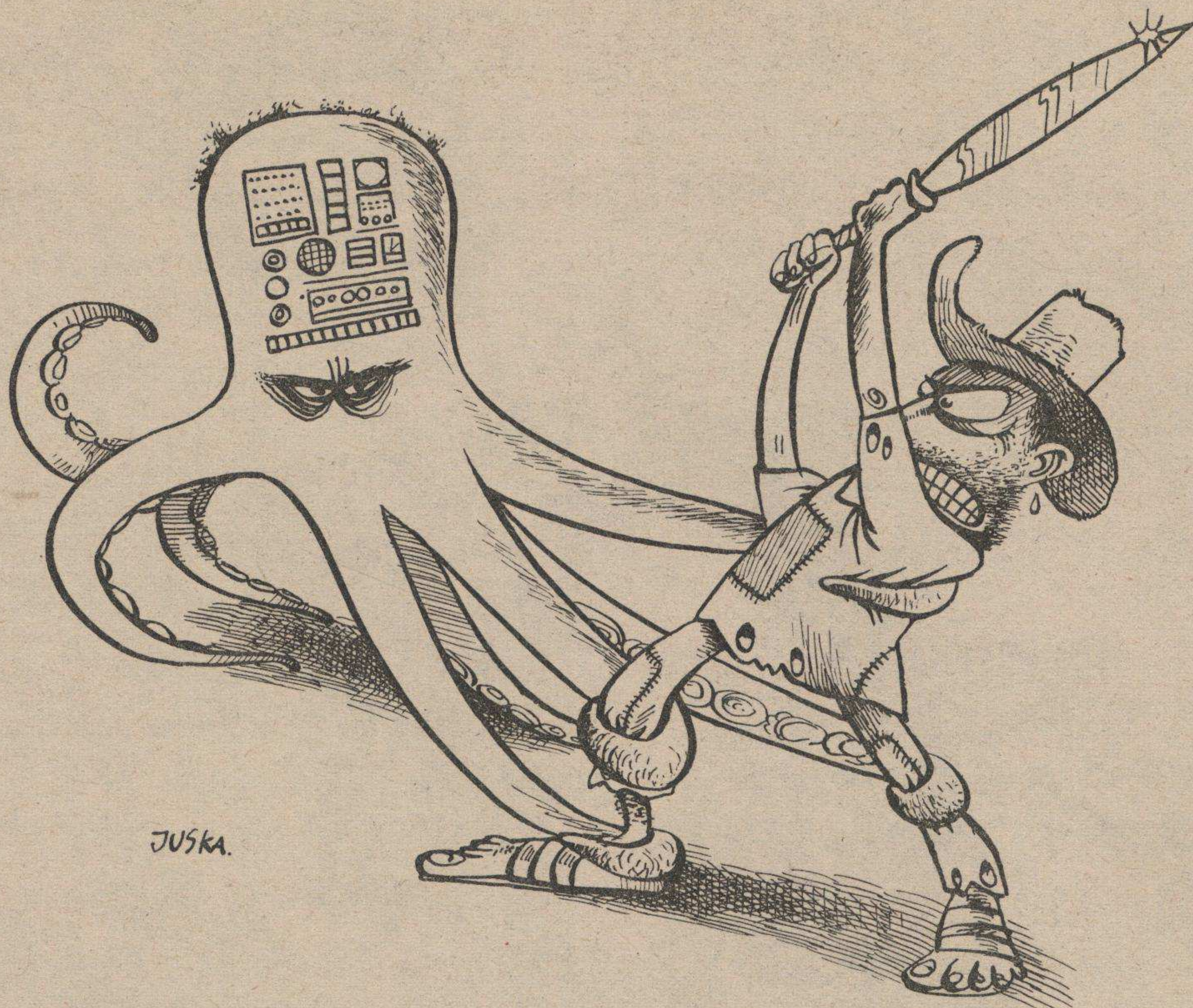
Embora a questão esteja oficialmente fechada, a IBM continua apresentando sucessivas propostas à Comissão Coordenadora das Atividades de Processamento Eletrônico (Capre). No mês passado, entrou com um novo pedido, desta vez para fabricar no Brasil computadores de porte médio.

A IBM sabe que estas propostas não serão aprovadas mas, como explica um técnico do Ministério do Planejamento, "faz isso para manter os fabricantes brasileiros em permanente estado de tensão".

Com sua insistência a poderosa empresa americana — maior fabricante de computadores do mundo — pretende deixar os empresários brasileiros em dúvida quanto à real garantia de mercado que eles possam ter e, com isso, segurar o ímpeto de seus investimentos.

O curioso é que, em suas investidas, a IBM, como todas as multinacionais da área, acusa o governo brasileiro de promover monopólios ao permitir que apenas firmas nacionais fabriquem minicomputadores no país. Logo a IBM que, nos Estados Unidos, carrega há 12 anos um gigantesco processo por violação da Lei Antitruste do seu país, um processo que já soma milhões de páginas e pesa toneladas, segundo dados apresentados numa palestra pelo senador democrata Edward Kennedy e publicados na revista *Computers and people*, dos Estados Unidos. A empresa é acusada justamente de ter monopolizado o mercado de fabricação de computadores, a mesma acusação que candidamente lança às autoridades brasileiras.

As investigações contra a IBM no comitê Antitruste norte-americano iniciaram em 1966. O processo deu entrada legal em 1969, contendo uma série de denúncias, e o julgamento teve início seis



JUSKA.

anos mais tarde, em 1975. Hoje, o processo não está ao menos na metade.

O senador Edward Kennedy, em palestra publicada na revista *Computers and People*, acha, de um modo otimista, que a decisão final do caso sairá por volta de 1984: "Muitos dos executivos da IBM, responsáveis pelas políticas contestadas pelo governo estão, agora, aposentados ou mortos. Muito pouco dos produtos apontados na violação do mercado pelas leis antitrust são ainda comercializados".

O fato é que, desde 1966, a IBM acumulou um lucro líquido de US\$ 13 bilhões. E entre os inúmeros grupos incorporadores que alijou do mercado de computadores, estão nada menos que as poderosas *General Electric Co.* e a *RCA, Inc.*, o que, a bem da verdade, justifica a "tensão" dos empresários brasileiros do setor.

Valério Fabris

Cooperativa para acabar com a secretária alugada

As agências de prestação de serviços, que atuam pelo sistema de *leasing* (aluguel do trabalho das pessoas a terceiros) estão cada vez fazendo mais sucesso no Brasil. Elas oferecem desde agentes de segurança e vigias até datilógrafos e intérprees para trabalhos eventuais. Para as empresas é bom negócio, por que usando funcionários alugados se livram do vínculo empregatício e das obrigações sociais com funcionários. É bom negócio para as agências também, pois elas cobram normalmente três vezes mais do que pagam ao empregado.

Existe, no entanto, uma forma simples de acabar com essa exploração de mão-de-obra. É o cooperativismo, o "ovo de Colombo" descoberto recentemente por um grupo de secretárias de Porto Alegre. Segundo Geni Zakowicz — presidente da *Cooperativa de Serviços Secretariais e Similares de Porto Alegre (Coosespa)* — as agências estão cobrando das empresas usuárias até Cr\$ 42,00 a hora, pelo trabalho de uma secretária, e pagando apenas Cr\$ 17,00 à profissional.

A Coosespa já tem 31 associadas, que fazem trabalhos de datilografia, recepção, intérprete, secretária e auxiliar de secretária. E em vez de ganharem apenas 38% do valor real do seu trabalho, como ocorre com as que trabalham para agências de prestação de serviços, deixam apenas 10% para a cooperativa, ganhando uma respeitável diferença — de Cr\$ 17,00 para Cr\$ 37,80 a hora.

Para associar-se à cooperativa das secretárias — pioneira do gênero no Brasil — a interessada deve-se registrar como profissional autônoma, na Prefeitura, e pagar parceladamente uma quota de um salário mínimo. A exigência básica é de que tenha mais de 18 anos e curso médio completo.

A Coosespa, segundo sua presidente, está tendo boa aceitação por parte das empresas que precisam de secretárias para trabalhos temporários, que também levam vantagem com a cooperativa, pois certamente uma funcionária bem remunerada sempre terá um bom desempenho profissional.

Mas, a Coosespa ainda está em desvantagem em relação às agências de *leasing*, pois estas faturam alto e têm condições de pagar relativamente em dia mesmo que os clientes atrasem; e a cooperativa não dispõe de capital de giro. No entanto, em breve deverá receber um financiamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), com o que ganhará folego e poderá instalar-se numa sede mais adequada. Por enquanto ela está funcionando numa sala emprestada pela Cotriexport, na Rua Senhor dos Passos, nº 561 — Fone 25-8388.

Rafael Guimarães

Puclicitários organizam seu sindicato

A casa está quase arrumada, falta só botar alguns móveis no lugar. Num árduo trabalho de pouco mais de um mês, a diretoria eleita provisoriamente para a Associação Profissional dos Trabalhadores em Empresas de Publicidade (APTEP) conseguiu transformar a apática entidade, inativa desde que foi fundada, há três anos, em Sindicato dos Publicitários e Trabalhadores em Empresas de Propaganda do Rio Grande do Sul.

Agora, a diretoria e mais oito *delegados* em agências de Porto Alegre e interior trabalham com muita vontade para dar aos 300 associados (são cerca de 700 publicitários em todo o Estado) a carta sindical antes mesmo dos 90 dias de prazo legal para esta formalidade. No meio publicitário, já se prevê que este será o sindicato mais atuante do país na categoria, pela determinação de quem encabeça o movimento.

A mobilização dos publicitários gaúchos para dar vida a seu órgão representativo não é isolada, se olharmos o caráter da atividade que renasce nos sindicatos e associações de todo o país. Mas tem origem também na inércia da ex-APTEP, que foi presidida por Omar Siqueira, em quem os publicitários não depositam mais confiança, pois a maioria desconhece até a sua exata atividade profissional.

A primeira vitória já havia sido obtida na metade de junho, quando cerca de 70 publicitários conseguiram derrubar por 61 a 4 a antiga diretoria em assembleia extraordinária. Durante a sua gestão, Siqueira não teve se quer a iniciativa de marcar eleições, manteve a contabilidade completamente irregular, e incluiu no quadro de associados pessoas que nada tinham a ver com a publicidade, como secretárias, contínuos, serventes, "devido ao seu tipo de relacionamento", afirma o atual tesoureiro, José Pinto, contato da Ampla.

Washington Luis Moura de Carvalho — o Tom — diretor de arte da mesma agência e um dos líderes de todo o movimento, conta o início da transformação. "Eu via na propaganda gaúcha uma desvalorização constante do profissional. Fiz contatos diretos com pessoas durante um ano, até que a ARP (Associação Riograndense de Propaganda) resolveu encampar a luta."

Neste mês que precedeu a transformação em sindicato, um grupo dos eleitos — entre eles Luis Carlos Cotta (MPM), Jorge Schertel (Agência UM), Paulo Buffara (Promox), Carlos Bonetti (Nova Agência), além de Tom e José — se esforça para fechar a contabilidade e concluir o levantamento dos associados legalmente inscritos. Partiram para a cobrança das mensalidades e lançaram uma campanha de chamamento a novos associados.

Antes mesmo da carta sindical, o sindicato já apoiou o documento enviado pelo Sindicato das Agências e vários outros órgãos de categorias de trabalhadores em comunicação ao Ministério da Justiça, pedindo a suspensão da censura prévia na mídia eletrônica.

O seu principal objetivo será a regulamentação da profissão, há 10 anos emperrada no Ministério do Trabalho. "Precisamos legalizar uma atividade que não tem nenhum órgão oficial de apoio. Qualquer um hoje pode abrir uma agência, trabalhar em qualquer setor. É preciso peneirar esse pessoal e tirar os *pará-quedistas*", diz o presidente atual, Jim Pereira Pompeu, diretor de produção da Standard Propaganda e professor na PUC e Unisinos.

Outro objetivo é a fixação de dissídios anuais, para nivelar melhor os salários: o Rio Grande do Sul é hoje o terceiro mercado publicitário em faturamento e o sétimo em salários no país (o pessoal do primeiro escalão — diretor de arte, redator — ganha de 20 a 25 mil. O segundo escalão recebe em média Cr\$ 5 mil). Os publicitários recolhem imposto para o sindicato dos radialistas, dos comerciantes e vários outros, mas nunca tiveram um dissídio estendido a sua categoria.

Lenora Vargas

OS LIVROS QUE VOCÊ PRECISA LER ESTÃO AQUI.

A1 — Amor Brasileiro
Luís Fernando Veríssimo
As melhores crônicas do melhor cronista que Você se acostumou a ler no Coojornal. — Cr\$ 60,00

A2 — Vinte Poemas de Amor
Pablo Neruda
O livro mais conhecido do maior poeta da América. Texto original e ilustrações de Carybé. Cr\$ 70,00

A3 — Estado e Povo no Brasil
Vamrireh Chacon
Um panorama do processo de mutação política no Brasil de 1930 até nossos dias. Cr\$ 140,00

A4 — Novas Formas do Amor
Carl Rogers
Novas alternativas do amor no mundo de hoje. Uma visão aberta da relação homem-mulher. Cr\$ 80,00

A5 — Getúlio Vargas
John Foster Dulles
Uma biografia política na visão de um "brazilianist". Farta documentação inédita. Dezenas de fotos. Cr\$ 190,00

A6 — A Hora da Estrela
Clarice Lispector
O último e mais importante livro de nossa maior ficcionista. Uma obra-prima. Cr\$ 60,00

A7 — A Ferro e Fogo
Tempo de Solidão — Josué Guimarães
Um painel da imigração alemã. Um romance denso e fascinante. Um sucesso de crítica e público. Cr\$ 80,00

A8 — Comportamento Íntimo
Desmond Morris
O contato pessoal como a mais básica forma de comunicação. Uma obra que lhe dará uma nova visão. Cr\$ 90,00

Aproveite a oportunidade. Peça ainda hoje pelo Reembolso Postal. Preencha o cupom abaixo.

Agência Literária Veritas Ltda.
Caixa Postal, 1.343 — Porto Alegre

Queiram enviar-me os livros abaixo assinalados com X:

A1 A2 A3 A4 A5 A6 A7 A8

Nome: _____

Rua: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

* Não mande dinheiro. Só pague ao receber os livros. Não cobramos despesas de remessa.

Assinatura _____



punha logo no Correio

A Igreja Eletrônica e seus camelôs

A primeira vez que o Brasil assistiu a Rex Humbard foi no Natal de 1976, em cadeia internacional de Televisão. A partir de janeiro de 1977, seu programa passou a ser transmitido semanalmente pela TV Tupi. Em junho, finalmente, "pastor internacionalmente conhecido" veio ao Brasil: colocou 170 mil pessoas na Maracanã, outro tanto no Pacaembu. O *Fantástico* dedicou boa parte da noite de domingo retransmitindo as palavras de Humbard e as canções entoadas por sua mulher, quatro filhos, duas noras e seis netos, todos proclamando "a mensagem positiva do amor e do perdão de Deus".

Rex Humbard é o mais famoso representante da *Igreja Eletrônica* — como são conhecidos os programas de rádio e televisão que vendem lesus — uma indústria em expansão nos Estados Unidos, estimando-se que há 1.200 estações de



Humbard: negócio da China

rádio e TVs religiosas no país. Há até mesmo uma *National Religious Broadcasting*, organização que representa algumas dessas emissoras.

O Evangelho, hoje em dia, é um negócio como ter uma cadeia de hambúrgueres, uma frota de táxis ou ser dono de cursinho pré-vestibular. Dá uma nota certa.

Segundo *The Wall Street Journal*, oito pastores, famosos como Rex, nos Estados Unidos, arrecadam mais 250 milhões de dólares por ano, em donativos. A *Catedral do Amanhã*, em Akron, Ohio — onde se produz o programa de Rex Humbard — emprega 300 pessoas e tem para 78 um orçamento de 18 milhões de dólares. Nenhum dos programas apresentados em 237 estações de TV norte-americanas (no mundo todo são 570 programas, atingindo 100 milhões de telespectadores) deixa de pedir sua contribuição. Um negócio da China.

Muitas das estações religiosas norte-americanas têm audiência superior a dois milhões de pessoas, o que é realmente impressionante considerando-se que os programas comerciais mais populares atingem em média um público de 2

milhões e 800 mil pessoas. Todos esses programas pedem respostas telefônicas ou por carta, acompanhadas de doações. Rex Humbard é a maior estrela desse show.

Desvinculado de organizações eclesiais, concílios, sínodos, etc., o empresário Humbard não tem de prestar contas a comunidade alguma do que recebe. Como é que o Imposto de Renda vai saber quanto ele ganha se vem tudo num envelope fechado e inviolável? Ou será que as doações já são dedutíveis?

Por tudo isto, lamento não poder concordar com a forma de ministério escolhida por Rex Humbard. Ela é colonialista, direitista, eletrônica, anti-comunitária, divisionista, massificante, dominadora, lucrativa e com culto à personalidade. Com toda essa carga negativa, a grande virtude, que é a de falar da Bíblia e anunciar por ela a salvação em Cristo, fica muito prejudicada.

Roberto Themudo Lessa

NOTA DA REDAÇÃO — Roberto Themudo Lessa é pastor protestante e jornalista.

O SEGUNDO PAÍS MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO TINHA QUE TER O MAIOR PARQUE INTEGRADO* DE PROCESSAMENTO DE SOJA DA AMÉRICA LATINA, VOCÊ NÃO ACHA?



Em Esteio, Rio Grande do Sul. Aliás, desde 1929, a Samrig não pára de crescer, processando trigo e depois soja, fabricando alimentos e produtos de

qualidade insuperável para milhares e milhares de brasileiros. Com muito carinho. E responsabilidade.

SAMRIG
S. A. MOINHOS RIO GRANDENSES

(*) Na mesma fábrica, a soja entra, por um lado, e saem, já transformados, por outro: óleo comestível, margarinas vegetais, gorduras hidrogenadas, lecitina, farinha, farelo, proteína concentrada e proteína isolada.

Patrões: agora um sindicato sem dissidências?

O industrial gaúcho Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro fez suas primeiras manifestações há quase dois anos. Pedia maior participação dos empresários nas decisões do governo, modificações da política econômica e atenção aos problemas sociais do País.

Dáí ele evoluiu para outras declarações sobre assuntos importantes para a Nação, como redemocratização, liberdade sindical, etc. A esta altura, suas palavras coincidiam com as primeiras reivindicações dos líderes dos sindicatos trabalhistas que readquiriram a voz depois de 14 anos. E — como Carlos Reinaldo Mendes Ribeiro era diretor da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul — isso dava a idéia de uma coincidência também de esforços entre patrões e empregados em busca de mudanças para o país.

Dia 9 de agosto, porém, esta aparente harmonia foi rompida: Mendes Ribeiro, que também é presidente do Instituto de



Ribeiro: "Pressões externas"

Desenvolvimento Empresarial do RS e professor de *Introdução à Administração* da Universidade Federal, entregou à diretoria da Fiergs um pedido de demissão.

Este seria, a seu ver, o único caminho encontrado para superar as divergências que o separavam do presidente da Fiergs, Enio Verlangieri:

Não eram, porém, meras divergências domésticas. Na nota que divulgou ao renunciar, Mendes Ribeiro disse: "Espero que esse episódio se some a toda uma casuística que demonstra os inconvenientes da vinculação das entidades sindicais ao Governo. Espero que algum dia se tenha no Brasil liberdade de atuação para sindicatos, sejam eles patronais ou de empregados. Espero, enfim, que na vigência de uma democracia plena, esses óbices de direito de livre manifestação sejam definitivamente abandonados".

Os óbices, segundo explicou depois, neste caso se consubstanciam no desejo do presidente da entidade sindical de manter, pelo menos publicamente, uma unidade entre os membros da diretoria. Defendendo essa unidade, diz Ribeiro, Enio Verlangieri avisou que numa viagem a Brasília fora alertados para certas posições assumidas "por um diretor da Fiergs" e ouvira frases como: "A entidade agora virou contra o governo". Na sua nota, ele chega a fazer alusão direta a isso ao afirmar que "pressões externas gerando um impasse me levam à renúncia do mandato".

Alguns experientes líderes do empresariado gaúcho, como Paulo Vellinho

e Luiz Mandelli (os dois ex-presidentes da Fiergs), ouvidos por este jornal, disseram acreditar que "o episódio está encerrado" e que agora com a saída de Ribeiro "a questão das divergências na diretoria" deixa de existir.

Talvez. É preciso considerar, no entanto, que a brandura com que a diretoria presidida por Enio Verlangieri trata questões importantes não agrada a todos os empresários. A Câmara de Comércio e Indústria de Caxias do Sul, que representa o mais importante núcleo industrial do Estado depois da Grande Porto Alegre, já examinou, por exemplo, a possibilidade de se desvincular da Fiergs. Por conta própria a Câmara tratou de realizar uma pesquisa em meados do ano passado, divulgando depois um documento onde se pede a volta ao Estado de Direito, maior participação nas decisões do governo, e o direito de greve. Na ocasião um diretor da entidade deixou transparecer aos jornais o descontentamento dos empresários filiados à Câmara pelo "excessivo conservadorismo da Fiergs". O próprio Mendes Ribeiro na sua nota diz que diretores da entidade davam apoio às suas posições.

Tomás Irineo Pereira

COONEWSPAPER PRESENTS!

CONTATOS MACANUDOS DO TERCEIRO GRAU

POIS LE CONTO COMO FOI O CAUSO: — DAQUELA FEITA ANDAVA EU RECORRENDO O FUNDO DA INVERNADA, ATRÁS DUMA NOVILHA BRASINA QUE SE EXTRAVIOU DO RODEIO...

... NA QUEBRADA DA COXILHA DEI COM UM POVAREU E UM MAQUINÁRIO MUITO EXQUISITO...
CHÔ MISCO NUNCA VI TANTO PREPARO PRA UMA CARREIRA DE CANCHA RETA!

BUENAS PAYSANO! SE QUEREM UMA MÃOZINHA!...
GOOD MORNING, MISTER! O SENHOR JÁ ESTÁ PREPARADO PARA RECEBER OS DISCOS?

DEPENDE DOS DISCOS! SE FOR ALGUM DO GILDO DE FREITAS, DO NOEL GUARANY, A GAITA DO TIO BILIA...
LOOK! VEM CHEGANDO!

ALA FRESCA! O PAI DOS CANDIEROS!
AGORA OS EXTRA-TERRENOS VÃO DEVOLVER OS DESAPARECIDOS!

QUEM SABE NÃO ME DÃO NOTÍCIA DUMA NOVILHA BRASINA ABICHADA NA PALETA?
CAPITÃO MCKINLEY DESAPARECIDO EM 1951
TENENTE WILLIAMS, DESAPARECIDO EM 1946

OIGATÊ, VIVENTINHO SEM FEITIO E FORA DE ESQUADRO!

TAURINO FAGUNDE, MUITO PRAZER! — CHÔ MISCO, MAS TÁ POUCO O PASTO NO SEU PLANETA, MEU AMIGO!

AGORA VOU LHE FAZER UM PEDIDO: NA PRÓXIMA VISITA ME TRAGA ESSA RAPAZIADA DA LISTA, QUE A GENTE NÃO VÊ FAZ UM LOTE DE TEMPO!

BRIZOLA
CESSO FURTADO
MIGUEL ARRAGES
PAULO FREIRE
PLAUNO TAVARES
LUIZ TRASSOTT
JULIÃO

Atrás deste jornal vem uma idéia muito maior que ele.



Em novembro, Coojornal entra em seu quarto ano.

E já entra com o pé direito.

Criado em 75, Coojornal hoje é um veículo conhecido e reconhecido no país inteiro.

Um veículo de público bem definido: jornalistas, advogados, arquitetos, médicos, engenheiros, sociólogos, pessoas formadoras de opinião.

É o único jornal da Imprensa Alternativa, feito fora do eixo Rio-São Paulo, que tem circulação nacional.

Cresceu o Coojornal.

Cresceram também os números do Coojornal.

De abril a julho deste ano, o faturamento aumentou em cerca de 490%.

Em um ano, a tiragem dobrou e mais um pouco: de 15 para 35 mil exemplares.

E o que é mais gratificante: o segredo desse sucesso não está em uma ou duas ou em um grupo de pessoas. Está na capacidade de organização de uma classe inteira.

Está na Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Hoje, são 315 jornalistas associados, razão principal da força e da estrutura da Cooperativa.

Boa parte desses 315, entre repórteres, editores, cartunistas, diagramadores, trabalha nos jornais, boletins e revistas editados pela Cooperativa. E na Agência de Notícias Coojornal, que atende alguns dos principais jornais e revistas do país.

Todo esse trabalho jornalístico é apoiado também por outros departamentos: arte, fotografia, comercial, pesquisa, circulação e industrial. O departamento industrial conta com um completo equipamento de fotocomposição, montagens e fotolito.

É impossível falar em Coojornal sem falar na Cooperativa e seus associados. Sem falar em consciência profissional. Sem falar em organização.

Um jornal que tem uma grande idéia atrás só pode dar certo.

cooJORNAL



Silveira: "A denúncia foi feita sem conhecimento"

Segue o caso Ouroville

— Toda essa história faz parte de uma campanha contra nós.

É o que diz em sua defesa Alberto Ohlweiler da Silveira, dono da *Agroindustrial Barra do Ouro* — responsável pelo Projeto Ouroville — e de uma ficha pouco recomendável no mundo dos negócios. Contra ele pesam dezenas de processos de cobrança judicial, ações por invasão de terras e até acusações de estelionato.

O Projeto Ouroville consiste no loteamento de uma bela área rural do município de Rolante, na serra gaúcha, em sítios de cinco mil metros quadrados (meio hectare). Com ruas calçadas, energia, lagos artificiais, um bom hotel e outros arranjos, a Agroindustrial Barra do Ouro se propõe a construir ali uma requintada área de lazer destinada à classe média, cujo poder aquisitivo não permite instalar-se nos valorizados municípios vizinhos de Canela e Gramado.

As vendas desse badalado *paraíso classe média* muito bem desde o seu lançamento, a quatro de abril. Mas, no mês passado, depois que o IBDF denunciou à Polícia Federal a devastação de matas naturais pela Agroindustrial Barra do Ouro, uma série de outras irregularidades vieram à tona e as vendas foram suspensas.

Os jornais e as emissoras de rádio e televisão de Porto Alegre, talvez tolhidos pelo respeitável volume de propaganda oferecido pelo Projeto Ouroville se comportaram com uma discrição exemplar.

Uma nota do *Coojornal* do mês passado trouxe a público o caso e logo dezenas de compradores correram à empresa para desfazer o negócio e tentar reaver o que já haviam pago (alguns tiveram que assinar declarações de que desistiam da compra em consequência da notícia veiculada no jornal).

Pelo menos 50 desses desistentes entregaram a causa ao advogado José Mauro de Oliveira, que há um ano vem acompanhando as evoluções de Alberto Ohlweiler da Silveira no campo dos grandes negócios, as quais ganharam tais dimensões que já foram objeto de denúncia inclusive na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado.

José Mauro de Oliveira acompanha os passos do dono de Ouroville desde que ele comprou uma fazenda de 980 hectares (cerca de 12 quadras de sesmaria), em Encruzilhada do Sul, e não pagou. O proprietário, Júlio Lezdkalns, achou que era um *negócio da China*, quando recebeu a proposta de compra da fazenda. Alberto Ohlweiler da Silveira ofereceu Cr\$ 13 milhões e 150 mil. Mas já a entrada foi paga com um cheque sem fundos (nº 0930175), de Cr\$ 1 milhão, sacado contra o Banco Lar Brasileiro.

Segundo Júlio Lezdkalns e seu advogado José Mauro de Oliveira — numa petição encaminhada à Justiça — esta foi a primeira dificuldade de cobrança. Houve muitas outras, entre elas a transferência da dívida da pessoa física de Alberto Ohlweiler da Silveira para uma empresa recém-criada, chamada *Agropecuária da Quinta*.

A solução encontrada para este caso

foi magistral: seriam repassadas para o dono da fazenda, como forma de pagamento, as promissórias pagas de um futuro empreendimento no município de Rolante — o dito Projeto Ouroville. Mas quando o advogado foi conferir o tal empreendimento, encontrou-o em situação pouco confiável.

Primeiro, porque deparou-se com uma Ação de Reintegração de Posse movida por Lauri Benetti e sua esposa contra Alberto Ohlweiler da Silveira, na Comarca de Taquara. O casal alega que Alberto invadiu uma área de 151 hectares de sua propriedade, para lotear e vender, no mesmo local de Ouroville. O advogado acha muita coincidência o fato da atuação ter sido assinada justamente no dia do lançamento do Projeto Ouroville.

Mas a suspeita sobre posse da área de Ouroville não se restringe a esse caso. As irmãs Norma e Irma Troian e o secretário da Fazenda da Prefeitura de Canoas, Ernani Freitas, também alegam que tiveram suas terras invadidas pela Agroindustrial Barra do Ouro e que foram barrados no local. Consta que Alberto comprou, efetivamente, uma área de dois mil hectares que pertencia a Francisco Rosenberg. O restante teria sido *anexado*.

Enquanto isso, em Rolante nada se sabe concretamente sobre o loteamento. O Cartório de Imóveis não o desconhece mas informa que não o liberou. E nem poderia: falta toda a documentação exigida pela lei do loteamento e o registro do Incra. Aliás, por tratar-se de uma área rural, o loteamento ali é ilegal, pois contraria a legislação do Incra que exige módulos mínimos de 15 hectares. Assim, nenhum cartório jamais poderá escriturar os terrenos vendidos.

"É não é só isso" — diz o advogado José Mauro. "Todos os imóveis de Ouroville estão hipotecados ao Banco Expansão, que permitiu a venda sob duas condições: que o loteamento estivesse registrado e que o produto das vendas revertesse para o próprio banco. Mas, pelo que consta, isso não acontece".

Aqui a confusão aumenta. O advogado tira um maço de promissórias da gaveta e mostra que apenas algumas delas estão carimbadas pelo Banco Expansão. E observa: "O não explicitamento desta hipoteca nos contratos está previsto no Artigo 171 do Código Penal — é estelionato (de dois a oito anos de prisão)". E o silêncio do banco é outro mistério, para o advogado, pois já venceu parte da hipoteca, no valor de Cr\$ 5 milhões.

Os imóveis que estão sendo vendidos pela Agroindustrial Barra do Ouro, em Ouroville, estão segurados pela Seguradora Sulbrasileiro. Alberto Ohlweiler da Silveira diz que o seguro funciona pelo mesmo sistema do BNH — morreu o comprador, está quitado. Mas o advogado dos compradores desistentes tem outra versão.

"É um caso raro de *imaginação criadora*" — diz ele. "É a primeira vez em que o segurado paga o prêmio e o beneficiário é a própria Agroindustrial. Ou seja: quando morrer o comprador, reverte para a firma loteadora". E aponta para um maço de apólices nessa situação.

Enquanto isso, instalado confortavelmente no seu luxuoso escritório de Porto Alegre, na Avenida Icarai — Bairro do Cristal — Alberto Ohlweiler da Silveira, tenta rebater as denúncias. "Nós trabalhamos durante um ano e meio nesse projeto; investimos Cr\$ 35 milhões. O IBDF denunciou o projeto à Polícia Federal sem conhecê-lo. Além disso, já tinha autorizado cortes anteriores naquela área. E tem mais: estamos preservando 75% do total da área de loteamento".

Mas o advogado José Mauro de Oliveira parece pouco inclinado a acreditar em Alberto Ohlweiler da Silveira. Especialmente depois de ter levantado sua ficha no Primeiro Distribuidor de Porto Alegre: 15 ações judiciais contra ele (Alberto), três contra sua esposa, Maria Aparecida Sperotto, e 34 contra a Cidade Nova — antiga firma dele. E diz ainda que tem uma fita gravada de um diálogo no qual o empresário tentou convencê-lo a passar para o seu lado e depois, diante da negativa, ameaçou-o de morte.

Quanto vale um beijo de Cristina Onassis na praia?

Quando os jornais noticiaram o surpreendente casamento da milionária Cristina Onassis com um russo pobre, o fotógrafo brasileiro Alberto Jacob levou um choque. Ele poderia ter dado um furo internacional, mostrando um ano e oito meses antes Cristina e Sergei Kausov beijando-se na praia da Barra da Tijuca, no Rio.

Jacob fez as fotos dos dois, quando Cristina esteve no Brasil em novembro de 76 mas o jornal em que ele trabalha — O Globo — decidiu não publicar as fotos, atendendo a um pedido pessoal da própria Cristina. Alegou ela que ainda estava casada com seu segundo marido e as fotos que certamente teriam repercussão internacional a comprometeriam.

Além de não publicar as fotos, Jacob recebeu a recomendação do subchefe de reportagem d'O Globo para que não falasse ao jornal O Estado de S. Paulo e à revista Veja, que sabendo do episódio o procuraram.

— A notícia que tínhamos no jornal sobre a chegada de Cristina Onassis era imprecisa. Sabíamos que tinha chegado ao Brasil acompanhada de dois homens desconhecidos, para fazer negócios com a Petrobrás. Saímos, eu e o repórter Lourenço, como dois detetives e acabamos descobrindo que Cristina estava no Leme Palace. Chegamos ao hotel e pouco depois ela apareceu, acompanhada de Sergei — que não sabíamos quem era — e notei que estava preocupada em esconder

alguma coisa. Naquele dia só consegui fotografá-la sem o acompanhante, conta Jacob, 43 anos, 25 de fotografia.

Foi somente no terceiro dia de *perseguição* que Jacob conseguiu fazer as hoje famosas fotos: "Eu e o repórter Marcelo Fagá estávamos perto do hotel quando vimos Cristina sair — toda vestida, ao lado de dois desconhecidos — e pegar um táxi especial. Nós os seguimos, sem sermos vistos, até a praia da Barra da Tijuca, onde pararam e desceram na areia. Daí em diante comecei a bater fotos do casal: eles se despiram — estavam com roupas de banho por baixo — correram durante algum tempo; voltaram e se deram abraços e beijos. Tudo isso durou cerca de 45 minutos, e eu usei dois dos três filmes que havia levado".

Durante o tempo em que Jacob fazia as fotos, Manga, o motorista do jornal, conversava com o motorista do táxi. "Nesse papo, Manga pediu ao cara que fosse devagar, para que pudéssemos segui-los".

Mas o plano não deu certo. Na altura da Francisco Otaviano, num engarrafamento, Manga emparelhou com o táxi e Cristina reconheceu o fotógrafo — ela havia guardado sua fisionomia na memória, no primeiro dia, quando Jacob bateu fotos no saguão do hotel. Depois de muita discussão, Cristina aceitou a sugestão do fotógrafo: entrar no carro do jornal e seguir com eles até a redação.

— Ao entrar no nosso carro, ela já estava meiga e pedia por favor que devolvesse os negativos. Não dei bola, disse que nada feito. Foi então que Cristina me ofereceu 50 mil dólares. Retruquei que meu trabalho era mais importante que dinheiro, que não adiantava insistir".

Ao chegar n'O GLOBO, Cristina foi recebida pelo assistente da diretoria, Marcelo Garcia. Conta Jacob:

— Fiz questão que ela repetisse na frente dele que tinha me oferecido 50 mil dólares, pra ninguém dizer que eu estava mentindo. Ele ouviu e pediu que devolvesse as fotos. Não me conformei em entregar um trabalho tão importante e lhe dei um filme operado (o primeiro, quando ela se despiu) e outro, virgem".

A história teria morrido ali, se Cristina não tivesse casado com Sergei. E nem O Globo teria material para vender, hoje, não fosse o truque de Jacob, que salvou o segundo filme com os dois se beijando.

— O engraçado é que consegui dar um furo de reportagem, um ano e oito meses depois de tê-lo feito. Parece que as fotos estão causando muito impacto lá fora, pois já foram vendidas para vários países", diz Jacob.

De fato. O detalhe é que, normalmente, O Globo cobra Cr\$ 350,00 por foto. As de Cristina Onassis e Sergei Kausov, entretanto, valorizaram-se subitamente: o jornal está pedindo mil cruzeiros por cópia.



O furo de O Globo, com as fotos salvas pela desobediência do fotógrafo

Sigilo sobre os maus resultados

Dorme na gaveta de algum burocrata de Brasília um criterioso estudo sobre a situação agrária do Nordeste, encomendado pela Embrater ao economista Romeu Padilha de Figueiredo. Esse estudo foi abafado assim que chegou às mãos do Governo, que decidiu tratá-lo como documento reservado.

Mas, agora suas conclusões transpiraram dos gabinetes oficiais e o motivo do sigilo tornou-se evidente: ele não mostra o quadro otimista pintado pelo Governo, que não tem sido modesto com relação aos resultados da Sudene e de programas como o Proterra.

O trabalho não apenas revela uma crescente concentração fundiária — ao contrário do que dizem as autoridades. Também denuncia que os recursos oficiais para crédito agrícola estão alimentando a agiotagem praticada pelos poucos que têm acesso a eles, contra os pequenos proprietários rurais, arrendatários e parceiros. E destaca que a lenta evolução da agropecuária nordestina está se realizando à custa do sacrifício desses minifundiários e dos trabalhadores rurais em geral.

Citando números de uma pesquisa feita pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), em conjunto com a Sudene, Romeu Padilha de Figueiredo evidencia, em seu trabalho, a gravidade da concentração fundiária na região. E, de fato, esses números são confiáveis e bastante expressivos: apenas 27% da área rural nordestina é destinada à agricultura, que, mesmo assim, responde por 74% do valor da produção. A pecuária, no entanto, embora ocupando 73% da área, gera apenas 26% da produção primária.

Isso mostra a baixa produtividade do latifúndio, onde 10% das propriedades representam 67% da área regional. Enquanto isso, o minifúndio prolifera: 63,4% dos estabelecimentos agropecuários da região detêm 10,5% da área cultivável; 32,5% das propriedades variam de zero a 10 hectares e somente 4,1% são iguais ou superiores a 500 hectares.

Agiotagem

Além disso — exceto as culturas bem-postas, como o cacau, o algodão e a cana-de-açúcar — as demais estão perdendo área para a pecuária. Como diz o estudo, está havendo um processo intenso de uso da terra para a criação de gado, porque o pecuarista goza de enormes vantagens, "pois os produtos de origem animal são consumidos pelos estratos das populações urbanas de nível de renda média ou alta".

E a agricultura alimenta o gado (com restolhos de algodão, palhas de milho e arroz, 40% da produção de mandioca e 65% do milho) "a custos baixíssimos, dado ao grande poder de barganha dos pecuaristas nas transações com os produtores desses produtos".

Pode-se ter uma idéia dos prejuízos dessa exploração dos latifundiários sobre os pequenos produtores ao se considerar a precariedade de produção agrícola — aliada à escassez de terra: o índice de mecanização é insignificante; menos de 1% dos estabelecimentos rurais usam força mecânica ou animal. Somente 10% usam sementes compradas (especialmente algodão) e só 3% usam fertilizantes — a correção do solo se concentra nas lavouras de cana-de-açúcar, cacau e café.

Esse quadro é agravado pela falta de crédito. O Nordeste recebe apenas 12% do total dos recursos aplicados nacionalmente na agricultura, embora sua produção agrícola represente 22% da nacional. Por isso, apenas 5% das propriedades com menos de 10 hectares recebem crédito institucional, o que

revela uma política discriminatória contra o pequeno agricultor.

E aqui, mais uma vez, os grandes faturam em cima dos pequenos — e de forma ilícita. Como preferencialmente o crédito rural é franqueado às grandes lavouras de cacau, algodão e cana-de-açúcar, os produtores destas culturas aproveitam o acesso que têm a esses recursos e desviam parte deles para a agiotagem.

O estudo de Romeu Padilha de Figueiredo cita uma pesquisa do técnico Correia de Andrade indicando taxas de juros que chegam a 10% ao mês (120% ao ano), nesses financiamentos dos grandes aos pequenos que não podem oferecer as garantias reais exigidas pelo crédito oficial.

Nessas condições, é impossível inverter-se o processo de empobrecimento do minifundiário nordestino. Como diz o es-

tudo da Embrater, "o subemprego e a insegurança constituem a condição fundamental da grande maioria da população ocupada na agricultura do Nordeste".

Desemprego

Hoje existe uma disponibilidade de mão-de-obra rural de cinco milhões de pessoas, na região nordestina. Mas o estudo apurou que, mantidas as condições atuais, existiria trabalho apenas para 1 milhão e 200 mil pessoas que trabalhassem 300 dias por ano. O resultado disso é que toda uma multidão de trabalhadores temporários, que têm as piores condições de subemprego, trabalham cerca de 60 dias por ano.

E, segundo a pesquisa do Bird citada por Romeu padilha de Figueiredo, as cul-

turas tradicionais, como cana-de-açúcar, cacau, café e, mais recentemente, a pecuária, pagam apenas o equivalente a 30% do salário mínimo regional — o mais baixo do País.

Dá a advertência dramática que encerra o estudo congelado pelo Governo de Brasília: "Obviamente, estes níveis de renda e de salários tão desgraçadamente baixos, em que só se acredita quando se conhece a região, tenderão a se deteriorar ainda mais, na medida em que prosseguirão processos como os da pecuarização, da redução dos tamanhos dos pequenos estabelecimentos, do aumento do poder de barganha dos que arrendam ou dão terras em parceria, dos que financiam pequenos produtores e com eles comercializam, dos que as-

Rogério Troyano — Brasília

LUBRIFIQUE IPIRANGA

Ganhe em desempenho e economia.

Com óleos lubrificantes Ipiranga você percorre todos os caminhos com muito mais economia. Nossos lubrificantes otimizam o rendimento do motor de seu carro. E você ganha em desempenho.

IPIRANGA

Nanicos em situação difícil na Espanha

Lançadas precipitadamente, para aproveitar a avidez do público por assuntos como política e sexo, proibidos por mais de 40 anos de ditadura franquista, essas pequenas revistas foram criadas sem estrutura econômica e estão sobrevivendo precariamente, em completo desequilíbrio financeiro. O que, de certa forma, era previsível dentro da conjuntura econômica nacional, posto que a maioria dessas publicações surgiram da iniciativa de quatro ou cinco jornalistas que dependem da contratação de serviços de gráficas sustentados com seus próprios recursos próprios, de partidos ou acumulando dívidas.

A cidade de Madri, com seus quatro milhões de habitantes, possui atualmente uma dúzia dessas revistas, que concorrem com 14 jornais diários — entre eles *El País*, *Informaciones*, *Ya*, *Diário 16*, todos com grande tiragem — além de jornais semanários. E nessa profusão editorial os pequenos são esmagados ainda pela concorrência de alguns veículos igualmente novos, mas que tiveram um crescimento surpreendente, como é o caso da revista *Interviú*, que com apenas dois anos de existência atingiu a uma tiragem de um milhão de exemplares por edição semanal de 100 páginas.

A *Interviú*, cujo exemplar custa o equivalente a Cr\$ 12,00, encontrou a fórmula preferida pelo leitor espanhol, reunindo numa só edição assuntos referentes a sexo, política, escândalos e humor e caracterizando todas as capas com fotos de mulheres seminuas. Mas também se destacam outras revistas, como *Cambio 16*, *Qué*, *Posible*, *Triunfo* e *La Calle*.

COMEÇO DA CRISE

A revista *Saida* (nome de uma montanha marroquina) é um exemplo comum entre várias dessas publicações nascida da euforia da abertura política. Ela foi lançada em junho do ano passado, com espírito altamente crítico e apoiada por quatro partidos de esquerda — Movimento Comunista, Organização de Esquerda Comunista, Liga Comunista Revolucionária e Partido Comunista dos Traba-

lhadores, todos legalmente constituídos.

Caracterizada como "Quinzenário de Informação Crítica", a revista se lança em defesa do Estado Federal e autodeterminação das províncias, com agressiva ideologia anticapitalista. Mas acontece que, um ano depois das eleições, já não há aquele interesse por questões políticas que seguiu-se ao fim da ditadura e que fomentou a explosão editorial espanhola. E assim ela é duplamente atingida, pois como veículo anticapitalista tem na captação de anúncios uma fonte de recursos muito precária.

Além disso, *Saida* não tem estrutura financeira, como admite o próprio secretário de redação, Alberto Fernandez. É editada por uma reduzida equipe de sete pessoas — entre administração e repórteres — e mais 18 colaboradores que ganham 500 pesetas por lauda (cerca de Cr\$ 100,00). Os empregados fixos ganham 30 mil pesetas mensais (Cr\$ 6 mil) por oito horas de trabalho, ou 21 mil pesetas (Cr\$ 4.200,00) por seis horas. E tanto o pessoal de redação como o da administração ganham os mesmos salários, pois todos influem na linha editorial.

Para cobrir as despesas, a revista *Saida* precisa vender no mínimo nove mil exemplares em banca, "e estamos no limite", diz Alberto Fernandez. Por outro lado, informa que as dívidas com impressão e com os fornecedores de papel estão se acumulando, a ponto dos editores saírem em busca de um novo sócio "até mesmo capitalista" — admitem. A crise econômica se agrava porque os partidos que apoiam a revista querem constituir veículos próprios, para defender idéias e estabelecer linhas políticas distintas.

"GASTANDO ALEGREMENTE"

Na opinião de Rafael Conte, adjunto da direção do jornal *El País* (fundado há dois anos e hoje um dos mais influentes defensores da democracia), a imprensa espanhola vive uma situação dupla: "florescimento, com liberdade de expressão e aumento de leitores, e ao mesmo tempo de crise econômica, reflexo da recessão mundial de 1973, que só agora está sendo enfrentada pela Espanha".

Diz Conte que no governo do caudilho Francisco Franco a Espanha passou toda a crise mundial do petróleo "em brancas nuvens", gastando suas reservas monetárias e aumentando a inflação, que chegou a 25% — considerada muito alta, na Europa — e esqueceu de tomar

medidas de contenção, como os outros países do continente. "Seguimos gastando alegremente", afirma Conte, "o que elevou a dívida externa e provocou uma queda de 50% nas reservas monetárias, desemprego e inflação".

O resultado disso é que agora, o governo enfrenta a crise com um retardamento de mais de quatro anos, com um plano de austeridade econômica e medidas de impacto para estacar a inflação, afetando seriamente a indústrias e o empresariado em geral. No caso das empresas jornalísticas, Rafael Conte acha que só sobreviverão as que tiverem uma forte estrutura de capital ou um bom número de anunciantes, como é o caso do *El País*.

Este jornal está bem. Sua fundação foi gerenciada em 1970, por um grupo de intelectuais liberais e antifranquistas, que estruturaram a empresa com uma rotativa para 50 mil exemplares. Em seguida, tiveram que substituí-la por outra para 200 mil. Hoje, possui uma moderna sede de quatro andares e 325 empregados, sendo 90 jornalistas. Na estrutura empresarial conta com 1.200 acionistas, entre os quais 60 funcionários, em caráter de minoria acionária.

ESCÂNDALO, PRATO FINO

Se por um lado as pequenas empresas agonizam em séria crise econômica, por outro têm saboreado bons pratos jornalísticos, bem ao gosto de um povo que deserta de quase meio século de censura e opressão. A medida que o regime se abre, não apenas a crítica política figura nas páginas dos jornais e revistas: pouco a pouco vão aparecendo os *podres* da ditadura e os escândalos e denúncias de corrupção são consumidos em grande escala.

Sem caráter de revanchismo, os acontecimentos vêm à tona naturalmente, num momento em que duas gerações começam a tomar conhecimento da verdadeira história social, política e econômica do país. Embora ocorram pressões por parte das pessoas atingidas.

Um caso típico ocorreu há cerca de dois meses com a revista *Andalan*, de Zaragoza, que publicou denúncias de atividades financeiras ilícitas na *Caja de Haorros* (Caixa Econômica) daquela cidade, que envolvia o diretor como principal responsável. Com isso teve sua edição apreendida. Não pelo escândalo que causou, mas pelo fato de ter pu-

blicado ofensas contra a pessoa do diretor do estabelecimento.

A própria revista *Saida* está respondendo a um processo judicial, em consequência de um dossiê publicado na edição nº 11, de 20 de dezembro de 1977, intitulado "Viva a República", numa defesa aberta à forma republicana e, obviamente, contra a monarquia estabelecida. Também foi apreendida toda a edição, principalmente em razão do editorial, considerado ofensivo, que diz: "... é um feito objetivo também enquanto que esta monarquia foi engendrada nas entranhas do fascismo, cresceu com eles, jurou-lhe fidelidade, acatou seus desmandos..."

Ivan Carneiro Gomes — Madrid

EM TEMPO

O tempo te pôs a mão na cabeça e ensinou três coisas. Primeiro: você pode crer em mudanças quando duvida de tudo, quando procura a luz dentro das pilhas, o caroço nas pedras, a causa das coisas, seu sangue bruto.

...

Segundo: você não pode mudar o mundo conforme o coração. Tua pressa não apressa a História. Melhor que teu heroísmo, tua disciplina na multidão.

...

Terceiro: é preciso trabalhar todo dia, toda madrugada para mudar um pedaço de horta, uma paisagem, um homem. Mas mudam, essa é a verdade.

Domingos Pellegrini Jr.

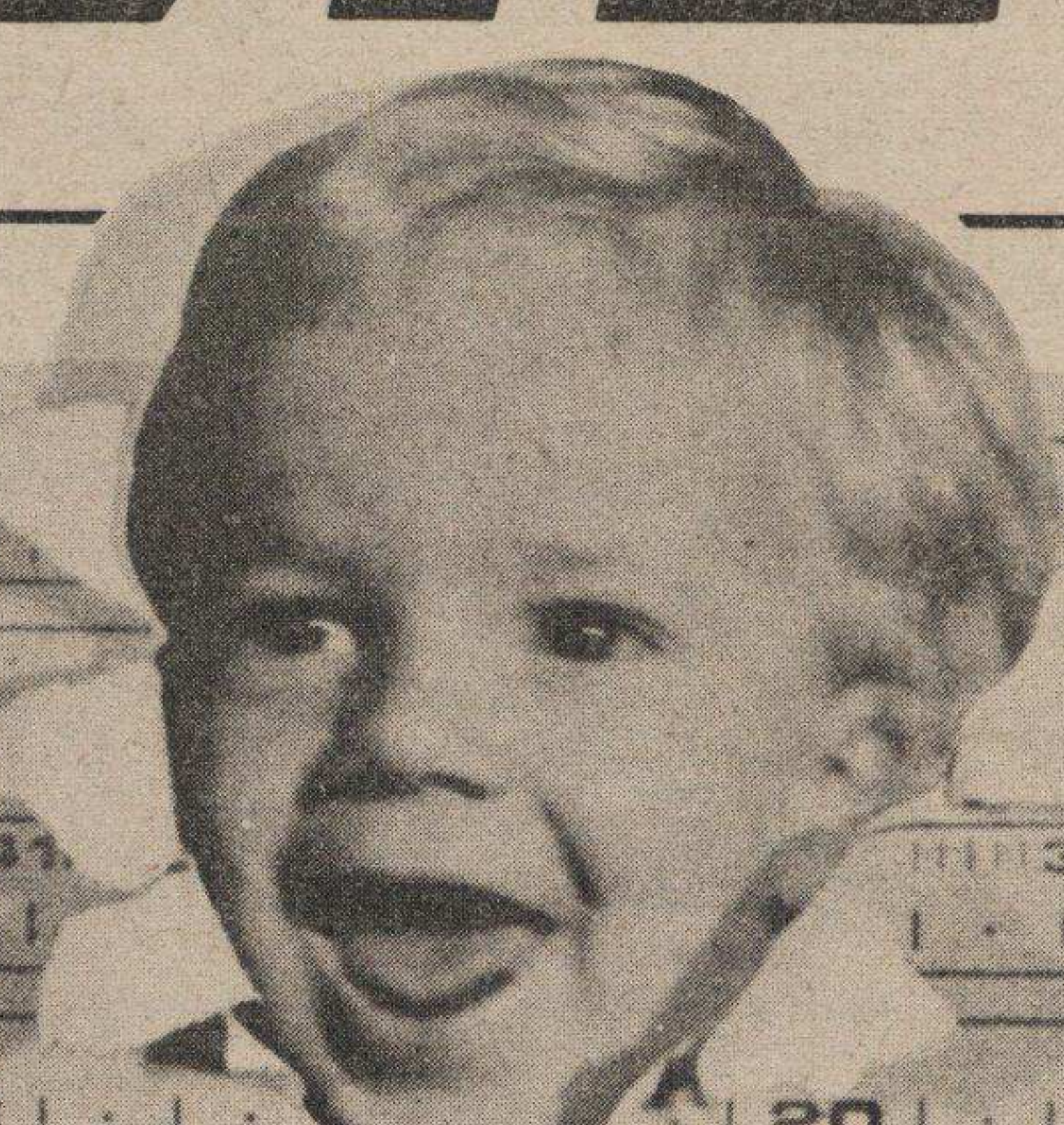


Rádio Continental/Breve: 50 kilowatts

VOZ ATIVA

sópropaganda

ONDA MEDIA	540	600	700	850	1400	1600	KHz
ONDA CURTA 3	1.6	1.8	2.1	2.5	4.7		MHz
ONDA CURTA 2	5	6	7		10		MHz
ONDA CURTA 1	11	12	14	16	20	22	MHz



O SOM INTELIGENTE. A NOTÍCIA NA INTIMIDADE.



O que é mau para os EUA é bom para o Brasil

A Business Week, importante revista que circula entre os homens de negócios nos Estados Unidos, dedicou uma página de sua edição de 12/6/78 à questão dos defensivos e outros venenos proibidos no seu país e que são exportados para outros países — entre os quais o Brasil. Eis um resumo do artigo:

No ano passado, quando a Comissão de Proteção ao Consumidor dos Estados Unidos conseguiu a proibição da venda de roupa para crianças que levavam em sua textura um componente causador de câncer, a mesma comissão, no entanto, permitiu a sua exportação a outros países. Há poucas semanas mudou de idéia e proibiu a sua venda e exportação.

Quando a Food & Drug Administration enviou um pedido a Upjohn Co. solicitando o cancelamento da produção de uma de suas comidas para cães, por causar tumores cancerígenos, não conseguiu evitar a sua exportação. Mas agora a FDA está revisando seus conceitos quanto à exportação desses alimentos.

Isso tudo está causando um grande debate no governo americano. Os Estados Unidos poderiam resguardar sua saúde enquanto colocam a do resto do mundo em perigo? E se assim for, estaria certo enviar ao Terceiro Mundo todos os remédios e alimentos que estão banidos no país?

Proibir produtos e exportá-los como pesticidas, DDT, BHC, clorados e ciclamatos continua sendo um assunto questionado pela Comissão de Proteção ao Consumidor, porque muitas vezes essas mesmas drogas são retiradas dos Estados Unidos sem sua autorização. E a lista dos indesejáveis cresce enquanto as indústrias norte-americanas mudam apenas sua aparência para vender a estrangeiros e obter grandes lucros.

Enquanto isso, ainda não foi assinado no Congresso uma lei de emergência proibindo a sua exportação. Estão apenas estudando a possibilidade de cancelamento de sua venda a outros países antes de serem testados clinicamente e receberem autorização. Mas a Agência de Proteção ao Meio Ambiente informa que em certos países esses produtos chegam para estudos e depois com a autorização do próprio governo, são vendidos normalmente, como é o caso dos pesticidas.

Tudo está preocupando seriamente os próprios americanos por uma razão muito simples: eles vendem os pesticidas, clorados e outras drogas e acabam tendo-os de volta ao importar frutas, legumes e hortaliças de países do Terceiro Mundo. A Agência de Proteção ao Meio Ambiente sugeriu que essas drogas só possam ser vendidas "com o consentimento e conhecimento exato dos seus efeitos pelos países importadores". Mas Harold B. Hubbard, chefe do Programa de Saúde Pan American, lembrou que, praticamente, nenhum governo possui laboratórios adequados para analisar seriamente esses produtos. Portanto poderão ser enganados pelas poderosas corpo-

rações norte-americanas.

Há alguns dados espantosos, como o do DDT, pesticida tóxico, banido e proibido sua venda nos Estados Unidos em 1962, mas que continuou a ter um bom mercado no exterior. O Conselho de Defesa às Reservas Naturais denunciou que em 1975 saíram do país ilegalmente mais de 588 milhões de libras (toneladas) de pesticidas e estimam que isso seja apenas 15% do total que as estatísticas permitiram registrar.

O Instituto Nacional de Prevenção à Sociedade e à Saúde (NIOSH), o primeiro a preocupar-se com os danos dos pesticidas, descobriu que os operários da Velsicol Chemical Corp., indústria situada em Bayport, no Texas, estavam contraindo uma doença mortal por trabalharem com um componente químico, o pesticida leptothos, altamente nocivo. O governo americano proibiu-o, mas ele continuou sendo vendido a 50 países. E recentemente, no Egito, mais de mil búfalos morreram ao beber água contaminada com essa droga.

Nordeste maravilha só no cinema

Há algumas semanas um filme publicitário da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco frequentou as telas dos cinemas de todo o país, mostrando os benefícios que as barragens de Três Marias, Itaparica, Paulo Afonso e Xingó trouxeram para os habitantes da região. Mas o bispo de Propriá, Sergipe, Dom José Brandão de Castro rebate a imagem otimista dos filmes da Codevasf.

Neste depoimento ao Coojornal, o bispo conta as dificuldades do povo do Vale São Francisco e de sua luta pela sobrevivência:

"O baixo São Francisco era uma zona essencialmente agrícola. O Rio, por ocasião das cheias, alargava as grandes várzeas, trazendo para elas um tipo de húmus rico e abundante, carregado no seu longo trajeto desde o planalto mineiro. Quando as águas baixavam, começava a plantação do arroz e, se tudo corria sem novidades, a colheita era abundante.

Os agricultores de lá, em geral, não têm terra. Plantam para os proprietários em regime de meação que, no caso do nordeste, é uma parceria falsa, porque o pobre continua pobre, enquanto que o dono da terra aumenta sua fortuna.

Mas isto está acabando porque, com as barragens, as águas estão sendo represadas para que as hidroelétricas possam movimentar os grandes centros industriais. Somente é liberada uma pequena quantidade de água, o suficiente para manter o nível do rio um metro e meio acima do nível mais baixo que ele atingia no passado. Porém esta quantidade será suficiente para alagar todas as várzeas de arroz de Sergipe a Alagoas.

Daí surgiu o problema: todas as várzeas agricultáveis ficariam perdidas. Para evitar a tragédia, os técnicos resolveram construir diques quilométricos ao longo do rio, nos pontos por onde entraria a água nas várzeas. A água do rio seria bombeada para as várzeas e depois re-

tirada também pelas máquinas. Mas esta obra acarretaria um investimento fora do comum e as autoridades argumentaram que não era justo que fossem feitos tantos gastos em benefício de particulares.

A solução que eles encontraram foi desapropriar as terras a título de utilidade pública para que a Companhia as explorasse. Veio o decreto e o primeiro local a ser desapropriado foi a grande várzea de Propriá. Nessa várzea haviam apenas cinco grandes proprietários e centenas de minifundiários. A desapropriação foi pacífica. O governo queria e o jeito era atender. Receber o dinheirinho de cabeça baixa e reclamar em casa ou com os vizinhos.

Mas quatro destes grandes proprietários reclamaram dos preços irrisórios e ganharam a causa no Supremo Tribunal Federal. Mas já era tarde para os outros. Muita gente já tinha até ido para São Paulo. Quem ficou passou fome, ficou na miséria e nem pensou em ver se alguém era culpado disso. Agüentaram calados. Nesta área, há três anos planta-se arroz com um processo muito sofisticado de irrigação, mas o produto é muito inferior ao de antigamente, plantado, segundo se alardeava, com métodos antiquados de agricultura.

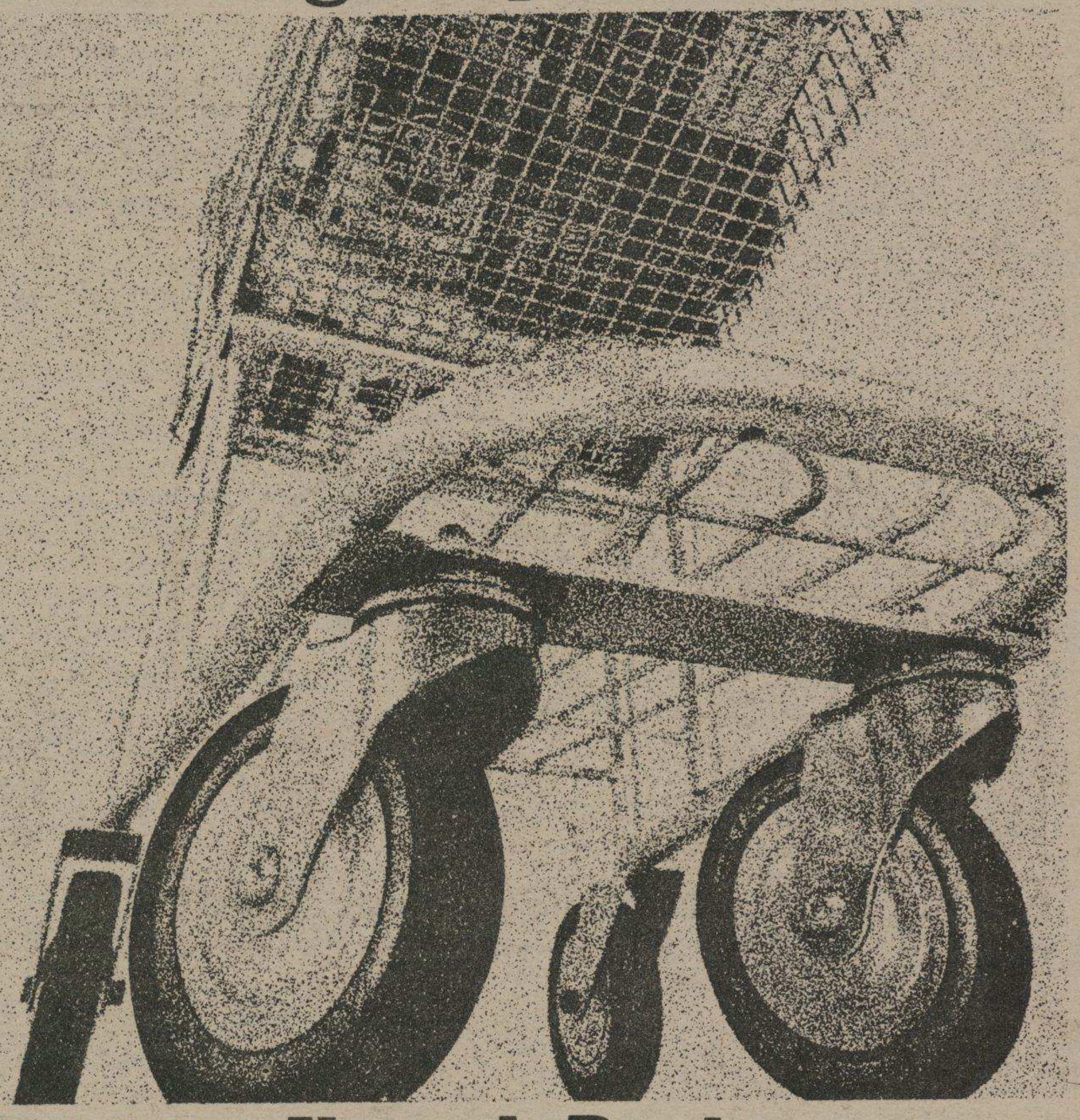
Depois, a Codevasf marchou para a várzea do Betume, no município de Neópolis, de 6.500 hectares, desa-

propriada em março de 1976, mas já em dezembro de 1975, os tratores de uma grande construtora estavam rodando por lá, destruindo plantações, derrubando cercas, cortando fruteiras, isolando casas. O pessoal era indenizado com uma miçaria e rumava triste para qualquer lugar. O povo começou a sentir-se mal, e passou fome, sem ter a quem recorrer. Durante muito tempo a refeição dos pobres meeiros era comer manga várias vezes ao dia.

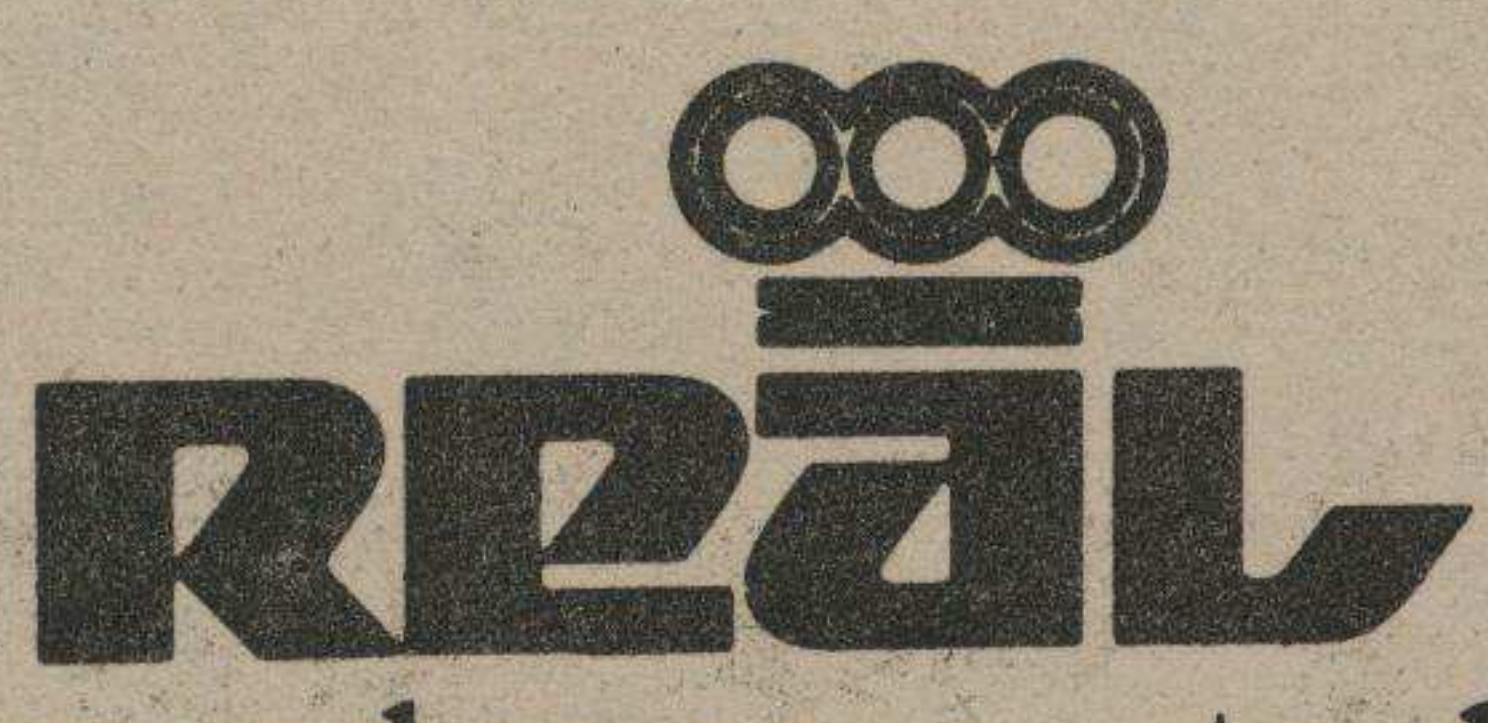
A história é muito longa e triste. Um dia, em março de 1976, fui visitar a região e constatei o drama. Verifiquei que o programa da Codevasf era muito bonito no papel mas sua implantação era violenta. E o povo, coagido a se tornar migrante, a aumentar o número de marginalizados nas grandes cidades, foi criando consciência de seus direitos e se animou a reagir pacificamente, dentro da lei. Houve cenas importantes como a de cinquenta agricultores que impediram um trator de fazer seu trabalho, obrigando-o a ficar parado vários dias, porque ele iria destruir casas que ainda não tinham sido pagas. O caso foi parar em Brasília, porque os agricultores foram acusados de subversivos. A Polícia Federal foi até o local e constatou que não havia subversão. O que há é fome e miséria".

Jorge B. de Lacerda

Nestes tempos de crise
você precisa de um carro que
gaste pouco.

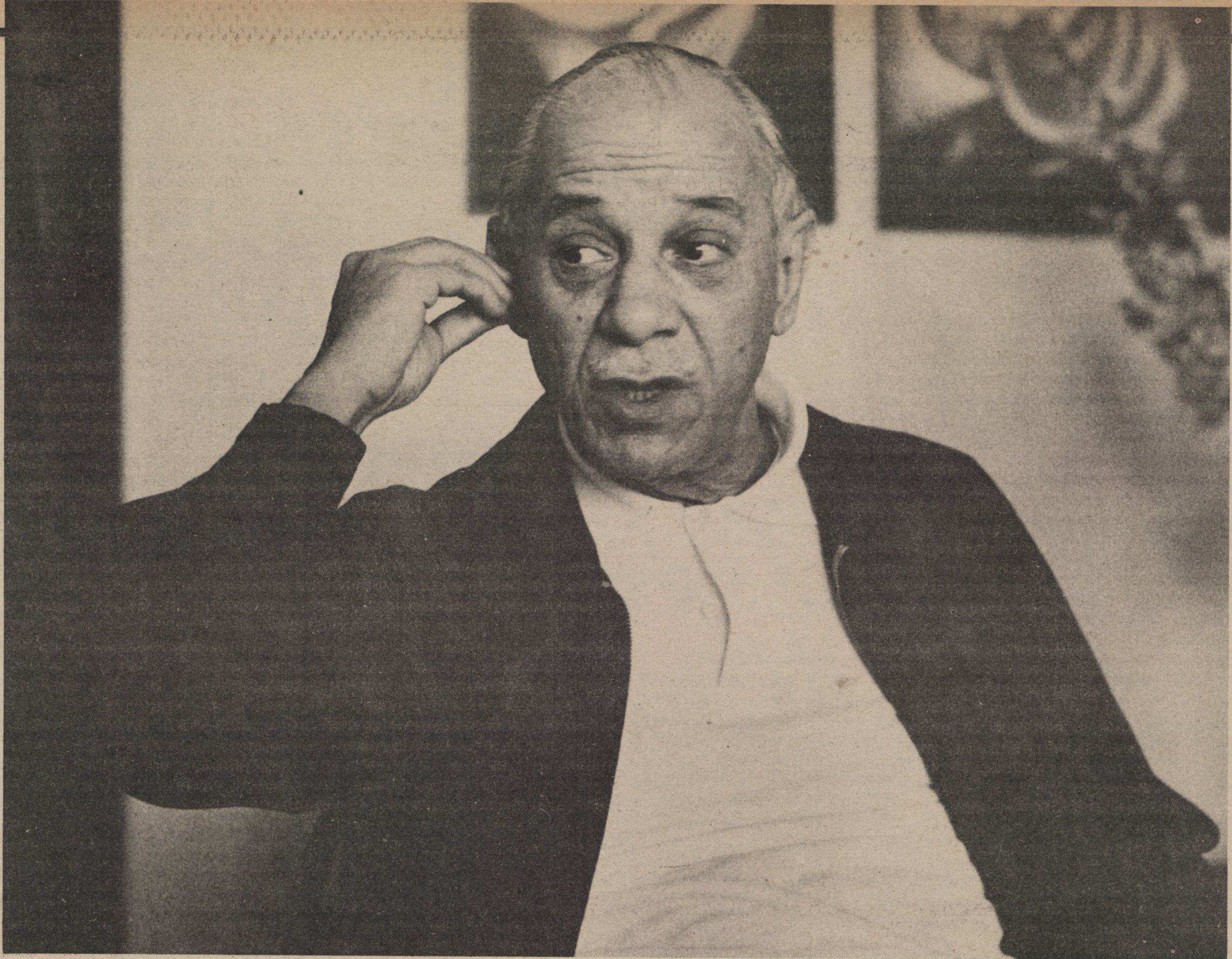


Use o do Real.



Supermercados ao gosto do freguês.

AMPLA



Euler, o general da transição

Um Governo curto, de três anos, que crie condições para a completa reorganização política do País. Esta é a proposta básica do general Euler Bentes Monteiro, virtual candidato do MDB e das oposições à Presidência da República. Ele diz: "Do ponto de vista militar, não tenho dúvidas: se vencer no Colégio Eleitoral, tomarei posse".

O general Euler Bentes Monteiro é um general diferente. Pede conselhos para curar uma gripe que o persegue desde o momento em que deixou o sítio em São Pedro d'Aldeia, no litoral fluminense, para falar de política. Faz questão de acompanhar pessoalmente suas visitas até o elevador, abre a porta e se despede com certa decepção pelo fim da conversa. E, não raro, pede aos repórteres que o acompanham que lhe emprestem jornais da imprensa alternativa.

Aos 61 anos, Euler Bentes, considerado um dos mais brilhantes oficiais da Arma de Engenharia, tem acompanhado de perto os episódios que, bem ou mal, fizeram a história da República.

Em 1930, a Revolução o encontra no Colégio Militar. No golpe de 37, servia num destacamento em laguna, na fronteira de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Em 1945, então capitão, conspira pelo fim da ditadura de Vargas. Em março de 1964, comandava a Escola de Comunicações do Exército, no Rio. Não se considera um revolucionário da linha de frente e confessa que a tomada do poder pela força não mais o seduz. — "A força sempre traz a exceção", diz ele.

Ex-superintendente da Sudene (1967-68), Euler deixou a ativa em 1977, como chefe do Departamento de material Bélico. Reapareceu em janeiro deste ano, negando um convite para ser candidato à Vice-presidência da República na chapa do Senador Magalhães Pinto. E se firmou desta vez, ao oferecer às oposições um projeto de poder, cujo ponto de partida é a vitória no Colégio Eleitoral de outubro.

Em março de 1979, se vitorioso, assumiria a Presidência, chefiando um Governo de transição para a democracia. Ao fim de três anos, convocaria eleições gerais, inclusive para preencher o lugar que foi seu. Enfim, um projeto de anistia, constituinte, liberdades públicas, revisão do modelo econômico, etc.

Quem garantiria a democracia? O

general responde: "Ora, o povo. Há força mais poderosa?"

Nesta entrevista dada em seu apartamento, no Rio, a Dênis de Moraes, Francisco Viana e Jefferson Barros, ele fala de comunismo, sindicalismo, Forças Armadas, concentração de renda, dívida externa e até do general João Baptista de Figueiredo — que ele prefere chamar de *herdeiro*.

P — Como o senhor vê a participação do Partido Comunista na sociedade brasileira? Qual a sua opinião sobre o comunismo internacional?

R — Não sou favorável à organização do Partido Comunista dentro da abertura que nós temos que fazer. Essa abertura pressupõe, basicamente, a autenticidade de partidos e das correntes de opinião. Pode parecer uma incoerência falar em autenticidade e, ao mesmo tempo, afastar o comunismo, que talvez seja uma corrente representativa. Mas justifico: acho que o Partido Comunista tenderia sempre a destruir a democracia, ou a impedir o funcionamento do regime democrático. E ainda mais: no Brasil, vejo repousando um regime de economia de mercado. Esta, todavia, é uma opinião pessoal, pois não tenho nenhum preconceito contra a legalização do Partido Comunista. Se se constitui num anseio da sociedade, que ela decida sobre isso.

— Nos países subdesenvolvidos, os comunistas ainda recebem o influxo de uma colocação internacional. São um conduto natural para representar a tendência dominadora do comunismo internacional. Julgo que já é bastante diferente nos países desenvolvidos, onde os comunistas puderam ter representatividade sem descaracterizar as tradições de nacionalidade. O eurocomunismo representa correntes de opinião ponderáveis, em vários países, com seu

programa perfeitamente definido e desligando-se dos influxos provenientes da União Soviética, que, no meu entender, são imperialistas. Reconheço que é mais fácil, na convivência social, a presença do Partido Comunista do que combatê-lo em suas idéias, quando ele está fora da legalidade.

P — O presidente da OAB, Raymundo Faoro, disse recentemente, em conferência na ABI, que não existem partidos clandestinos; os regimes arbitrários é que condenam à clandestinidade agremiações representativas de parcelas da opinião pública. Concorda com isso?

R — Em tese, sim. O que importa é a sociedade se organizar livremente e exprimir seus anseios de participação através de partidos políticos realmente representativos.

"A voz da maioria não chega aos nossos ouvidos"

P — De que forma as aspirações da maioria se fariam valer? O poder seria sensível às aspirações dessa maioria?

R — O que está faltando no Brasil é a busca de autenticidade do que deseja a sociedade, inclusive ao nível da organização do Estado. Nós só temos impressões sobre os anseios majoritários do povo. Mas nenhum de nós, em sua consciência, pode falar em nome dessa sociedade. As nossas impressões, de pessoas mais cultas e educadas, referem-se ao segmento em que estamos vivendo. Ao vir fazer política, talvez tenha feito uma colocação das mais difíceis. Quero ver o País o mais depressa possível sob um Estado de Direito democrático, mas não tenho certeza se isso representa o pensamento da maioria. Por essa razão,

propus que auscultássemos os diferentes segmentos sociais. As vezes, a maioria não tem voz — ou então, provavelmente, sua voz não chega aos nossos ouvidos. A forma ideal para buscar a representatividade da maioria seria a formação de um Governo de transição para a democracia, que, livremente, traduziria a expressão desses anseios. Não sei como esse estado democrático seria organizado para atender à sociedade. Veja que hoje temos uma classe operária bastante significativa. Tenho chamado a atenção para o fato de estarmos encastelados em corporações, classes e segmentos, sem o realismo de um posicionamento global. Os partidos políticos é que deveriam dizer como o Estado deve se organizar e como a Constituição representaria o que a sociedade deseja. Em outras palavras: uma heterogeneidade ideológica abrigada sob o mesmo guarda-chuva. Isso não é fácil de fazer, mas um dia terá que ser feito.

P — O senhor acha que o Estado está muito atrás das posições mais avançadas da sociedade, como, por exemplo, as greves do ABC paulista?

R — Concordo plenamente. O Estado está sempre vendo a nação de cima para baixo, quando a sociedade parece estar pensando de maneira diferente. Este é um dos problemas sérios que temos: não permitir confrontos. Nesses casos, há sempre predominância da força. Preocupo-me muito com a iminência de a sociedade atropelar o Estado, num confronto.

“São as elites que deformam a democracia”

R — Qual o momento exato em que o senhor, que participou da Revolução de 1964, passou para a oposição? Até que ponto a Frente Nacional de Redemo-

cratização serviu para reforçar a sua candidatura?

R — O problema é bastante complexo, porque a pergunta dá uma conotação de governo e oposição que não corresponde bem ao tipo de raciocínio que eu faço. Bem, mas já que a questão foi levantada, eu deveria ir muito atrás, aos primórdios da minha vida, quando lutei contra a ditadura de Getúlio Vargas. 1964 representa também uma participação nesse mesmo sentido. O que acontecia em 64 eram os preparativos para a subversão do regime democrático. O movimento de que participamos pretendia impedir essa subversão. Não estou examinando a qualidade do regime de Goulart, porque era um governo legítimo. Apenas entendíamos que a Revolução era democrática. Queríamos que o movimento tivesse conotação revolucionária, de mudança de estruturas. Mas isso não houve e a proposta se esgotou logo no governo Castello Branco, embora o Presidente tenha tido essa intenção de mudar. No seu discurso de posse, disse, sem nenhuma evasiva, que seriam feitas as reformas dentro de um estado democrático, reconhecendo possíveis anseios sociais que tinham dado margem àquela agitação anterior. No fim da minha carreira militar, estava perfeitamente convencido de que a força não resolve. E mais: nunca voltarei a participar de golpes, mesmo que sejam bem-intencionados. Eles sempre caem no círculo vicioso: usam a exceção para se manter no poder e acabam se envolvendo com o *status quo*. Por pensar assim, eu me marginalizei.

— Só voltei a ser um participante porque, na avaliação que fazia com meus companheiros, começamos a temer os riscos de confrontação da sociedade civil com as Forças Armadas. Se isso ocorrer, será um desastre. Esta Nação não se apurará nem em duas gerações. As Forças armadas têm as mesmas aspirações da classe média baixa, mas aparecem como se fossem o inimigo da Pátria. Não

creio que o Governo possa continuar se mantendo pelo arbítrio.

R — A Revolução deixa algum tipo de lição para as Forças Armadas?

R — A lição de que devem deixar de ser Poder. As Forças Armadas, não tenham dúvidas, estão convencidas disso. Passaram a Poder e abandonaram a sua grande colocação de poder moderador, que tinham antigamente. Quando a Nação entrava em crise, os militares repunham a ordem e diziam: reiniciem novamente a prática democrática. Não interessa se a democracia é bem praticada ou não. Ela só será bem praticada se nós a praticarmos permanentemente.

— As crises dos períodos em que vivemos sob a democracia sempre redundaram em apelos à exceção. Enganam-se os que afirmam que o povo não se acomoda dentro de um regime democrático. As elites dominantes é que deformam o processo democrático. A partir do momento em que os militares se tornaram participantes do poder, caímos numa exceção em que, novamente, as forças dominantes, envolvendo esse respaldo militar, alimentaram a arbitrariedade por manter seus privilégios. O que propomos é que não se saia do regime de arbítrio para uma pseudo-democracia, mas sim para uma experiência democrática que tenha como respaldo a opinião pública.

“Um partido dos trabalhadores é uma necessidade”

P — Que obstáculos o senhor tem encontrado na pregação pela redemocratização? A cisão com Magalhães Pinto é um deles?

R — Não diria que houve cisão com Magalhães. O problema é o desvirtua-

mento do objetivo maior da pregação, que é a motivação da sociedade, procurando sondar seus anseios. Por ser heterogênea, a Frente de Redemocratização comporta conflitos, mas sem que haja predominância desses conflitos. Nada impede que Magalhães se diga candidato. (N. R. — Logo depois desta entrevista, o senador Magalhães Pinto desistiu de ser candidato pelo MDB). De baixo para cima, verificamos com quem está o povo, ao invés de ficarmos discutindo quem é a melhor liderança.

R — Como o senhor encara a criação de um partido de trabalhadores? O que tem a dizer sobre a afirmação do General Figueiredo de que, a curto prazo, não vê condições de alterar a política de distribuição de renda no País?

R — Obviamente, em um ano não será possível alterar a redistribuição de renda, mas é preciso uma decisão. O tempo que vai levar para mudar a política econômica não importa; doloroso é não tomar decisões. Diria que, a curto prazo, no limite de três anos, é possível consertar o modelo econômico, ainda que progressivamente. De 64 para cá, pensava-se: é prioritária a ordem econômica, para depois se pensar nas ordens política e jurídica. A maioria que está prejudicada poderá, amanhã, estar representada na elaboração da nova Constituição e fazer prevalecer uma ordem econômica mais justa. Não haverá mais arbítrio ou poder de grupos para impor à Nação um modelo com o qual o povo não concorde.

— Sobre o partido dos trabalhadores, é uma questão implícita quando se fala em reorganização social. Na medida em que os trabalhadores demonstrarem que a formação de um partido é um anseio das classes produtoras, certamente eles próprios se encarregarão de organizar essa agremiação. Acho que esse partido é uma necessidade do povo brasileiro. Mas não um partido trabalhista na acepção daquele fundado na década de 50, que

Caderneta de Poupança

Sede Administrativa:
Praça 15 de Novembro, 21 PA 25-5555
Carta Patente, nº 25 - Porto Alegre - RS

INTRANSFERÍVEL
"DEPÓSITO COM CORREÇÃO MONETÁRIA E DIVIDENDOS GARANTIDO PELO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO BNH"

No fundo, o importante é a garantia

Ninguém vive seguro sem um fundo de reserva para qualquer eventualidade. Pense nisso e abra a sua Caderneta de Poupança FIN-HAB. É a maneira mais garantida de você colocar suas economias num fundo que valoriza sempre, com os bons rendimentos da Caderneta de Poupança FIN-HAB.

Caderneta de Poupança e Poupança Programada

• Porto Alegre • Pelotas • Rio Grande • Canoas • Santa Maria
• Novo Hamburgo • Livramento • Caxias do Sul • Uruguaiana

studio



Euler com a Frente, em Porto Alegre, na casa do senador Paulo Brossard*

foi uma doação de cima para baixo. O partido dos trabalhadores deve surgir das bases. Não devemos admitir que o trabalhador veja o empresário como inimigo. São dois componentes da produção, um fornecendo o capital, outro o trabalho.

“Os militares querem sair do processo político”

P — Como o senhor idealiza uma campanha presidencial de oposição?

R — A candidatura só pode existir se a avaliação política indicar que determinada liderança possa representar na transição para um regime democrático o posicionamento geral da sociedade, e não apenas de grupos. O projeto de poder da candidatura alternativa tem que prevalecer, durante a campanha presidencial, sobre um eventual programa de governo do candidato.

P — Admite retirar a candidatura caso se constate que o candidato da Arena é imbatível, no Colégio Eleitoral?

R — O problema tem que ser visto sob dois ângulos: o político propriamente dito — se a candidatura é um elemento hábil para auxiliar a pregação pela redemocratização, deve ser adotada, independente de resultados eleitorais. Podemos nos retirar antes, para não legitimar o processo eleitoral, na hipótese de percebermos que as chances de vitória são reduzidas. O outro ângulo seria o fato de a candidatura representar o sen-

timento oposicionista nacional. Não aceitamos a anticandidatura. E há um terceiro vetor: o Governo, com o seu arsenal de instrumentos de força, pode inviabilizar a candidatura. Mas se vencermos o candidato da Arena, vamos levar para a frente o direito da sociedade se organizar. Por isso, o candidato não deverá cumprir, pura e simplesmente, o programa do MDB, e sim os princípios das oposições, entre as quais se inclui o MDB.

P — Se o senhor vencer no Colégio Eleitoral, toma posse?

R — Não há dúvida alguma. Do ponto de vista militar, não tenho dúvida. Os militares querem se desengajar do processo político. O que não pode haver é demagogia ou desvirtuamento; aliás, a própria sociedade vai gritar contra isso.

P — Na América do Sul, estamos assistindo a vários processos de redemocratização. Dois já se foram por terra: o Peru e a Bolívia. Que relações o senhor faria com o processo de abertura no Brasil?

R — É uma constante, no Continente sul-americano, o desejo de se livrar de regimes de exceção. Isso está ocorrendo até no Chile, onde sequer foi aberto o processo de redemocratização. Um dos membros da Junta de Governo pediu a volta à democracia. O problema existe e, se for adiado, vai surgir mais adiante. É um fenômeno político generalizado. Tiran-

do essa semelhança, todo o restante é diferente. Não podemos analisar o processo de abertura no Brasil em relação ao da Bolívia, por exemplo. Aqui, temos que buscar, repito, a via pacífica. Os golpes são círculos viciosos.

“O Governo sempre estará com o porrete nas mãos”

P — A dívida externa lhe tira o sono?

R — Se qualquer um de nós quiser progredir na vida mais rapidamente, vai ter que se endividar. Temos que pagar nossas dívidas, que criam para a economia uma série de condicionamentos a quaisquer mudanças. Dois pontos não podem ser abandonados quando pensarmos em mudar as políticas econômica e social: a dívida externa e a inflação. Na verdade, isso nos coloca numa dependência externa indesejável e nos condiciona, internamente, a uma série de restrições. O redirecionamento da economia deve ser feito; quanto mais o adiarmos, pior.

— No rumo em que estamos, a dívida externa será cada vez maior. É preciso infletir, mas com cuidado, para não criar anarquias. Hoje, você vê alguém do Governo afirmar: não se pode tratar do problema salarial, porque a inflação se descontrola completamente. Mas quem é o responsável pelo modelo? Na época do “milagre”, estava tudo bem. Os assala-

riados é que foram os grandes contidos. Jogamos tudo o que tínhamos e o que não tínhamos no desenvolvimento econômico, e daí? Aumentamos a concentração de renda e a concentração espacial. Mas se se propõe revisão salarial, dizem logo: pelo amor de Deus, não toquem nisso. O coitado do Presidente da República reconhece que as saídas são problemáticas, mas deixa tudo como está.

P — Como explica o fato de, num mesmo País, em que 75% da população não conseguem satisfazer suas necessidades mínimas de consumo, o senhor Ary Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, se aposentar com um salário de Cr\$ 30 mil?

R — É o fenômeno da concentração de renda. Podemos continuar assim? Vamos impor mais sacrifícios às classes produtoras? Estamos limitados por uma ordem econômica dependente, que encobre as nossas extraordinárias potencialidades, não apenas as naturais, de energia e recursos minerais, mas sobretudo as humanas. O que estamos utilizando da nossa força de trabalho? É ainda uma parcela ínfima. Como estamos explorando o nosso mercado consumidor interno? Da maneira mais inexpressiva. E temos dentro do País elementos para produzir e consumir, sem cortar todos os liames externos — nunca defendi isso.

P — O senhor crê em retrocesso político?

R — Corremos riscos, quer através do processo de abertura lenta e gradual, quer pela alternativa de redemocratização imediata que oferecemos. O risco de nossa proposição é o de a sociedade não estar preparada para as liberdades, ou que não saiba se comportar responsabilmente. Mas os riscos do projeto do Governo são maiores. Pretendendo redemocratizar o País num tempo indefinido, enfrentará dois obstáculos: as reivindicações sociais por uma abertura mais rápida e os problemas econômico-sociais agravados. Então, para reprimir naturais manifestações de descontentamento, o Governo sempre estará com o porrete nas mãos. O senador Teotônio Vilela bem lembrou que todas as vezes em que o Governo pediu votos para a Arena, em seguida acionou o arbítrio.

— O presidente Castello Branco prometeu e fez força para conseguir abertura, mas teve de voltar à exceção; o presidente Costa e Silva entrou disposto a promover o restabelecimento do regime democrático, e não conseguiu; o presidente Médici disse tudo isso e não deu nem para a saída; e o presidente Geisel declarou a mesma coisa e o Pacote de Abril está aí. Resolveu transferir o problema para o herdeiro. Como se sairá o herdeiro, se todo mundo começa a desconfiar que a continuidade de poder, em seis anos, importa mais do que a abertura?

Em três meses, opiniões coerentes

Nos últimos três meses, desde que passou a ser considerado o possível candidato da Oposição, o general Euler Bentes Monteiro já concedeu uma dezena de entrevistas. Abaixo publicamos uma síntese do que ele disse sobre os mais diferentes assuntos, a começar pela volta à normalidade democrática, até a UNE, e a legalização do PC: em entrevistas à Folha de S. Paulo, Zero Hora, Estado de S. Paulo e revista Isto É.

Sobre anistia: No início do período de transição para a democracia deveremos revogar os atos de exceção e estabeleceremos a conciliação através da anistia, do esquecimento do passado, para que possamos olhar para os enormes problemas do futuro.

Sobre eleições diretas: No período inicial do governo de transição marcaríamos eleições diretas para todos os níveis. Se as eleições para os governos dos estados tiverem sido indiretas — estou supondo aqui que a emenda Montoro não será aprovada — convocaremos imediatamente eleições diretas, anulando as anteriores.

Sobre Constituição e Constituinte: Eu não vou fazer a nova Constituição. Se a sociedade estiver organizada, ela elegerá

uma Constituinte que fará a Carta Magna que expresse o desejo dessa sociedade.

Sobre Poder Executivo: Proponho um Executivo forte, mas forte para executar aquilo que a sociedade já demonstrou que deseja. Não se pode retirar a agilidade do Executivo e sim definir algumas áreas críticas em que ele pode atuar, com respaldo constitucional para executar aquilo que a sociedade deseja.

Sobre a UNE: É claro que os estudantes precisam de uma organização a nível nacional e, nessa organização, como na universidade e na vida cotidiana, eles analisam não só problemas de conjuntura, mas também os que dizem respeito aos valores fundamentais da sociedade (políticos, econômicos e sociais).

Sobre estatização: Não sou estatizante e prefiro desmistificar esse rótulo equivocado com exemplos, com fatos. Eu recebi a Sudene com mais de 20 subsidiárias, que ocupavam espaços da iniciativa privada. O que eu fiz não foi aumentar o número de subsidiárias, mas sim passá-las à iniciativa privada. Só defendo medidas para que as empresas, maiores não comam as menores.

Sobre a Constituição de 46: Acho que ela foi liberal, mas também irrealista. Exerceu um movimento pendular. Saía de uma

ditadura e quis passar ao extremo oposto.

Sobre o seu passado revolucionário: Eu vivi no passado, como todos viveram. Trabalhando, procurando cumprir minhas obrigações, mantendo as discordâncias normais, não agredindo a sociedade por causa disso, e todas essas coisas.

Sobre as Reformas Políticas: O projeto não institucionaliza o estado de direito, porque não incluiu a autonomia dos poderes. Além disso permite todas as medidas de exceção, menos as cassações. O adiamento da implantação das reformas para mim é mais um casuismo, cuja intenção é garantir a continuidade do poder.


Sobre respaldo militar: Eu acho que não existe uma maneira da gente mensurar esse apoio. Depois o problema não é de ter prestígio dentro do Exército. Se nós representamos alguma coisa pelo nosso prestígio dentro do Exército, é em função do desejo de que esse Exército se desengaje de qualquer questão política.

Sobre os radicais: Nós temos tido contatos com pessoas e áreas radicalizadas porque não estavam encontrando desaguadouro para suas aspirações. E nós temos merecido a confiança dessas pessoas. Eu sou profundamente agradecido a essas pessoas consideradas radicais.

* Em Porto Alegre, Euler Bentes, Magalhães Pinto e Ulisses Guimarães (sentados) com Teotônio Vilella, Pedro Simon, João Dêntice e Paulo Brossard. Num segundo plano, senadores e deputados da Frente.

A PEDIDO

ANDRÉ FORSTER



Para Deputado Estadual MDB 1181

Sociólogo e professor de Sociologia da Unisinos
Ex-Presidente da Associação Gaúcha de Sociólogos
Membro do Conselho Editorial do jornal Movimento
Coord. do Inst. de Est. Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES-MDB/RS)
Membro do Conselho Político do Setor Jovem Estadual (MDB/RS)
Assessor Especial do Deputado Pedro Simon

A maioria do MDB apóia Euler, mas a imprensa diz que não. Por quê?

Euler no segundo degrau da realidade

Por Carlos Alberto Sardenberg

Foi no começo de agosto, quando começava a atividade parlamentar e recrudescia a política, que o senador Teotônio Vilela protagonizou este diálogo, àquela altura uma expressão exata do que se passava nos corredores, e gabinetes do Congresso, em Brasília:

— **Então, senador, como anda a Frente?**

— Vai como tudo neste país: com-pli-ca-da-mente.

— **Terá candidato?**

— Estão dizendo que não, mas os candidatos estão aí, na praça.

— **Quem diz que não sai candidato?**

— Não sei, corre por aí.

— **E o senhor o que acha?**

— Meu filho, como dizia o velho machado, a confusão é geral. O que se diz no Congresso, de público, em particular ou mesmo secretamente, acaba saindo nos jornais. E saindo impresso, caiu na vida. É de todo mundo.

— Você não viu? Todos os jornais estão dando, o MDB já decidiu: não apresentará candidato à Presidência.

Era isso que corria por aí, na primeira semana de agosto, instalada a confusão geral de que falava Teotônio, mas que também, passados alguns dias, deixou no prato um saboroso assunto. Trata-se de uma profissão da qual vive tanta gente em Brasília — o jornalismo político, cuja característica básica é esta: a notícia do fato é, também ela, um fato político. Para o bem ou para o mal — o general Euler que o diga.

O fato era que todos os jornais estavam anunciando que o MDB decidira não apresentar candidatos — e uma notícia que está em toda a imprensa, da Rede Globo às revistas semanais, pode não ser verdade. Mas é um dado — uma realidade — que deve ser levada em conta. É, por assim dizer, o segundo degrau da realidade: o que se diz do fato.

A confusão está aí, na maneira como as coisas passam do primeiro ao segundo degrau. Pois é óbvio que não haveria confusão nenhuma se o MDB tivesse, efetivamente, tomado a decisão de não apresentar candidatura alternativa. Quer dizer: uma decisão formal, tomada pelos órgãos competentes do partido, à frente de todos. Uma realidade transparente sobre a qual não se pudesse sequer especular. A subida ao segundo degrau teria sido natural, um movimento leve e coerente.

A notícia de que o MDB decidiu assim, certamente, produziria efeitos políticos. Mas não deixaria perplexos e confusos o senador Teotônio e os pobres leitores e telespectadores dessa nossa imprensa política. (Dir-se-ia: vítimas? cúmplices?)

meio degrau — era que o MDB não havia tomado qualquer decisão. O Diretório Regional se reuniria a nove de agosto, para convocar ou não uma convenção nacional, dali a 10 dias, que, de sua parte, decidiria ou não apresentar candidato — e qual candidato.

— **De onde, então, vinha a notícia contrária?**

— Só pode ser uma a fonte: alguém disse, ou diversas pessoas disseram. Mas, no caso, havia um alguém muito especial. Um político profissional, mineiro, já de longa militância, ex-senador de Jânio Quadros, deputado cassado, hoje principal assessor do senador Magalhães Pinto — o conhecido José Aparecido de Oliveira.

Para os profissionais da política — os políticos e os jornalistas —, José Aparecido é tido como um articulador particularmente esperto, dinâmico — um verdadeiro agitador — e bastante eficiente. "O Zé Aparecido vale por um time", costumava dizer um seu admirador, o deputado Thales Ramalho, secretário geral do MDB. Para os jornalistas, em particular, Aparecido é uma fonte de primeira.

Foi essa fonte que irrompeu em Brasília no início de agosto e, em três dias incompletos, espalhou a notícia para

os jornalistas da capital federal. Na verdade, não é preciso muita peregrinação: não chegam talvez a uma dúzia os **jornalistas estratégicos**, profissionais aos quais se deve passar uma informação quando se a quer publicada em todos os principais órgãos. Desses jornalistas, a maioria está em Brasília, uns três ou quatro no Rio.

E a notícia do Zé Aparecido era curta e grossa: o MDB, se fosse escolher em convenção, escolheria o senador Magalhães Pinto. Mas, como os **autênticos** entraram com esse **general**, isso dividiu o partido. De modo que já se decidiu não apresentar candidato. E garantia que essa posição ficaria definida na reunião dos 71 membros do Diretório Nacional do partido, dos quais pelo menos 38 votos estariam fechados com a direção, no sentido de aprovar a não participação no colégio eleitoral.

Naturalmente, essa notícia era dita **off the records** — expressão pela qual os jornalistas norte-americanos designavam a informação que não era para ser publicada, mas apenas para apoiar o trabalho profissional. Entre nós, e certamente por força do regime que nos foi imposto nos últimos 14 anos, o **off the records** ganhou um sentido adicional: publica-se a informação, mas não a fonte, que permanece anônima ou vagamente indicada (em "meios políticos", "fontes da direção", "fontes do planalto" — ou o extraordinário "fontes militares"... e se vai por aí).

Isso criou uma absoluta irresponsabilidade. As fontes, quando não querem se comprometer com a informação, ou quando pensam que o conhecimento da origem da informação pode prejudicar sua credibilidade, reclamam o **off**. Os jornalistas, que precisam da informação e que, nos regimes autoritários, estão nas mãos das fontes, sobretudo das governamentais, aceitam a prática — e eis o jogo armado. Não se trata de irresponsabilidade no sentido de leviandade, mas irresponsabilidade porque ninguém — entre o público leitor, é claro — sabe de onde vem a história ou quem assume a informação.

Foi exatamente o que se passou quando os jornalistas passaram a **informar** que estava decidido: o MDB não teria candidatura. Claro que os jornalistas não são vítimas ingênuas da história, mas é preciso ao menos admitir que há atenuantes em seu favor. Os órgãos que os empregam exigem produtividade — notícias — e as condições em que trabalham não lhes permitem uma avaliação cuidadosa da informação.

Assim, se o Zé Aparecido, que é uma boa fonte, está dizendo; se o Thales Ramalho, outro tido por **raposa**, confirma, muito bem — a coisa deve ser por aí. Acrescente-se a isso o trabalho de jornalistas que efetivamente tomam posição, o que não é de estranhar — pois se a notícia do fato é também um fato político, não há por que estranhar quando jornalistas se comportam como militantes políticos.

Ocorre que às vezes a receita não dá certo e o bolo se desmancha. Ou, os fatos supervenientes — realidades de primeiro degrau — desmentem fragorosamente as notícias — fatos de segundo degrau. Se na segunda-feira, dia 7 de agosto, toda a imprensa, com raríssimas e honestas exceções, ainda alardeava que o MDB não apresentaria candidato, dois dias depois o Diretório Nacional do partido estava reunido e a notícia da hora era esta:

— **A candidatura do general Euler está consolidada.**

Discute-se a questão da vice-presidência e a estêgia da campanha. E desta vez a passagem do primeiro ao segundo degrau se dava naturalmente. Era isso mesmo — a história anterior ficava clara.

Acontecera que os setores contrários à indicação do general Euler Bentes Monteiro — os que apoiavam Magalhães e os que não desejavam candidatura — haviam amarrado uma aliança tática, na exata medida em que percebiam ser

majoritária a corrente pró-Euler. Tratava-se de combater a candidatura do general.

Como é que ninguém percebeu isso e toda gente embarcou na história? — é a pergunta que o leitor tem o direito de fazer, embora não tenha a oportunidade.

Pergunta conveniente: se as fontes da notícia eram Zé Aparecido, assessor de Magalhães, e Thales Ramalho, que deseja qualquer coisa para o País, menos a candidatura Euler, como acreditar nelas? Excetuados os fatores, digamos, profissionais (o repórter tem de entregar a matéria dali a duas horas, de modo que entrega isso ou nada) a razão está, é claro, no que se pode chamar de clima político dominante. Nos regimes autoritários, o clima político dominante é determinado por quem? Pelo governo, Poder, ou pela Oposição?

Dito de outro modo: às vezes, pode ser mais confortável errar com o Governo do que acertar com a Oposição. Neste episódio, o Governo desejava, primeiro que o MDB não apresentasse candidato; segundo, que, se apresentasse candidato, fosse qualquer um, menos o general Euler Bentes Monteiro.

E fica tudo muito claro.

A história, por certo, continua. O regime, apesar do projeto de reformas, ainda é o mesmo. As forças políticas em jogo não sofreram alteração substancial. Isso quer dizer que não basta ao grupo que, dentro do MDB, forjou e colocou a candidatura do general Euler, ter desfeito o equívoco armado no início deste mês e ter demonstrado, preto no branco, que representava a maioria do partido. A candidatura Euler continuará sob fogo cerrado — aí incluídas as baterias da imprensa.

Por exemplo, as mesmas matérias que na segunda semana de agosto admitiam que a candidatura Euler estava vingando, já anunciavam que se tratava de uma

imensa bobagem, pois nem o MDB todo apoiaria o projeto: "Só o senhor Chagas Freitas reúne mais de 100 votos contra o general do MDB" — dizia "todo mundo".

É verdade que Chagas Freitas é contra o general Euler. Ele disse a um deputado: "Em primeiro lugar, meu candidato é o Figueiredo. Agora, se o MDB decidir ter candidato, eu vou à convenção lutar pela indicação do senador Magalhães Pinto". Mas não é verdade que Chagas Freitas tenha mais de 100 votos. Para ser preciso, ele tem no máximo 56 votos, entre os 608 da convenção do MDB. E no colégio eleitoral de 15 de novembro, que elegerá o presidente da República, os chaguistas terão entre 25 e 30 votos. Entretanto, qualquer jornal que se apanhe dirá que o sr. Chagas Freitas tem "mais de 100 votos".

Como dizia o senador Roberto Saturnino ao avaliar os resultados da convenção do MDB carioca: "O mais votado, para candidato ao Senado, foi Nelson Carneiro, exatamente o que Chagas não queria. O indicado por Chagas pegou o terceiro lugar. Mas, como todo mundo diz que o Chagas controla o partido, isso pega e os adversários nem se animam a disputar. Ai ele fica mesmo com o partido".

Foi o que aconteceu com o caso do MDB e a candidatura. Apenas um jornalista — Emílio Braga, da sucursal brasileira do Diário Comércio e Indústria (DCI) — se deu ao trabalho de verificar qual era efetivamente a tendência dentro do MDB. Lista de convencionais na mão, observou que a maioria da oposição era pela candidatura Euler, ao contrário do que dizia o resto da imprensa. Mas foi solitária a matéria publicada pelo DCI na segunda-feira, dia 7.

A pergunta seguinte é mais ou menos evidente: o que aconteceu com os jornais, revistas e tevês, que publicaram tudo errado?

A resposta também é mais ou menos óbvia: não aconteceu nada. O regime ainda não mudou, de modo que o jogo continua. O general Euler precisará dizer e fazer coisas muito importantes para ter acesso à imprensa. Já qualquer bobagem, qualquer truismo do general Figueiredo terá lugar assegurado. É a regra do jogo: um é mais candidato que o outro.

ASSINE

12 Edições

Cr\$ 100,00

Ali. Direto. Em cima.

REPORTER

UM JORNAL DE CAPA E ESPADA

CUPOM DE ASSINATURA

— Assinatura por 12 edições: 100,00

— Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Miguel Couto, 134 - salas 1101 a 1104 - RJ - CEP 20.000

Você pode assinar o REPORTER, a partir do nº 0

Indique a partir de que número você quer sua assinatura

Nome:

Profissão:

Endereço:

CEP: Cidade: Estado:



Além de muitos milhões de cruzeiros, o "maior campeonato do mundo" movimentava grandes interesses políticos. É isso que faz da CBD quase um ministério, que o governo trata com muita atenção

O ministério do futebol

Por Maurício Azedo

o luxuoso gabinete da presidência da Confederação Brasileira de Desportos, por cuja decoração João Havelange pagou 300 mil em 1967, o almirante Heleno Nunes demonstra absoluta tranqüilidade.

Apesar do insucesso na Argentina, do descontentamento generalizado dos grandes clubes com o Campeonato Nacional e das investidas de João Havelange que quer colocar um de seus homens na presidência, o almirante tem certeza que nada vai mudar.

Ele até já está fazendo os planos para o próximo campeonato e para a sua reeleição em março, quando encerra este seu primeiro mandato de três anos.

— Vou fazer modificações radicais no Campeonato Brasileiro de 1979, mas só começarei a divulgá-las no segundo semestre do ano que vem. Entreguei essa missão a meia dúzia de pessoas, com o cuidado de não revelar os nomes de todas as próprias escolhidos, para garantir de que as alterações propostas não estarão sujeitas a nenhuma influência, diz o almirante.

Estas modificações vão envolver interesses de 40 das maiores cidades do País, que hoje acompanham as decisões da CBD com uma atenção muito especial, pela importância esportiva, econômica e política que o Campeonato Brasileiro assumiu. E o gabinete do presidente da CBD tornou-se estuário para onde convergem os patronos de aspirações locais e regionais, que tanto podem ser governadores de estados — em 77, o governador do Paraná, Jaime Canet Júnior, interveio para que a última vaga do seu Estado no Campeonato fosse atribuída ao Grêmio Maringá — como simples vereadores:

— Eu recebo pedidos de todo o mundo, mas seria muito mesquinho se condicionasse a implantação do mercado interno de futebol, como desejo, ao fato de Fulano ou Beltrano ser meu correligionário", diz agora o almirante, que há exatamente um ano, ao se decidir pela inclusão do Maringá, admitia que boa parte das vagas fora preenchida por critérios não esportivos. Dizia, então:

— Quem controla o futebol no Brasil é mesmo a política.

MILAGRE ECONÔMICO

O poder da CBD começou a se tornar incontável a partir da Copa de 70, quando o regime descobriu o papel que o futebol poderia desempenhar na condução da opinião pública. Ao mesmo tempo que começava a maciça campanha de exaltação do milagre econômico do mago Delfim Netto, o Governo Médici passou a centrar no esporte e particularmente no futebol toda a promoção de sua propaganda. O Presidente era apresentado como um desportista, torcedor do Flamengo, o time do povo. Era o homem que tinha acertado o score do Brasil na final com a Itália (4x1), um torcedor como os outros.

O Brasil tinha sido campeão do mundo em 58, sob o Governo Juscelino, e bicampeão em 62, no Governo João

Goulart, mas nenhum deles transformou a conquista do futebol num meio de promoção do Governo ou da imagem pessoal do Presidente. No Governo Goulart, por exemplo, a conquista do bicampeonato mundial no Chile coincidiu com uma grave crise de abastecimento no Rio de Janeiro, mas não houve empenho de transformar o importante título num apelo de proveito político oficial. Os tempos também eram outros. Havia liberdade para cantar na rua e o povo festejava satirizando:

**Falta arroz, falta feijão
Mas o Brasil é bicampeão**

Com a conquista do tricampeonato no México, a Assessoria de Relações Públicas da Presidência — dirigida com diligência pelo então coronel Octávio Costa, hoje general e comandante da Região Militar da Bahia — transformou o general Médici numa espécie de 12º jogador ou do *torcedor-símbolo*. O regime comprimia os salários, abria a economia do país ao capital estrangeiro, endividava o Brasil, prendia e torturava, mas a imagem do Presidente era a do boa-praça.

PRA FRENTE BRASIL

A ênfase nesse aspecto chegou ao requinte de modificar o cerimonial da Presidência. O compositor Miguel Gustavo tivera a felicidade de fazer um maravilhoso dobrado que coincidia com o tricampeonato. E o governo Médici então se apropriou do dobrado *Prá Frente Brasil*, que invadiu as estações de rádio e televisão com uma frequência inaudita e passou a integrar o ritual de recepção ao presidente da República.

O fato é que a partir da Copa de 70 o regime decidiu empresar o futebol, para explorá-lo politicamente. Por isso o Governo Médici financiou a Taça Independência, em 72, organizada para celebrar o sesquicentenário da Independência de 1822. Mandou fazer um metucoso diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, base de um jamais aplicado plano de massificação do esporte, e transformou a CBD numa espécie de ministério do esporte, regalando-a com dotações generosas, sem precedentes.

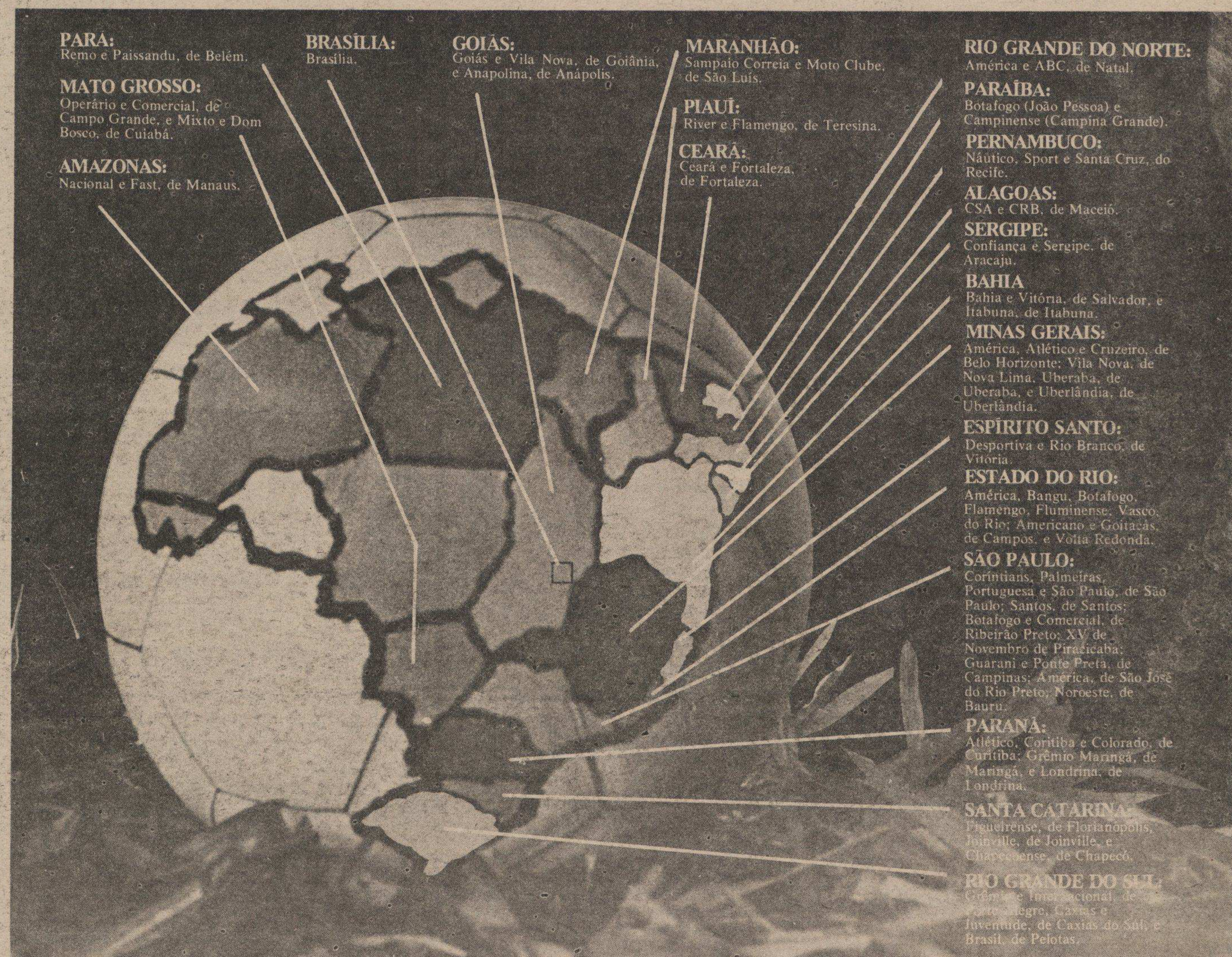
Deu-se então a subversão total do futebol brasileiro. A CBD foi alçada à condição de superclube, com o poder de

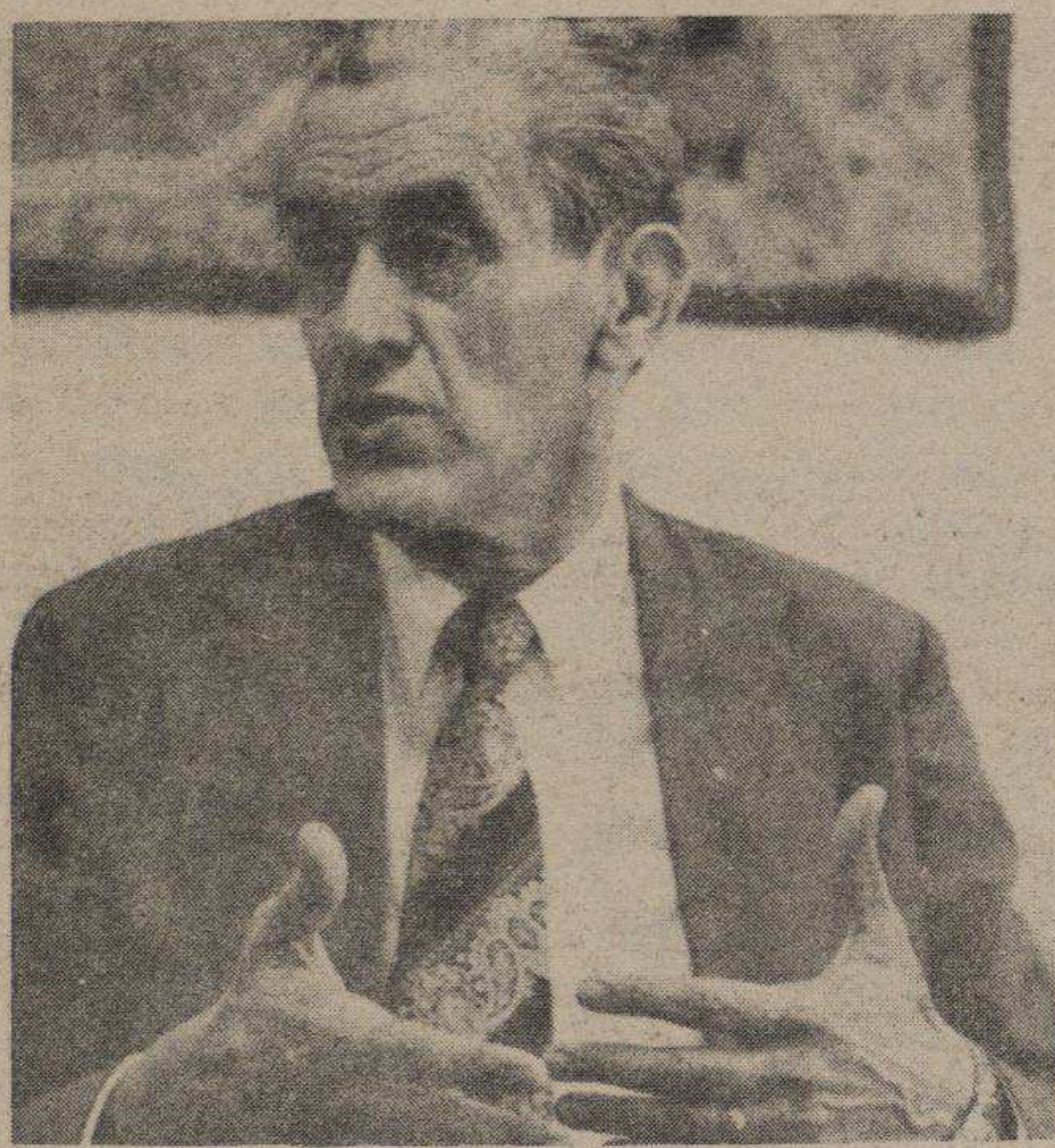
a qualquer momento reunir os melhores jogadores do País e mantê-los, a seu serviço durante o tempo que quiser, e também de superfederação, cujos interesses prevalecem sobre os das federações locais. Os clubes investem somas fabulosas em jogadores mas não podem utilizá-los, como neste ano de Copa, porque eles estão a serviço da CBD.

O regime esteve tão associado a esse processo, que cuidou de afastar Havelange quando este, pelo continuísmo, se revelou não tão útil quanto fora no Governo Médici. Em fins de 74, o ministro da Educação, Nei Braga, designou o diplomata Nelson Melo e Souza para articular um plano de massificação do esporte e, de cambulhada, afastar Havelange.

JOGO-DE-ABAFA

Para sucedê-lo, foi escolhido o ex-deputado pedesista Heleno Nunes, homem ligado ao esporte na Marinha, no Bonsucesso, no Vasco e de ligações pessoais com o já presidente Ernesto Geisel: seu irmão Antônio Carlos de Barros





Heleno Nunes: futebol e política

Nunes, general reformado, serviu com Geisel durante muito tempo na Petrobrás. E o governo pôs tudo na eleição de Heleno: no dia da votação, os presidentes das federações ainda fiéis a Havelange receberam ordens de permanecer em silêncio, se não quisessem aplaudir. A eleição foi feita por aclamação: um *jogo-de-abafa* na área de Havelange.

Com Heleno o poder da CBD firmou-se mais ainda. No plano institucional, ela conseguiu o beneplácito oficial para algumas proposições básicas, como a regulamentação da profissão de jogador, de futebol e a reformulação da legislação esportiva, que introduziu o voto unitário nas federações.

No plano financeiro, a CBD recebeu toda a ajuda que postulou, principalmente para a Copa. Foi uma fábula: Cr\$ 60

milhões aos quais se somam as receitas auferidas pela CBD com os jogos da seleção na fase de preparação. Heleno Nunes explica a origem dos recursos:

— Para preparação da campanha da Argentina, obtivemos a receita de uma rodada da Loteria Esportiva, que nos proporcionou o líquido de Cr\$ 49 milhões. Além disso, tivemos Cr\$ 7 milhões e 500 mil do Sistema Brasileiro de Crédito e Poupança para utilização da seleção em publicidade e Cr\$ 400 mil por jogo da Copa pagos pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

O empenho oficial não impediu o desastre da Argentina. E com resultados adversos ninguém segura ninguém: a CBD foi acusada de malbaratar dinheiros públicos, falou-se em CPI para apurar "os escândalos da Copa", os homens da CBD (Heleno Nunes, André Richer, Mozart Giórgio) por um momento se puseram na defensiva. Mas logo a grita passou, apesar da ameaça da volta de Havelange, dos Abílio de Almeida, dos Antônio do Passo (diretor de futebol na Copa de 74, derrubado pelo *desastre* do quarto lugar na Alemanha e que começa voltar ao primeiro plano). O esquema de poder da CBD continuou sólido, intocado.

É na realização do Campeonato Brasileiro que esse poder da CBD se revela absolutamente soberano, imperial

mesmo: o critério de escolha dos participantes, o regulamento e o calendário são fixados pela CBD sem qualquer ingerência dos clubes, que quando muito opinam, mas não decidem. Através de seu Departamento de Futebol, dirigido pelo ex-remador André Richer, que fez uma administração desastrosa como presidente do Flamengo e teve de recuar do propósito de reeleição porque ameaçava levar o clube à falência (dívida de Cr\$ 25 milhões, valor de 72, ao fim de dois anos de mandato), a CBD impõe o que quer: tabela, número de participantes, quem são os participantes, regras do campeonato, o diabo.

ALMEIDÃO E AMIGÃO

Na verdade a CBD se apropriou de uma criação dos clubes: o Campeonato Brasileiro não é senão a reprodução ampliada de uma iniciativa dos clubes do Rio e São Paulo, o primitivo Torneio Rio-São Paulo, que reunia inicialmente as principais equipes das duas cidades e pouco a pouco foi-se espalhando, sempre sob a direção das duas federações e dos clubes.

Nas mãos da CBD, o antigo torneio transformado em campeonato sofreu um processo de inchação, que culminou com

a presença de 62 clubes em 77 e, para surpresa dos próprios clubes agraciados com sua inclusão, em nada menos de 74 neste ano. Já em 76 ficou claro que havia interferência política no critério de escolha dos clubes, a ponto de um *slogan* ficar conhecido nos meios do futebol: "Onde a Arena vai mal, time no Nacional".

Os exemplos poderiam continuar, pois contam-se histórias de influências e favores na inclusão do Sergipe e do Confiança, do Fluminense de Feira de Santana, do Juventude e do Caxias, do Uberaba de Minas e do 15 de Novembro de Piracicaba, do Dom Bosco de Cuiabá e do Rio Branco de Vitória, todos incluídos no campeonato de 77. E, este ano, o leque se abriu mais ainda, pois em cada estado foram contemplados no mínimo dois clubes, enquanto nos principais esse número chegava a 12 (São Paulo), nove (Rio de Janeiro) ou seis (Minas Gerais). O Rio Grande do Sul obteve o que pôde, e não foi pouco: além de Grêmio e Inter — que já disputavam o torneio dirigido por São Paulo e Rio — entraram o Caxias e o Juventude, de Caxias do Sul, e o Brasil, de Pelotas.

Para os clubes do interior, foi um grande negócio, uma possibilidade de faturamento e prestígio com que não contavam nos estreitos limites dos cam-

Na hora de investir o seu 157, pense duas vezes e não se deixe levar por conversa.

Ninguém é obrigado a deixar o seu Certificado de Compra de Ações (CCA) no mesmo banco onde entregou a declaração de renda. Você será tentado de diversas maneiras, mas resista. Não se deixe levar por conversa. É preciso pensar duas vezes na hora de investir, para que o seu dinheiro valorize com certeza. Examine, pese bem todas as opções e vantagens que lhe oferecem. O Fundo Maisonnave 157 não é o maior, não é o que grita mais, mas, esteja certo, multiplicará o seu investimento. Experimente. Venha conhecer o que é atenção personalizada.

FUNDO MAISONNAVE 157 INFORMAÇÕES DA RESOLUÇÃO 470, DE 25.04.78 DO BANCO CENTRAL DO BRASIL		
Exercício	Valorização das cotas (%)	Inversão feita há
1968	451	10 anos
1969	395	9 anos
1970	256	8 anos
1971	159	7 anos
1972	16	6 anos
1973	109	5 anos
1974	107	4 anos
1975	104	3 anos
1976	89	2 anos
1977	56	1 ano

1. Não houve distribuição no período. Todos os rendimentos foram capitalizados.
2. Taxa de administração de 4% ao ano sobre o patrimônio do fundo.
3. As despesas debitadas ao fundo no semestre anterior representaram 0,66% do patrimônio do mesmo período.
4. Principais participações do Fundo Fiscal Maisonnave nas empresas: Alpargatas, Fertisul, Marcopolo, Micheletto, Lojas Renner, Cia. Geral de Indústrias, Petrobrás, Albarus, Zivi, Cervejaria Polar.

Fundo Maisonnave 157

Administrado pelo



Banco Maisonnave de Investimento S.A.
Rua Sete de Setembro, 760 - Fone: 24-3566



No nono andar, os troféus do futebol brasileiro



Oitenta funcionários e 700 milhões de receita

peonatos locais. Para os grandes clubes, porém, a inchação foi um desastre, principalmente neste ano em que a seleção ficou com seus melhores jogadores durante quatro meses do primeiro semestre. Embora não se tenha ainda a estatística completa do Campeonato, é visível que houve uma queda de público médio por jogo. Em 77, quando a média de 16.413 assistentes já apresentava uma diminuição em relação a 76 (média por jogo de 17.010 torcedores). E a receita também deve ter caído — apesar do aumento dos preços de ingressos — se se considerar tanto o seu valor absoluto como a depreciação que a moeda sofre num ano.

SENTA E LEVANTA

Esse quadro não se modificará enquanto os clubes — se tiverem competência — não romperem o monopólio do poder hoje exercido pela CBD. Esta não parece disposta a recuar na sua filosofia de criação e consolidação de mercado interno.

Fastidioso e estranho campeonato brasileiro, que ao longo de seu senta-levanta — uma maravilha para as empresas de aviação e o comércio de hotelaria — vai afastando equipes que numa competição mais racional teria melhor sorte, como no caso do Grêmio Porto Alegre, eliminado nas semifinais após magnífica campanha, e do Atlético Mineiro, que nem sequer chegou a esta etapa.

O próprio Heleno Nunes acena com surpresas quanto ao número de participantes no futuro:

— Creio que o Campeonato é ideal com um mínimo de 65 participantes e um máximo de 80 (grifo nosso). É uma maldade dizer que não há critérios definidos, pois temos convidados apenas clubes de cidades de mais de 100 mil habitantes, três mil sócios, estádio com capacidade para 25 mil pessoas e uma prefeitura que se sensibilize com o futebol, seja ela da Arena ou do MDB.

O lógico, então, seria que o Campeonato tivesse duas divisões, com acesso e rebaixamento, o que seria estimulante tanto em relação a rendas como do ponto de vista técnico. Mas aí que se revela o quanto é contraditório, confuso e irracional o mundo do futebol brasileiro: com todo o poder de que dispõe, graças aos favores que recebe do regime e àquilo que usurpou dos clubes, a CBD não tem força para dividir os participantes em dois grupos. Quando se pergunta a Heleno Nunes porque não criar a Primeira e a Segunda Divisão, ele faz um gesto de impotência e replica com outra pergunta:

— E quem vai para a Segunda Divisão?

Carlos Salzano V. da Cunha

— ADVOGADO —

OAB 2927 CPF 007648680

Andradas, 1560 — CONJ. 112 (GAL. MALCON)
Das 14 às 16 horas — FONE 21-82-82

As paredes do Edifício João Havelange não servem apenas de abrigo aos interesses do futebol e de mais de 20 esportes amadores, como seria justo supor. Ali, bem no centro comercial do Rio, na Rua da Alfândega quase esquina da Rio Branco, a CBD funciona muito mais como uma repartição pública comum, igual a tantas outras do País. Seria sem dúvida uma repartição pública, se o seu estatuto — elaborado em 8 de junho de 1914 — não a definisse como uma "sociedade civil de caráter desportivo" com "sede mantida no Rio de Janeiro".

Esquecendo estes dois detalhes, as semelhanças com as repartições públicas existem às dúzias, espalhadas pelos nove andares forrados com um caro e resistente papel de parede branco e de corrimãos, esquadrias e aberturas pintados de verde escuro.

Tudo começa pelo térreo, onde fica o relógio ponto dos 80 funcionários, cuja tolerância é bastante elástica especialmente nas segundas e nas sextas-feiras. Além disso, como lembra o funcionário mais famoso e eminência parda da casa, o conhecido Mozart Giórgio, "eu estou aqui há 30 anos, mas tem gente com mais tempo de serviço ainda".

É claro que Mozart, alguns dos antigos funcionários e os graduados, recebem os melhores salários, pagos com rigorosa pontualidade — facilidade nem sempre concedida aos menos importantes, acostumados a pequenos salários, entre o mínimo e Cr\$ 5 mil mensais, e até pequenos atrasos nos pagamentos.

A decoração do prédio não dispensa algumas fotos oficiais do presidente da República, distribuídas pelas salas mais importantes. Cartazes coloridos de propaganda do Governo, tipo Esporte é Saúde ou Ontem, Hoje, Sempre Brasil completam a ambientação típica das repartições públicas nos corredores e nas salas mais visitadas.

PODER NO ALTO

Acima do gabinete do presidente, localizado no oitavo andar, fica apenas a deslumbrante sala de reuniões especiais e recepções. Antes da porta de vidro duplo, único acesso ao local, existe uma grossa porta de ferro, estilo caixa de banco, permanentemente trancada, e só aberta pouco antes das reuniões da diretoria, da Comissão Técnica ou recepções especiais.

Quem entra ali pela primeira vez, não consegue conter o espanto. A sala, com quase 200 metros quadrados, é capaz de fazer qualquer califa se sentir em casa.

A primeira visão, quase de encanto, é a da mesa de mármore importado da Itália, com 16 lados de um metro cada e distância de cinco metros entre os vértices opostos. Pelas paredes, quadros originais de pintores conhecidos (brasileiros e estrangeiros) e parte da prataria da CBD recebida em jogos internacionais.

No chão e numa parede de fundo de um compartimento menor, tapetes persas. Em outra parede, um enorme móvel de jacarandá lustroso, servindo de estante para uma coleção da História do Futebol Brasileiro, dia a dia, desde a sua introdução no País até 1940, tudo encadernado, e ainda porcelanas chinesas e presentes recebidos de outras con-

federações.

Porém, as peças mais preciosas da sala são dois troféus, colocados num armário de vidro forrado de veludo: a Copa Jules Rimet e a Copa Independência (da Mini-Copa). Segundo comentários dignos de crédito, mas nada decorosos, o mobiliário, a tapeçaria e os quadros da sala foram comprados na loja de propriedade de um sobrinho de João Havelange. Hoje, com os novos objetos acrescentados e sem contar as duas taças, Cr\$ 5 milhões não seriam suficientes para montar o cenário do nono andar.

FUTEBOL E POLÍTICA

Nos tempos de João Havelange, os políticos já freqüentavam a CBD, mas os contatos e as comunicações entre eles e o presidente não eram tão assíduos como hoje. Com a eleição de Heleno Nunes, na época (1974) presidente da Arena do Estado do Rio, as relações entre a casa do futebol brasileiro e os políticos do partido governista foram estreitadas ao máximo.

Hoje, na sede da CBD, às vésperas de eleições, políticos da Arena aparecem para fazer campanha e deixar seus santinhos em mesas estratégicas. Além disso, a sala de comunicações recebe de Brasília boa parte de seus telegramas. Desde o presidente da República até os ministros de Estado, senadores e deputados mandam mensagens para a sede da CBD.

Muitos dos políticos fazem pedidos e algumas imposições, sempre com a intenção de obter vantagens e votos em suas zonas de influência. Caso típico foi o do senador Jarbas Passarinho, no ano passado, que exigiu a realização de uma partida entre o Remo e o Operário no inacabado Mangueirão, em Belém, apesar de o estádio estar vetado pela Comissão de Vitoria da própria CBD. O jogo fora suspenso dias antes por causa da morte de duas pessoas durante tumultos.

É claro que o pedido foi atendido, como quase sempre são atendidos os pedidos para a realização de jogos amistosos em datas festivas de interesse eleitoral, caso do aniversário de Belo Horizonte, agora em agosto, quando Atlético e Vasco da Gama de Heleno Nunes jogaram na abertura do Torneio dos Campeões, criação do próprio Heleno.

Como não poderia deixar de ser, o Almirante se cercou de auxiliares também ligados à Arena. Assim, o vice-presidente da CBD é o industrial paulista José Ermírio de Moraes Filho; o diretor de futebol, André Richer, dirige também a Companhia Vale do Rio Doce, empresa do Governo; e o coronel Carlos Alberto Cavalheiro é um velho e fiel discípulo de Heleno.

Além disso, para as eleições de presidente nas federações regionais, Heleno só apóia nomes ligados a nomes comprometidos com a Arena, como Rubens Hoffmeister, no Sul; Rubem Moreira, em Pernambuco; José Giuliani em Santa Catarina. Num dos últimos encontros de Heleno com os presidentes de federações, o ponto culminante foi uma visita às obras da casa do general Geisel, em Teresópolis.

CONTADORES ASTUTOS

João Havelange usou a CBD como meio de chegar à presidência da FIFA, não se preocupando muito com a organização ou as prestações precisas das contas. Uma prova de desleixo de Havelange na parte burocrática: o atual prédio da CBD, adquirido em 66, até o ano passado ainda estava escriturado em nome do antigo proprietário, um português residente em Lisboa, que venceu o edifício em fase de acabamento por Cr\$ 1 milhão e 300 mil (hoje, para efeito de seguro contra incêndio, o prédio com tudo o que tem dentro está avaliado em Cr\$ 300 milhões).

Heleno Nunes, um velho político eleito duas vezes deputado pelo extinto PSD, pensou também na organização burocrática e nas finanças. Escriturou o prédio e trouxe junto para a CBD uma competente equipe de contadores e economistas.

Como resultado, nos dois últimos anos a CBD recebe elogios do Conselho Nacional de Desportos e da Receita Federal pela correção e rapidez com as quais apresenta suas contas ao final de cada exercício. Em termos empresariais essa prestação chegou ao requinte no último exercício, quando as contas de 77 foram apresentadas nos primeiros dias de 78.

Além dos 5% sobre a renda de todos os jogos realizados no País pelo campeonato brasileiro e de caráter interestadual, a CBD tem as mais diversas fontes de renda. Com a mesma facilidade com que transa com políticos, a CBD negocia com empresas particulares, estatais e de economia mista.

Para a Copa do Mundo, por exemplo, além de contratos publicitários com a Petrobrás, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (no valor de Cr\$ 15 milhões), a CBD recebeu Cr\$ 90 milhões da Loteria Esportiva. A taxa dos 5% dos jogos este ano já anda perto dos Cr\$ 40 milhões e a CBD ainda está assinando contratos com a Coca-Cola e a Adidas e pensa em ganhar da Loteria Esportiva o direito de vender a publicidade nos volantes durante o período de férias dos profissionais, para financiar jogos de juvenis.

É claro que o dinheiro é muito bem aplicado no mercado financeiro e há ainda a renda das filiações de clubes e federações, transferências de atletas, multas e indenizações. As previsões da receita para 78 não são muito exatas, mas ela deve ultrapassar os Cr\$ 500 milhões e talvez chegue aos Cr\$ 700 milhões.

Tanto dinheiro assim movimenta uma série de serviços paralelos e alguns têm a sorte de serem contemplados com a tarefa de executar estes serviços para a CBD. É o caso de José Dias, diretor da agência Sport Press, que enriqueceu depois da implantação da Loteria Esportiva. Ou o de Walter Ribeiro, diretor da agência de viagens Wapax, encarregada de organizar e marcar as passagens de todas as excursões da seleção brasileira e dos vôos de todos os clubes no campeonato brasileiro. Outro feliz é o empresário Elias Zacour, amigo íntimo de Mozart Giórgio, que vende jogos da seleção no exterior e ganha crédito para negociar jogadores famosos e jogos de clubes importantes.

Em 1914, quando começou a funcionar nos altos de uma cervejaria, na Rua Uruguaiana, em sala alugada, era impossível imaginar até onde chegaria o poder e a complexidade de interesses englobados e manejados pela CBD. Hoje é quase impossível detectar a maioria deles. De uma coisa, porém, os dirigentes desse esporte e da política no Brasil já estão certos: o futebol é uma das nossas maiores indústrias. O cargo de presidente da CBD, quando acontecer o afastamento de Heleno Nunes, será mais disputado de que uma vaga para o Senado. É bem possível que o próximo presidente seja de proveta e ainda que no governo do sucessor de Geisel aconteça a criação do Ministério dos Esportes, para vincular de vez a CBD aos Estados e transformar para sempre o prédio da Rua da Alfândega numa repartição.

Telmo Zanini

Há mais ou menos uns 40 dias as pessoas que gostam de futebol, vendo-o apenas com os olhos da ingenuidade, ficaram assustadas e indignadas com uma notícia que os jornais e rádios paulistas repetiram em grandes manchetes:

— Bruno Sacomani, presidente do Palmeiras, dá golpe na praça e foge.

Para aqueles que acompanham o futebol mais de longe, ou que nunca perderam seu tempo ouvindo os *corneiros* (fofoqueiros) do Parque Antártica, a notícia podia soar como novidade. Para os mais atentos, porém, era apenas uma confirmação; ainda que bombástica, dos muitos golpes que Bruno Sacomani vinha aplicando há tempos em amigos e inimigos.

O primeiro golpe denunciado foi em 1973 por Márcio Papa, o tesoureiro que substituíra Sacomani no cargo depois de 20 anos. Um golpe pequeno já evidenciava a má situação financeira de Sacomani — e serviu para provar que seus amigos, os chefes das outras famílias, membros do grande conselho ou da grande família palmeirense, já tinham conhecimento de tudo.

Foi assim: um japonês, dono de uma pequena floricultura que sempre servia ao clube, procurou Márcio Papa para lhe dizer que nunca mais forneceria flores ao clube, se não recebesse Cr\$ 12 mil atrasados que o clube lhe devia. Márcio Papa garantiu-lhe o pagamento daquelas contas e do fornecimento solicitado para aquele dia: o primeiro dinheiro recebido nas bilheterias do clube, na festa daquela noite, seria para pagá-lo.

Foi quase assim. No dia seguinte o japonês foi buscar seu dinheiro mas levou apenas três cheques pré-datados, assinados por Bruno Sacomani. Junto com os cheques, um aviso de que o Palmeiras estava sem dinheiro e que Bruno estava quebrando o galho, dando cheques seus, pessoais. O japonês saiu e telefonou para Papa. Este foi apanhar os cheques mas antes que chegasse à floricultura, por lá passou Paschoal Walter Byron Giuliano, Presidente do clube e amigo de Sacomani, para fazer a troca salvadora.

Sem os cheques para denunciar Sacomani numa reunião da Diretoria, Papa — considerado muito jovem e ainda impetuoso pelos velhos *capos* — partiu para cima do próprio Giuliano e, por tabela, para cima dos outros chefes das grandes famílias — velhos dirigentes,

OS GÓLPES DE SACOMANI, O CARTOLA

No Palmeiras, de São Paulo, uma história exemplar do futebol brasileiro: acobertado pelos velhos capos da família palmeirense, o chefe Bruno Sacomani fez de tudo em 20 anos de cartolagem. Passou cheques sem fundos, apresentou um comparsa como tesoureiro do clube para levantar empréstimos em bancos e ainda ficou devendo muito dinheiro para Dudu, Ademir da Guia, Leão, Luiz Pereira e outros. Está foragido com uma dívida de Cr\$ 168 milhões na praça.



“aposentados” no Conselho de Orientação e Fiscalização.

— Quero saber quem é essa dona Maria que todos os meses recebe juros tão elevados do clube. Ou me contam as coisas, ou nem entro mais no clube. Não estou aqui para isso.

A explicação dada foi de que dona Maria (sem sobrenome) era uma irmã do presidente — uma boa senhora, rica, que num momento de aperto do clube auxiliou-o, emprestando-lhe alguns milhões.

Mas a verdade — contada na roda dos *corneiros* — era de que aqueles milhões, que rendiam juros superiores a 7% ao mês, pertenciam na verdade ao próprio presidente e a alguns velhos capos. Um negócio das arábias, ou melhor, um negócio bem siciliano — juros altos, rendimentos garantidos, sem imposto de renda e sem mais nada.

Para deixar barato, Papa conseguiu uma declaração, cumprida na risca, de que os juros deixariam de ser pagos a

partir daquele dia. Coisinhas assim, como levar móveis estofados do clube para casa, devolvendo-os mais tarde sob ameaça de denúncia e com um ofício de doação, ou o “Furto” de jogos de camisa para serem distribuídos a times varzeanos na época de eleições, sempre foram comuns, antes, durante e depois de Bruno Sacomani ser tesoureiro do clube — e por que não? — também em outras praças.

Mas se a situação já não era muito tranqüila — embora a sociedade crescesse, com a boa orientação do genro, engenheiro e administrador, e como o dinheiro não parava de entrar, vindo, quase todo, do bolso de jogadores e de amigos de jogadores, de quem Sacomani emprestava pagando juros altos —, nada melhor do que voltar ao clube, ter um cargo importante, de preferência ser presidente.

E foi o que Sacomani procurou fazer. Reuniu-se com um grupo de famílias descontentes, *capos* que, como ele, estavam afastados dos grandes negócios, da direção da sociedade, e lançou-se em campanha pela presidência. Mais uma vez, o sentimento siciliano funcionou. Sacomani era um velho servidor do clube, há quase 30 anos ocupando cargos de diretoria, do mais modesto ao mais importante, e não merecia aquela traição feita por Paschoal Giuliano, dois anos antes. Giuliano tinha prometido apoiá-lo para presidente. Mas, no último momento, dizendo que atendia apelos de conselheiros, aceitara continuar.

Afoito para livrar sua honra, Sacomani surgiu com panfletos e faixas. O outro candidato Nelson Duque, filho de pai português e mãe italiana, foi logo apontado como um estranho — bom para ser diretor de futebol mas ruim para ser presidente de um clube que ainda discute se deve ou não voltar a se chamar Palestra Itália. E os cartazes gritavam:

— Chegou a vez de Sacomani.

Eleito, tomou algumas providências só agora reconhecidas como prejudiciais. Duvidou das contas da diretoria anterior, alegou que dos 12 milhões apontados como dinheiro em caixa e nos bancos só encontrou nove, logo diminuídos para quatro e devidamente desviados para outros lados, principalmente para os lados do Jardim Paulista, onde está localizada a Studium, sua firma de construções.

unimed

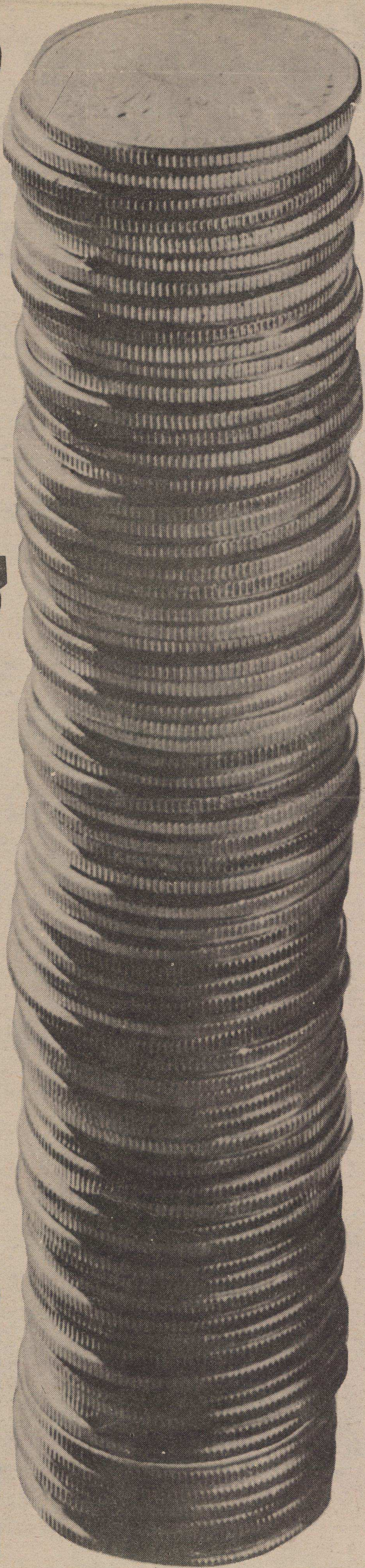
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

- Do melhor padrão e qualidade
- Sem intermediários

Quando sua família ou empresa desejar um PLANO DE SAÚDE, o importante é saber que apenas, e só, a UNIMED tem o reconhecimento oficial da Associação Médica Brasileira e Associação Médica do Rio Grande do Sul.

Rua Santa Terezinha, 345 - Porto Alegre
FONES: 31.1215 e 31.1162

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

Todas as plantas para as obras da sede social e da reforma do clube foram levadas para sua casa. Quatro engenheiros — seus amigos — foram contratados, ganhando Cr\$ 80 mil mensais cada — e nenhuma das obras contratadas foi realmente tocada.

Edu — ponta-direita — e Romero — lateral-esquerdo — foram negociados com o São Paulo e com o Atlético Mineiro, mas as promissórias foram diretamente para o cofre particular de Sacomani. Descobriu-se, agora, por que o chileno Mário Sotto foi contratado depois de já terem concluído negócio com Beto Fuscão, aparecendo um desvio de muitos dólares. E um rosário de amigos e jogadores — Dudu, Ademir da Guia, Eurico, Luiz Pereira, Leivinha, Leão e outros — foram surgindo como participantes do grande grupo de tapeados por Sacomani, a quem emprestavam dinheiro a juros altos.

Luiz Pereira tem promissórias no valor de Cr\$ 755 mil; Ademir da Guia tem Cr\$ 1 milhão 238 mil; e Leão, em números redondos, Cr\$ 3 milhões, fora as luvas de Cr\$ 600 mil que devia receber pela renovação do contrato. Quando foi cobrar as luvas — na véspera do jogo com o Guarani de Campinas, no qual cometeu um pênalti e foi expulso —, perguntaram-lhe os capos: onde está escrito? Não levou nada e ainda se viu na iminência de ser apontado como agiota.

Podendo usar a capa de presidente do Palmeiras, Sacomani tinha maior campo para agir e soube usar esse espaço. Desviou cerca de Cr\$ 13 milhões do clube, entre promissórias que levou para casa e descontou, empréstimos levantados em bancos — Cr\$ 2 milhões e 300 mil no Banco de Expansão — usando um amigo estranho ao clube para assinar como tesoureiro — além de outras embrulhadas que ainda podem aparecer.

Vendeu os mesmos apartamentos até três vezes, hipotecou terrenos para mais de uma pessoa e até suas duas empregadas estavam sem receber há dois meses. Mesmo ameaçado de morte por credores e agiotas, Sacomani tentava esconder as coisas, bancava alto e planejava outros golpes. Ao mesmo tempo em que presenteava o goleiro Leão, seu amigo e afilhado de casamento, com passagens de ida e volta aos Estados Unidos para lua-de-mel e comprava carros, tentava desesperadamente levantar empréstimos em bancos e na Caixa Econômica Estadual, onde pediu Cr\$ 50 milhões e só conseguiu um milhão.

E, como na história de Al Capone, acabou escorregando em alguns trocados. Foi levantar um pequeno empréstimo de Cr\$ 50 mil no Banco Itaú e apresentou seu comparsa como tesoureiro do clube, sem saber que o gerente — um dos 110 milhões de técnicos e torcedores que infestam o País — era dos mais crentes e desconfiou do nome que não lhe soava bem. Telefonou para o Palmeiras, informou a transação e provocou o primeiro alerta da degradingolada.

No seu pedido de concordata, que o juiz da 29ª Vara Cível de São Paulo transformou em falência, Sacomani — ou sacô money, como jocosamente é chamado pelos corneteiros — indica um ativo de aproximadamente Cr\$ 300 milhões e um passivo de Cr\$ 168 milhões, teoricamente em condições de acertar todas as contas. Mas ninguém acredita nisso.

Grande parte dos bens relacionados, embora não conste isso do pedido de concordata, estão hipotecados mais de uma vez. Muitos credores que lhe emprestaram dinheiro a juros, com medo de serem apontados como agiotas ou sem documentos, ainda não apareceram. E, o que ainda é pior, se Sacomani tivesse que pagar todos os juros que venceriam no período da concordata — sobre uns Cr\$ 60 milhões —, sua situação estouraria de qualquer jeito.

Ninguém sabe onde está Sacomani, mas seu filho e sua secretária têm dado indicações de que ele ainda está em São Paulo. Antes de ser expulso do Palmeiras como presidente e como sócio, alguns amigos, velhos capos, ainda tentaram salvar-lhe a pele. Chegaram a propor que cada um dos 300 conselheiros desse ao clube uma quantia (não inferior a Cr\$ 10 mil), proposta logo rechaçada. A história de Sacomani ainda tem muitos capítulos inéditos, agora transferidos para as páginas policiais. Mas outras histórias, bem parecidas e podres, como a sua, ainda rondam o nosso futebol.

Paulo Tito

Um repórter
descreve a ciranda
das Locas
na Plaza de Mayo

Una tarde con "Las Locas"



O povo precisava sair às ruas e cantar. Cantar era a palavra de ordem, e *Viva a Argentina* fazia eco em todas as sedes centrais de Buenos Aires e nas subdesdes do Mundial — Córdoba, Mar Del Plata, Mendoza e Rosário. E eles cantavam, mesmo que isso custasse o esquecimento de mais de 20 mil irmãos desaparecidos desde março de 76, quando a Junta Militar assumiu o governo.

Nem a politizada cidade de Córdoba — 1 milhão de habitantes, maior centro metalúrgico do país, de onde emergiram os movimentos políticos de maior expressão em 1975 — pôde escapar da poderosa máquina promocional montada pelo governo que chegou a contratar uma agência norte-americana de publicidade para coordenar a campanha.

Há dois meses do início do mundial de seleções, os argentinos recebiam em doses maciças, em suas casas, nos locais de trabalho, nos bares, ruas e estradas, os apelos patrióticos: mostrar ao mundo o que era a Argentina e seu povo. E o povo aprendeu o sentido amplo das mensagens, na medida que tocava a sensibilidade latina: "Cada homem, cada mulher, cada criança — estará representando a Argentina em cada gesto que fizer durante o mundial"; "Argentino, mostre ao mundo o que somos"; "Vamos mostrar ao mundo que temos paz, tranquilidade e segurança".

Apesar de tudo, havia muita coisa a ser vista por quem tinha olhos que não viam somente a Copa do Mundo. Uma quinta-feira em Buenos Aires, por exemplo...

Na Praça de Mayo, largo da Casa Rosada, muitos grupos de pessoas discutem com cuidadosa discrição. Formam um grande círculo. Ao centro, em volta de um pequeno monumento, mais de 300 mulheres, em sua maioria idosas, vestindo roupas escuras com lenços negros na cabeça, caminham em círculo, lentamente. Algumas choram, em silêncio.

São as *Loucas da Praça de Mayo* mães, avós, esposas, irmãs e filhas de presos políticos desaparecidos, em sua manifestação de todas às tardes de quinta-feira. Cinco minutos de muda passeata e se vão. Senhores engravatados rompem a discrição e esbravejam contra as mulheres. Surgem bandeiras argentinas. Tudo estava preparado: são funcionários remunerados trabalhando pela imagem do país. As mulheres passam a ser apenas loucas, nas explicações que dão.

As *Loucas* se foram e os debates são intensos. É a quinta tentativa de abordagem em busca de um depoimento. As outras quatro pessoas procuradas continuavam seu passo ligeiro dizendo assustadas do perigo de se falar em presos políticos.

— Venha, não pare. Vamos a um café, não podemos falar aqui. A metade dessas pessoas são policiais. É perigoso para você falar comigo, sou um homem marcado, e um jornalista é sempre perigoso para eles.

O homem tem um rosto contraído. Olhos avermelhados, expressão cansada, nas roupas e nos sapatos surrados o sinal de quem caminha muito. O café não está bom e ele não pára de olhar em volta. A *Confiteria* está cheia não se pode falar. Espero qualquer reação que surge depois de meio cigarro:

— Tenho três filhos desaparecidos. O gravador não pode sair da bolsa e tomar anotações é perigoso. A revelação me amassou. Sou tão nervoso quanto o homem, mas a solução vem rápida — o quarto do hotel. Da Praça de Mayo ao Hotel Liberty, na Avenida Corrientes, devoradas sete quadras a pé, então conversamos.

— Perdão, amigo, mas não pronuncie meu nome. É perigoso para mim. Em tudo que vou dizer não pode aparecer meu nome. Eles me matam.

Fique tranquilo. Sou seu amigo. Não vou divulgar seu nome. Diga: quando e

onde desapareceram seus filhos?

— Faz um ano. Um ano que vieram à noite, forças que não se sabe se eram policiais ou militares. Desconhecidos. Vieram encapuzados para que não os conhecêssemos e levaram-nos. Recorremos à polícia, às forças armadas, aos tribunais, a advogados com *habeas corpus* e até agora não temos notícias deles.

— Os três desapareceram na mesma noite?

— Não. Dois deles desapareceram numa noite, o outro numa tarde. Vieram policiais de tarde, também mascarados, numa camioneta, e o levaram. Não soube mais nada. Recorremos à polícia, e nada. Eram duas mais velhas, casadas, e um garoto solteiro.

— Que idade tinham seus filhos?

— A mais velha tinha 30 anos e foi presa junto com o marido. A segunda tinha 26 e também foi levada junto com o marido. O mais moço havia feito o serviço militar na marinha e estava com apenas 22 anos.

— Trabalhavam?

— A maior era arquiteta. A segunda geóloga, pós-graduada em Ciências Naturais. O filho tinha concluído o secundário.

— O que lhe disseram as autoridades sobre os desaparecimentos?

— Gastamos muito em advogados, muitos advogados que contratamos e todos dizendo que não existiam registros de nada, que eles não estavam desaparecidos. Não há sinal deles em nenhum cárcere.

— Seus filhos tinham algum tipo de envolvimento político?

— A mais velha seguia seu trabalho como arquiteta, sem qualquer atividade política atualmente. Anos atrás, quando era universitária, tinha suas idéias políticas, como qualquer universitário, quer peronismo, isto ou aquilo. Mas a princípio apenas, depois não. A segunda, geóloga, trabalhou inclusive numa empresa governamental. Não tinha nada. Era também professora, trabalhando em dois turnos por falta de professores. E o filho trabalhava como artesão porque gostava muito disto. Fazia artesanato em couro. Trabalhava bem, até o momento que o levaram.

— Depois de um ano de desaparecimento ainda os procura?

— Sim, seguimos agindo sempre, pelas vias legais, procurando através de juizes e advogados, mas tudo é nulo. Meus filhos não existem mais.

— Diga os nomes de seus filhos.

— Não, não posso. É perigoso.

— Quantos desaparecidos você cal-

cula que existem na Argentina?

— Em vários cárceres, *Além, La Plata, Palomar* e outros, que há verdade são campos de concentração como foram os de Hitler, diz-se que há uns 20 mil desaparecidos. Segundo a Liga Eumênica dos Direitos Humanos, há mais de 20 mil, inclusive seu presidente, senhor Sôfia, um homem de 70 anos. Foi preso há poucos dias pela publicação de uma lista com 1.700 nomes de desaparecidos, no jornal *La Prensa* de Montevideu, no dia 5 de junho. Nenhum jornal de Buenos Aires teve a coragem de publicar a relação, nem como matéria paga; as famílias ficaram destruídas. Suas casas abandonadas. Ficaram filhos, netos, que não sabem o que dizer, o que é feito de seus pais.

— Fale das Loucas.

— Elas estão sempre às quintas-feiras, na Praça. Ali estão também os policiais pagos para que as pessoas que as vêem não saibam da realidade em torno delas. Não permitem que se saiba da realidade que passa no país. As mães se encontram sós. Iam para a Casa Rosada pedir amparo e lá foram se conhecendo umas às outras. Do total de quase 300 mil desaparecidos, formou-se um grupo de 300 ou 400 mães, aproximadamente. Isso porque os homens não podem intervir. Se um pai intervir em busca de seu filho desaparecido, desaparece também.

— Quando começaram a reuniões das mães na Praça de Mayo?

— Em 1976.

— Você não corre perigo, estando sempre na praça?

— É perigoso, sim. Há muitas policiais femininas, até meninas, porque eles buscam crianças de até 12 anos as pagam para vigiar. Essas meninas também intervêm quando se discute a presença das mães na Praça. E dizem que são mães montoneras, loucas, simplesmente. Dizem que são más, quando na verdade são mães que buscam pelo menos que lhes dêem a razão do desaparecimento de seus filhos. Essas mães querem que, pelo menos, lhes dêem alguma coisa, que dêem pena para seus filhos se realmente eles fizeram algum mal. Mas querem saber. E nada conseguem.

— Como era o tratamento dado pela polícia às mães, antes da Copa do Mundo?

— Para conservarem a imagem do Mundial, respeitaram as mães. Por isto, antes do Mundial as tratavam bem. Deixavam que elas fossem à Praça para sua manifestação das quintas-feiras. Naturalmente custodiadas pela polícia.

— Como agem os policiais?

— Antes eram fardados. Agora estão vestidos como homens comuns para

facilitar seu trabalho. Eles estão em todos os lugares onde se possa imaginar e são encarregados de desvirtuar qualquer verdade que possa comprometer. Seu trabalho, numa primeira etapa, é de participar das discussões para desvirtuar a verdade. E depois entregam a todos. Eles são chefiados pelo General Herguindegui e fazem parte do PEN — Poder Executivo Nacional. São todos ex-policiais aposentados, num total de três mil, mais ou menos.

Na França diversos movimentos têm protestado contra a violação dos direitos humanos aqui. Há muitos franceses presos na Argentina?

— Franceses, segundo alguns jornais, existiam sete detidos, e nada mais, além da duas religiosas. As monjas religiosas eu vi torturadas.

— Você assistiu?

— Sim. Eu consegui ver rapidamente no corredor de um dos cárceres, onde estou sempre procurando algum indício de meus filhos. Levavam-nas arrastadas depois de as terem torturado.

— Onde foi isto exatamente?

— Não posso dizer. Dizem que são sete franceses, apenas, mas na verdade são 22 ao todo e, quando detidos, são torturados. Esse número não é nada, comparado com os milhares de argentinos.

— Como a polícia trata os jornalistas e fotógrafos que procuram relatar ou fotografar a presença das Loucas?

— Em todas as quintas-feiras as mães se reúnem na praça. Já saíram relações de nomes publicados pelo governo. Nas listas não estão os nomes dos desaparecidos. Por isto elas se reúnem na praça, e continuarão reunidas até que lhes dêem notícia de seus filhos, netos, irmãos e maridos desaparecidos. Até que lhes digam "estão em tal lugar, em tal prisão". Mas nem isso dão.

— Sim, mas e sobre os jornalistas e fotógrafos?

— Eu tenho salvado muitos jornalistas e fotógrafos, porque conheço toda a polícia política. Alguns eu alertei quando via policiais vigiando-os. Outros não, e aí tomavam seus filmes, dizendo que não podiam fazer registro do que estava acontecendo. Outros ainda chegaram a ser presos e tiveram máquinas quebradas.

— E sua mulher, como tem passado com tantos sofrimentos?

Bem, eu tenho uma neta. Uma neta que me deixaram não sei por quê. Filha da minha filha mais velha, que desapareceu junto com o marido. Devolveram esta neta, não sei por quê. A minha mulher é uma das *Loucas* da Praça de Mayo. Ela também está enloquecida neste martírio de não saber dos filhos.

— Bem, nós conversamos de tudo. Agora, por favor, faça uma mensagem de um pai que vive nesta situação.

— Sim. Chegou o domingo, dia 18 de julho, dia dos pais. Foi o dia que chorei mais porque não tenho meus filhos... Nada mais.

Jair Wilson de Farias

A PEDIDO
ELOAR
GUAZZELLI

MDB 132
Para Deputado Federal

CINEMA: O BERRO DOS MARGINAIS

Em apenas três meses, de março a maio deste ano, Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia, arrecadou Cr\$ 49,6 milhões, passando somente em cinemas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A partir de agosto, o filme de Hector Babenco estará sendo lançado no Rio Grande do Sul (Porto Alegre e cidades do interior), além de outros Estados, ampliando a excepcional arrecadação que já o transformou no segundo filme de maior bilheteria do cinema brasileiro (o primeiro, Dona Flor e Seus Dois Maridos, de Bruno Barreto, somou Cr\$ 76,7 milhões nas bilheterias, de novembro de 76 a maio de 78, segundo dados da revista Tendência, edição de junho).

O êxito de público e crítica de Lúcio Flávio tem paralelo em Barra Pesada, lançado no final do ano passado no centro do País, mas visto somente no primeiro semestre deste ano nos demais Estados. O ator de um destes filmes é diretor do outro, mas não é só isto que relaciona Lúcio Flávio, do argentino radicado no Brasil, Hector Babenco, com Barra Pesada, do ator e diretor Reginaldo Faria. Os dois filmes trazem para a tela um retrato sofrido do marginal brasileiro e berram alto a mesma verdade: polícia e bandido é tudo a mesma coisa.

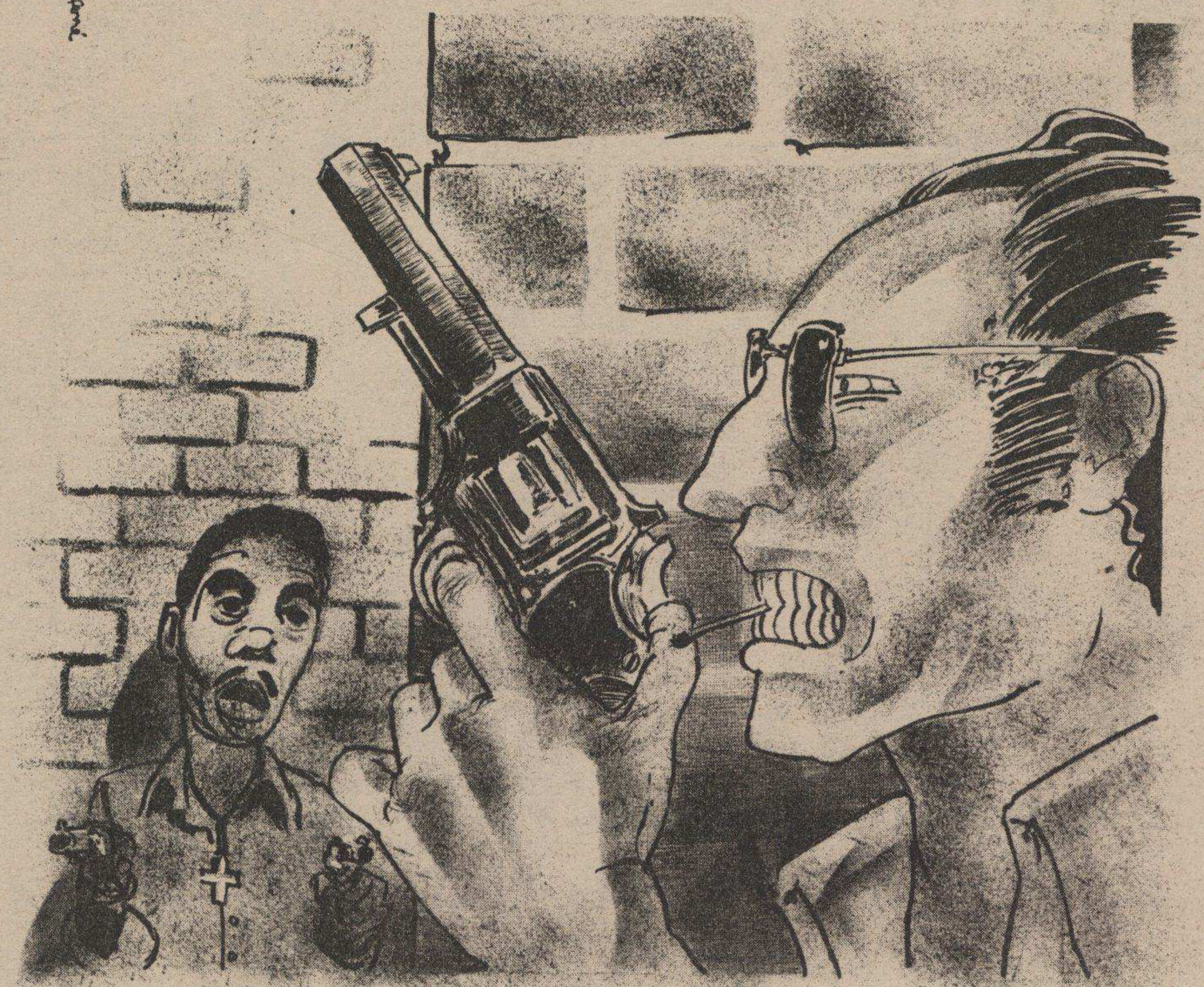
O pivete é humilhado, apanha e é despojado do seu dinheiro. Chora de humilhação e raiva, e o espectador partilha da sua emoção. Em todos os pequenos golpes que aplica para pagar a dívida contraída no início e seguir vivendo, Querô — o protagonista de Barra Pesada, fracassa. E fracassa porque presente está Wilson Grey, marginal como ele, porém amparado na massa bruta do seu eterno acompanhante. Por isto, Querô apanha, é despojado do seu dinheiro, tenta outro golpe, apanha de novo. O pivete chora dentro da noite. Está picado de raiva e sabe que só um berro, só uma máquina (revólver) poderá lhe dar a força que não tem.

Portanto, para Querô, o revólver representa o poder. A pequena volúpia de poder do pivete. Mas Reginaldo Farias não parte daí para estabelecer as complexas analogias entre o revólver e o falus e desenvolver um cinema psicanalítico — como o Arthur Penn, de Bonie & Clyde. O cineasta brasileiro é mais modesto, seu registro é mais simples, mas ele também faz uma obra de comprometimento social. Reginaldo Farias quer trazer, e efetivamente traz, para a tela, um retrato sofrido da violência, dos milhares de Querôs picados de raiva por este País afora.

A ambição de Hector Babenco não é diferente. Também ele quer fazer falar os humildes, os marginais. Lúcio Flávio é o homem acuado pelas forças da repressão. Assaltante de bancos, paga um preço muito alto pela sua liberdade. Mas paga mesmo: boa parte do dinheiro que ganha em seus assaltos, Lúcio destina ao policial que lhe serve de protetor — Moretti. Apesar disto, é preso, humilhado, rouba de novo, tem de dar mais dinheiro à polícia. Teme pela mulher, teme pela própria vida. Os tempos estão mudando. A superestrutura que explora Lúcio, representada pela polícia, está sofrendo transformações. Moretti está sendo substituído por outro tipo de policial, igualmente corrupto, mais violento, que veste terno, gravata, tem ligações com os de cima. São os executivos da polícia.

Portanto, Lúcio Flávio, o filme, capta o processo de transformação de uma sociedade. Ou melhor, os efeitos desta transformação, que se opera na cúpula. Há um remanejamento de pessoas, novas alianças, novas formas de legitimação do poder nesta sociedade. Dentro do processo, a única coisa que não muda é a posição de Lúcio Flávio, que é a posição adotada pelo diretor para contar sua história.

Às vezes, Reginaldo Faria, o diretor de Barra Pesada, filma com elegância, cons-



trói imagens muito elaboradas, mas nem por isto menos verdadeiras. Ao proceder assim, ele está desenvolvendo uma tendência anterior da sua obra, quando não passava de um diretor de comédias (mas de algumas boas comédias).

Há uma parte visivelmente "construída" em Barra Pesada, mas ela não incomoda o espectador, nem destoa do conjunto. Todos os flashbacks com a mãe de Querô, a suavidade com que a câmara se movimenta sobre a mesa de bilhar — cenário da primeira batalha perdida do pivete —, certas associações de imagens pela montagem, algumas muito felizes, outras menos, revelam a intimidade do diretor com as técnicas de filmagens e a forma como ele trabalha estes elementos, na busca de determinados efeitos.

Mas na maioria das vezes, a câmara de Reginaldo Faria parece correr junto nas ruas e nos becos, parece participar da emoção das cenas. Se isto acontece, é porque na tela estão os malditos, os deserdados da terra. Lembra-se de Yoko Ono, a ex-mulher de John Lennon? Certa passagem, ela disse que a mulher era o negro do mundo. Em Barra Pesada, a mulher, prostituta, explorada, é o negro da terra. Mas o homossexual também é, e o pivete, e o próprio negro, que aqui é somente Negritim, o companheiro de Querô.

São sempre os esparros dos outros e, por isto, às vezes, a raiva extravasa e eles matam. Matam para não morrer, matam para seguir vivendo, matam porque, como afirma Querô, "a gente aqui não tem outra escolha".

O ato de matar, porém, não exclui a ternura, que é o encontro de Querô e Ana. A câmara de Reginaldo Faria (o olhar de Reginaldo Faria) está ali, assistindo a tudo. Sente-se, num momento ou outro, que ele quer se distanciar, como na cena em que Querô mata seu primeiro homem. Mas é difícil se distanciar, é difícil olhar as coisas com frieza, meio de longe, quando nossa opção já foi feita. Pois o cinema, os filmes disse o crítico José Carlos Avellar, são objetos mais ou menos obscuros de desejo. Na penumbra das salas, o espectador se projeta nas figuras da tela, vive um pouco seus dramas.

Em Barra Pesada, o espectador torce por Querô. Sabe que ele não tem muita chance, caçado pelo submundo e pela polícia (e só no final descobre que traficantes e policiais, perseguem o pivete pela mesma razão porque polícia e ban-

dido é tudo a mesma coisa), mas torce por ele.

O tema de Hector Babenco também é a caçada humana. Ele filma num estilo "sensacional", à americana, mas os melhores momentos de Lúcio Flávio, pelas próprias características da realidade filmada, fazem pensar, não nos clássicos de Hollywood — o que, dificilmente, seria a intenção do diretor — mas no italiano Damiani, de Confissões de Um Comissário ao Procurador da República e Só Resta Esquecer.

Babenco também constrói efeitos estudados, certos momentos em que o tango, argentinamente irrompendo na trilha sonora, dá às cenas, em especial a uma certa cena de assalto, a tensão que o cineasta parece não saber armar muito bem.

Mas o importante não é isto. O importante é o recado. Está lá a cena com Grande Otelo, quando ele lembra a infância de Lúcio. "O Noquinho?", ele responde ao policial que o interroga sobre o paradeiro do homem caçado: "Está cumprindo seu destino". E leva na cara, não sem antes dizer a um dos policiais, negro como ele, que "polícia e bandido é tudo a mesma coisa". Esta verdade é gritada pelo diálogo, duas, três vezes, como se Babenco não estivesse absolutamente certo de chegar aonde queria e precisasse chamar a atenção do público. E, no entanto, estão lá as cenas que mostram as coisas, claramente: o encontro de Lúcio com Moretti, primeiro na lixeira, mais tarde na festa e, finalmente, em casa do policial e corrupto.

Também está lá o olhar frio, o sorriso cruel do ator Ivan Cândido, que faz o policial destes novos tempos, de aliança com "os de cima". Significativamente, um torturador. Elegante, frio e torturador, a imagem de uma instituição que se moderniza, para se tornar mais eficiente. É através deste último, da caçada que Ivan Cândido move a Lúcio e, através dela, ao seu conflito com Moretti, que Babenco introduz o tema da morte. Lúcio teme morrer, é o seu pesadelo e o filme bem poderia se chamar As três mortes de Lúcio Flávio. Duas vezes ele morre em cena, mas a morte não é real. É apenas o pesadelo do homem acuado, em pânico. E Babenco não liberta o espectador: na terceira vez, a morte vem mesmo, mas aí não aparece nada. Babenco apaga a luz, escurece a tela e deixa o

espectador sonhar. Um pesadelo chamado realidade.

Retratos apaixonados e veristas de um mundo socialmente injusto e corrompido — de uma injustiça que "os guarda-costas da Constituição" não vão remediar —, Lúcio Flávio e Barra Pesada integram a nova ofensiva dos cineastas brasileiros. Nesta pequena primavera que nos é dada assistir, elas fazem emergir os problemas da sociedade brasileira: os Esquadrões da Morte em Lúcio Flávio, — filme, de resto, baseado num tema real; a violência e a marginalidade em Barra Pesada; a violência e o arbítrio em Doramundo. Só que os filmes de Reginaldo Faria e Babenco são bem melhores que o de João Batista de Andrade, premiado no Festival de Gramado. Neste, forma e conteúdo raramente andam juntos e a denúncia da opressão, mal formulada e mal desenvolvida, passa a existir quase que só na cabeça do realizador.

Bom filme, indiscutivelmente, bem narrado — e o detalhe é importante porque Reginaldo Faria, como seu irmão Roberto, de Assalto ao Trem Pagador, é um contador de histórias —, Barra Pesada não é um grande filme. E não é porque Reginaldo Faria, meio que dispersa seu olhar no final, gasta munição onde não devia. É bem possível que ele tenha cedido a uma tentação, buscando um efeito plástico. Mas na hora mais alta, quando deveria exaltar a coragem e o desespero de viver de Querô, Reginaldo contrapõe os movimentos do pivete no interior do barraco sitiado pela polícia, com as evoluções dos cavalos (das mães de santo) no terreiro de umbanda.

Desta maneira, ele se desvia do objetivo principal e seu filme vira um banal discurso sobre a alienação religiosa do brasileiro, igual a tantos que o cinema nacional já produziu, quando o discurso era outro e o importante era cantar a coragem ou o desespero do pivete sozinho, abandonado pela religião (o pai de santo diz que ele não pode ficar no terreiro). A última imagem também não é a gurizada vaiando a polícia e os traficantes — o que seria a projeção mais perfeita do público no universo fechado do final —, e sim de Negritim no terreiro, justificando sua traição e dizendo que "não tinha escolha".

Aí, ele repete Querô lá no meio, matando seu primeiro homem (também não tinha escolha), mas a delação de Negritim não tem a mesma força de revolta do gesto do outro. Tudo isto e mais o letreiro que diz que os policiais corruptos foram punidos (uma exigência da Censura para libertar o filme), enfraquece um pouco a explosão do final de Barra Pesada.

O mesmo acontece com Lúcio Flávio, que é um filme reformista. Crítica o abuso do poder, mas não contesta a estrutura do poder na sociedade que filma. Também no final de Lúcio Flávio a Censura exigiu a colocação de um letreiro explicando que os culpados, os policiais do Esquadrão da Morte, os corruptos, foram punidos.

Ao realizar este filme, Babenco não sabia se receberia autorização da Censura. Reginaldo Faria, ator de Lúcio Flávio e diretor de Barra Pesada, viveu um período de tanta tensão durante a rodagem destes trabalhos, que teve problemas cardíacos. Babenco e Reginaldo Faria apostaram e, em ambos os casos, a aposta valeu. Nem Barra Pesada nem Lúcio Flávio são filmes definitivos: ambos fizeram concessões e, além dos letreiros do final, Babenco também cortou uma cena de nu frontal de Reginaldo (Lúcio), para evitar o que lhe parecia "complicações desnecessárias", na exibição.

O importante era forçar a passagem, chegar ao público, e isto Barra Pesada e Lúcio Flávio conseguiram, sem desonestidade intelectual. Nenhum deles vai ao fundo dos problemas, mas tocam na sua superfície e o que mostram na tela já é mais do que estávamos acostumados a ver nos últimos anos. São os filmes do degelo e, a partir da conquista destes filmes, caberá ao cinema (e aos cineastas) ampliar progressivamente seus espaços.

Luis Carlos Merten

A HISTÓRIA DE UM HERÓI IMPOSSÍVEL

Na noite de 10 de outubro de 1917, o coronel Delmiro Gouveia foi morto com três tiros no peito.

O coronel tinha plantações de algodão e usina de açúcar. Tinha uma maneira especial de tratar os seus empregados, defendia idéias políticas e empresariais avançadas para a época e por isso sofria perseguições.

Pior que isso: o coronel Delmiro tinha uma fábrica que produzia as linhas de costura e bordado com a marca Estrella e fazia concorrência à Machine Cotton, multinacional de origem inglesa, que sempre dominara os mercados brasileiro e latino-americano com suas linhas Corrente.

O coronel resistiu quanto pôde às propostas dos ingleses que queriam comprar a sua fábrica. Nunca se descobriu quem o matou, mas depois sua fábrica foi vendida à Machine Cotton. As

máquinas foram quebradas à marreta e jogadas na cachoeira de Paulo Afonso.

Esta é a história contada por Geraldo Sarno no filme *Coronel Delmiro Gouveia* que, apresentado numa das sessões paralelas do festival de Cannes deste ano, chamou a atenção dos críticos europeus (veja outra matéria nesta página). Sarno é autor de 19 documentários curtos e médios e um longa metragem — *O Pica-pau Amarelo* — todos realizados entre 1964 e 1976.

Coronel Delmiro Gouveia, que tem Ruben de Falco no papel principal e está com a estréia no Brasil prevista para agosto, foi concluído este ano, depois de 10 anos de trabalho intermitente.

Nesta entrevista, dada logo depois da apresentação em Cannes, Geraldo Sarno fala do seu filme à Zelia Leal, do Coojornal:



O Coronel Delmiro Gouveia: mais do que uma visão do Nordeste

sível de uma classe incapaz de tormular um projeto nacional autônomo.

— Nesta perspectiva, observa-se que o operário evolui mais rápido que o coronel.

SARNO — O filme começa e termina com o operário. É um homem do povo, contando a visão que o povo tem daquele herói. "Antes dele era muito ruim. Depois ficou bom. Fome ninguém passou enquanto ele viveu, Matar, ele nunca mandou, não senhor. Nunca matou ninguém". Aí começa o filme. Ele tem várias etapas, contadas por quatro narradores. O único narrador que não fala do Delmiro é o operário. Ele narra, após a morte de Delmiro, no velório de Delmiro. A câmara se afasta do caixão para ir pegar o operário, ao fundo do plano. O operário assume o primeiro plano da ação. São elementos importantes para compreender o filme. Para mim este é o tema mais importante, pois conduzido por elementos populares, que se concretizam no operário.

— Seus objetivos políticos com o filme?

SARNO — De maneira direta, não quis que meu filme fosse uma reflexão política. Isto aparece na figura do operário, sua fala, sua reflexão. O filme não pretende ser didático, mas estimulante de uma discussão política. A proposta final, no filme, contém as propostas históricas iniciais do nascimento da classe operária, no século XIX. O objetivo claro, tácito e expresso da classe operária sempre foi, em qualquer teoria, a apropriação dos bens de produção. Ela deixará de ser uma classe submissa quando trabalhar para ela mesma.

— O coronel não parece demasiado "boa gente"?

SARNO — Pensar que todo o coronel é um ogre, um bandoleiro, é uma visão caricata. Coronel é um título para um latifundiário. E é certo que Delmiro nunca mandou matar ninguém. Não era um assassino. Ele exercia autoridade, como

gente armada, para manter a ordem na vila e na fábrica. Ele tinha uma vila, em pleno sertão, com mais de dois mil operários. Delmiro era gente muito fina, homem de bom gosto e de sociedade. Quando chega Isadora Duncan, ou outras mulheres famosas, em Recife, ele mandava chover rosas no palco do teatro Santa Isabel. Ele importava carros de luxo, já naquela época. Não dá para caricaturar os coronéis. Durante as filmagens, conheci coronéis, visitei-os, passei dias em suas casas. Coronéis que têm 60 mortes nas costas são de uma delicadeza incrível. Eles não matam pessoalmente. Mandam matar.

— Através de Delmiro, o filme também mostra as relações entre uma burguesia incipiente e o Estado. Fale sobre isto.

SARNO — Justamente uma das riquezas do filme é esta, a relação entre o Estado e uma burguesia nacional incipiente, com todas suas contradições. A gente tem uma série de documentos, que vai divulgar para a imprensa quando lançar o filme. São mais ou menos 10 documentos. Um é de Arthur Bernardes e reconhece o *dumping*, em decreto, da *Machine Cotton* em relação a *Agro Fabril Mercantil* (de Delmiro Gouveia). Ele eleva as taxas de importação de linhas de costura de dois para 10 mil réis. O documento sobre a venda da fábrica diz assim: "Os equipamentos serão inutilizados com a presença de um inspetor da *Machine*, que irá da Inglaterra para o Brasil".

No que corresponde a postura do Estado, na época de Arthur Bernardes, era isto, aí. Anos depois, com Washington Luís, os debates no Congresso, sobre capital nacional e estrangeiro, assumem uma clareza imensa. A taxação de 10 mil réis, que defendia a linha de costura Estrella, volta a ser reduzida. A fábrica entra em falência e não tem possibilidade de concorrer. E então é comprada, quebrada e jogada fora.

— Como surgiu a idéia de fazer este filme?

SARNO — A idéia surgiu por volta de 1965/66. Viajava pelo nordeste, fazendo um documentário. Quando passei pela Cachoeira de Paulo Afonso, ouvi falar do "personagem". Desde o princípio senti que havia no coronel Delmiro Gouveia algo mais amplo que uma visão do nordeste. E ainda hoje me recuso a tratar o filme como um documentário. Acho que através deste tema, havia material que deveria ser tratado através da recriação, isto é, da ficção. Então comecei a buscar o personagem. Pesquisas em jornais de Pernambuco, Alagoas e Rio. Li os vários biógrafos, que estudaram aspectos diferentes da vida de Delmiro. Após Paulo Afonso, fui à usina da Pedra, no Alagoas. Na cidade havia um número razoável de pessoas que não só haviam conhecido, mas tinham privado da intimidade com Delmiro Gouveia.

— O personagem não foi transformado pela imaginação popular?

SARNO — É possível. Algumas pessoas tinham uma visão bastante mítica dele. O coronel deixou gravada uma impressão muito forte e o povo ainda está marcado por isto. Mas isto só demonstra a importância da função que ele exerceu. E tem mais: eu não estava interessado em fazer um filme realista, nem reproduzir uma

biografia. Então a visão "deformada" dele não chegava a atrapalhar.

— Quanto tempo você levou para fazer o filme?

SARNO — São 10 anos, desde que me interessei pelo tema. Mas não foram 10 anos dedicados a fazer o filme. Não consegui levantar dinheiro para a produção antes. As circunstâncias do "milagre brasileiro" não enfatizavam o papel do empresário nacional. Um filme que buscasse tratar disto, dum jeito mais crítico, não teria boa receptividade, nem interesse.

— No filme, há um confronto entre dois personagens-símbolos: o coronel e o operário...

SARNO — O filme é um painel nas relações entre classes sociais no nordeste e no Brasil. Os personagens são claros: de um lado o operário e de outro uma burguesia que deixa de ser importadora e começa a ter uma visão nacional. Uma das minhas intenções, com o filme, foi mostrar que não existe possibilidade de se construir uma nação, atualmente, se não contarmos com uma classe operária consciente de si mesma e de seus interesses. O Brasil dos últimos anos mostra isto. O coronel Gouveia, ao contrário, é um herói trágico. Ele transporta o projeto frustrado de sua classe. É o herói impos-

Brasil em Cannes: débil prestígio

Cannes é uma grande feira internacional de cinema, onde mais de 500 filmes são exibidos para aproximadamente dois mil jornalistas, críticos, produtores e distribuidores. Ali se compra e se vende, se constrói ou se perde prestígio.

A posição do cinema brasileiro no mercado de Cannes, nos últimos anos, não era boa. Após o surto do cinema novo, a produção brasileira passou a ser praticamente ignorada.

Coronel Delmiro Gouveia recuperou parte do frágil e circunstancial prestígio brasileiro no mercado de Cannes. Além do filme de Sarno, foi apresentado *Chuvos de Verão*, de Cacá Diegues. Um foi exibido na seção *Um Certo Olhar* e outro na *Quinzena dos Realizadores*, mostras paralelas realizadas com o apoio oficial do próprio Festival.

Alguns críticos europeus estranharam que os filmes estivessem fora de competição, principalmente o dirigido por



Geraldo Sarno e Ruben de Falco no debate sobre seu filme em Cannes

Geraldo Sarno. O filme foi muito aplaudido pelos jornalistas e elogiado no debate ocorrido após a exibição.

Numa outra mostra, *Mercado do Filme*, dois trabalhos chamaram a atenção: *A Queda*, de Ruy Guerra, e *A Lira do Delírio*, de Walter Lima Jr. As seções do Mercado não são significativas. Os jornalistas precisam organizar agendas que

lhes permitam assistir, obrigatoriamente, um mínimo de cinco filmes diários. Mesmo com esse problema de tempo, vários críticos europeus compareceram às exibições dos filmes de Guerra e Diegues.

Isto não significa que o Brasil tenha feito algum sucesso em Cannes. A política oficial (ou ideologia oficial) do Festival foi muito bem esclarecida por seu

presidente, Giles Jacob: "Mais cinema espetáculo, menos cinema de laboratório". Seria o mesmo que dizer: mais cinema popular, menos vanguarda intelectual. Alguns setores da crítica alegam que exigir "cinema espetáculo" significa afastar do mercado os cinemas do terceiro mundo, mais pobres.

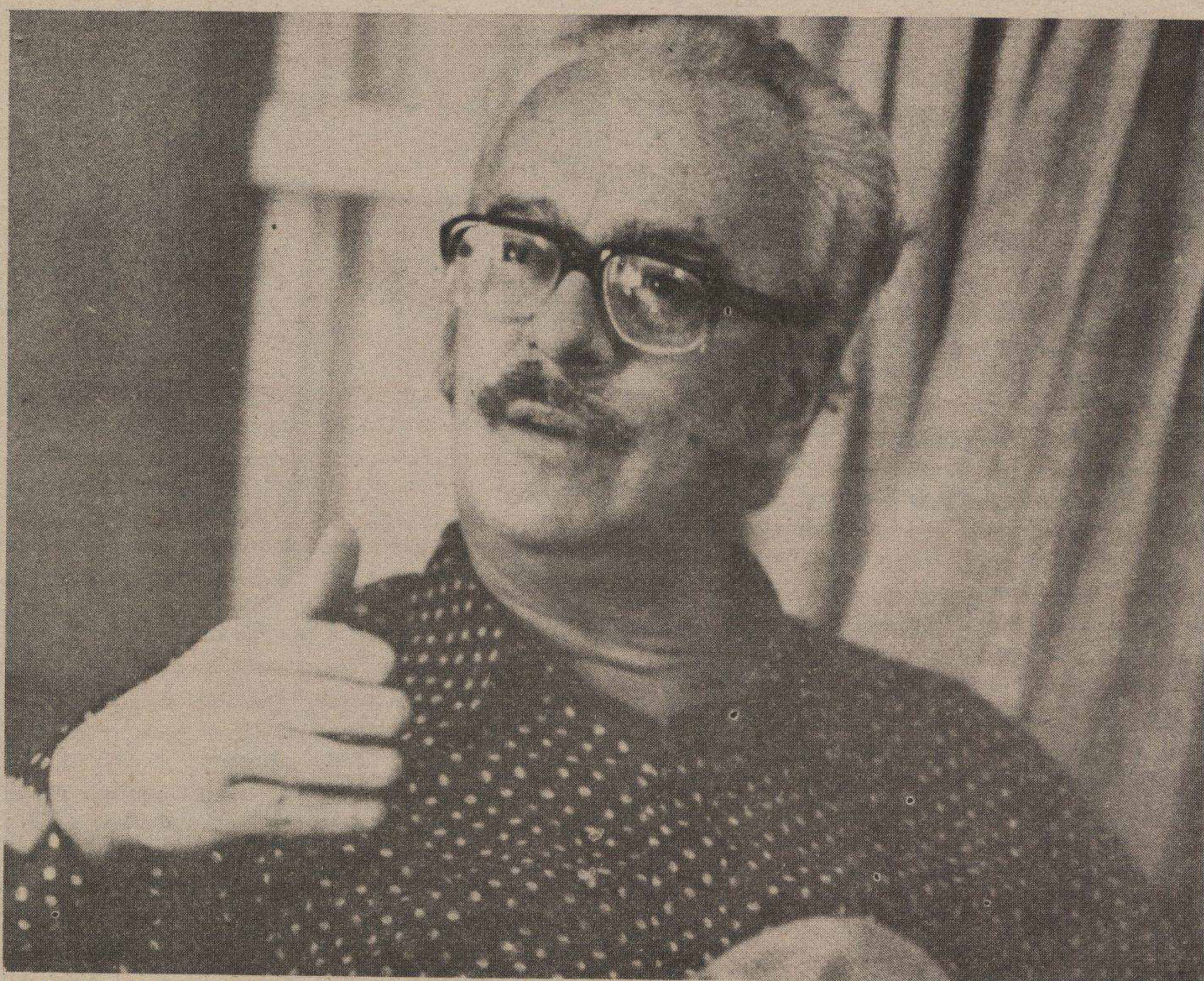
O único filme "subdesenvolvido" selecionado para a competição oficial foi *Recurso do Método*, uma realização do chileno (exilado no México) Miguel Littin, baseada no romance do cubano Alejo Carpentier. Mas este é uma superprodução, realizada com capitais franceses, mexicanos e cubanos, com três horas e meia de duração e a própria crítica não o considerou "representativo do terceiro mundo".

As possibilidades dos produtores de países mais pobres são as mostras paralelas do Festival. Nelas surge um pequeno mercado de filmes de arte, onde o exótico ou a densidade política da fita sempre encontram boa receptividade. Não são poucos os críticos que reconhecem neste mercado a única possibilidade da produção terceiro mundista entrar na Europa e EUA.

Zelia Leal

ANTONIO CALLADO

Depois de quarenta anos de jornalismo, ele está fora das redações, nem um pouco otimista em relação à imprensa e ao próprio futuro do país



O Globo

Callado: "O Brasil é um país imaturo"

"A imprensa não tem salvação", diz Antonio Callado, com a autoridade de quem trabalhou 40 anos nas redações de grandes jornais brasileiros. Callado foi chefe de redação do *Correio da Manhã*, um dos mais bravos jornais do país, desaparecido após a instalação do regime militar, em 64, e no *Jornal do Brasil* também ocupou postos de chefia.

Foi como repórter, porém, que ele viveu as suas melhores experiências profissionais: foi o primeiro jornalista brasileiro a ir ao Vietnã do Norte, durante a guerra contra os Estados Unidos. Suas reportagens do front, publicadas no *JB*, posteriormente transformaram-se em livro, relançado este ano: *Vietnã do Norte: Uma Advertência aos Agressores*.

Outra série de reportagens feita por ele, desta vez em Pernambuco, ao tempo de Miguel Arraes e das Ligas Camponesas de Francisco Julião, mais tarde também foi editada em livro: *Os Industriais da Seca e os "Galileus" de Pernambuco*.

Como ficcionista, Callado tornou-se respeitado com *Quarup*, considerado o mais importante romance brasileiro da década de 60 (atualmente em sua 11ª edição e traduzido por inúmeros países). Escreveu ainda *Bar Dom Juan* (1971) e, no ano passado, aos 60 anos, publicou o elogiadíssimo *Reflexos do Baile*.

Sobre sua experiência como jornalista e escritor, Antonio Callado falou a Jefferson de Barros, do *Coojournal*.

coisas interessantes para ler, muito mais variadas do que num jornal socialista, pelo menos essa é a impressão. Mas que confiança você tem?

— Que confiança você tem?

Callado — Eu fico pensando: na minha carreira de jornalista eu consegui, dentro dos jornais em que trabalhava, fazer reportagens que iam contra a orientação do jornal. No *Correio da Manhã*, por exemplo, que era um jornal liberal, sério — o Paulo Bittencourt era um homem, sempre me pareceu, sério, honesto — mas não queria nada com reforma agrária. Quando surgiu o movimento do Julião, no nordeste, as ligas camponesas, eu fiz questão de ir lá. O jornal praticamente me abriu as colunas. E eu fiz, digamos assim, uma verdadeira campanha em favor do Francisco Julião. Assinada, bem entendido. Eu já tinha bastante nome como jornalista, para o jornal publicar aquilo sem se comprometer.

No *Jornal do Brasil* eu consegui duas coisas extraordinárias: não só fiz todas as reportagens, em 63, do Governo Arraes, como também fui ao Vietnã do Norte. Eu levei 10 meses para conseguir o visto, o *Jornal do Brasil* gastou um dinheirão, pagou a minha viagem e publicou o material que escrevi, exatamente como escrevi. Quer dizer, tudo favorável ao Vietnã... do Norte.

— Isso parece mostrar que, num jornalismo como o nosso, depende muito do status individual... E o que você não conseguiu fazer?

Callado — Jornais como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, são conduzidos por um grupo de pessoas que sabem o que estão fazendo. Eles calculam o seguinte: mandar uma pessoa que já tem nome como jornalista escrever uma série de reportagens sobre o Vietnã do Norte, por exemplo, tá perfeito. Eu não editorializei. Aliás, enquanto eu esperava o meu visto, os americanos ficaram meio assombrados com o fato do *JB* mandar alguém ao Vietnã do Norte. Então, convidaram ninguém menos do que o doutor Nascimento Brito (vice-presidente do jornal) para ir ao Vietnã... do Sul, evidentemente. Eu levei 10 meses esperando o visto. O pessoal da redação gozava comigo: "Viu, país socialista é assim...". O Brito já tinha ido, tinha saído artigo. Só que o Vietnã do Sul o tempo todo, né...

Eu fui lá, fiz minhas reportagens, saíram exatamente como escrevi. Mas o editorial do *Jornal do Brasil* continuou fazendo sua campanha a favor dos Estados Unidos e achando o regime de Hanói um regime comunista, uma ameaça ao mundo democrático, aquela coisa.

Censura é desculpa para preguiçoso

— Você disse que conseguiu fazer essas reportagens por ser já um jornalista conhecido, com nome. Como foi feito esse nome?

Callado — Bem, comecei a trabalhar em jornal em 37.

— Junto com o DIP (1).

Callado — Juntinho. Eu comecei em outubro, e em novembro começou o Estado Novo... Estava-me lembrando da censura horrorosa neste País. E daquela coisa triste — que todo jornal tem — de querer burlar a censura. Então ficam aquelas coisas muito sutis. Sutileza em jornal não funciona. Você tem que dar porrada. O jornal tem que dizer as coisas sem finura.

— Como podia aparecer um jornalista entre 37 e 45? Fazer nome como jornalista? Foi exatamente a fase da censura, embora o Graciliano tenha dito que só os preguiçosos dão a censura como desculpa...

Callado — É verdade. Nisso ele tem razão. Mesmo num regime de censura violento, como foi o Estado Novo, tinha uma série de ângulos que você podia discutir, desde que não fosse nitidamente contra o governo, esculhambando o governo. Criticar o general Góis Monteiro (Ministro da Guerra do Estado Novo), isso não podia nem pensar. Mas muita coisa se podia fazer. Por exemplo, reportagens em zonas assoladas do País, como o nordeste; ou a tragédia de ordem natural, com conseqüências de miséria e doença. Isso estava aberto. Num contexto desses, inclusive, se podia criticar o governo que aí não se tocava pontos muito sensíveis. Eu comecei assinando crônicas, no *Correio da Manhã*.

— Estava mais na cozinha do jornal. Quando chegou à reportagem já era um nome.

Callado — Exatamente. Em 1941 eu saí daqui para trabalhar na BBC de Londres. Isso também foi um fator para fazer nome como jornalista. Você vê como o negócio funciona, a despeito da censura. O Ralph Della Cava estava fazendo um trabalho sobre as relações do Estado Novo com Roma, durante a guerra. Ele me mandou uma carta com a cópia de um documento, no qual o governo fascista manifestava sua preocupação com

minha ida para Londres. A idéia que eles faziam era que a imprensa brasileira ia começar a receber material, de um jornalista brasileiro, do teatro da guerra. Na realidade, eu não fui como correspondente de guerra, mas enviava crônicas para o *CM* e também para o rádio. Você vê como a coisa funciona, mesmo com censura: a carta me chamava de "jornalista esquerdista, comunistóide". Então, apesar de escrever sob censura, desde 1937, quando saí, em 41, minha ficha para os italianos fascista daqui era a de um "comunistóide".

Os militares tinham ódio do Cony

— Você ficou em Londres quanto tempo?

Callado — Até o fim da guerra. Depois em Paris. Só voltei ao Brasil em 47. Quando o Costa Rego adoeceu, em 54, eu fiquei no lugar dele como redator-chefe. Mas fiquei tanto tempo na Europa porque, aqui pra nós, o Brasil do Estado Novo era um País muito chato. Você vê o que é um regime ditatorial. O sentimento de todo o povo brasileiro, inclusive das elites, era aliadófilo. Culturalmente falando, o País era muito ligado à França e à Inglaterra, e o povo seguia essa tendência. Pois bem, o Getúlio resolveu apostar na Alemanha — quando, é verdade, parecia que ela ia vencer. Hoje em dia, com a distância histórica, se explica que o Getúlio apostou ferozmente na Alemanha por uma espécie de chantagem patriótica com os Estados Unidos, Volta Redonda, essas coisas. Eu tenho dúvidas. Na realidade, o general Góis Monteiro era muito autoritário, tinha admiração enorme pelos alemães. Acho que havia sinceridade no apoio de Vargas aos nazistas.

— Em 64, você estava no *JB*.

Callado — no golpe eu fiquei muito desiludido com o *JB*, pois o jornal estava de acordo. Enquanto o *CM* ficou numa posição, muito valente contra o golpe; primeiro contra o Jango, teve sua fase antijanguista.

— Basta e Fora (2).

Callado — Justamente, *Basta e Fora*. Mas logo que veio o primeiro ato institucional, quando não veio a redemocratização — como se o Exército fosse democratizar alguma coisa — o *Correio* imediatamente entendeu e ficou contra, começou a lutar. No *JB* era outra história, não dava nem para escrever assinado contra a revolução. Então eu publiquei uns artigos assinados no *Correio da Manhã*.

Acabei voltando para o *CM*, mas aí durei pouco, uns três meses, porque tinha mudado o esquema de mando. No meu tempo, quando substituí o Costa Rego, o redator-chefe tinha total autonomia na redação, não do ponto de vista opinativo, claro, que isso é uma coisa colegiada e sobretudo do dono do jornal.

Mas do ponto de vista de mando sobre as pessoas, o redator-chefe era realmente dono da redação. Ele demitia, admitia, não dava satisfação pra ninguém. No caso da demissão do Carlos Heitor Cony — que foi de uma bravura

(1) DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo.

(2) *Basta e Fora* — Editoriais do *Correio da Manhã*, contra o governo João Goulart, nos dias 30 e 31 de março de 1964, respectivamente.

fantástica nas primeiras semanas do golpe — ele começou a ser muito visado pelo Exército, que tinha ódio dele. Ele fez um artigo muito violento, contra o status quo, e fui informado de que ele também havia sido demitido. E não falaram comigo. Aí fui ao diretor e disse que era redator-chefe há três meses e não podia admitir isso.

Foi massacrante: a direção do jornal queria que eu ficasse, mas que o Cony saísse. Aliás, o Cony escreveu uma carta, dizendo que "já estava louco pra sair daqui, não tenho mais interesse nisso, fique inteiramente à vontade". Expliquei a ele que a questão não era com ele, mas comigo: "Mas como é que posso continuar sendo redator-chefe de uma redação em que a gerência demite um redator?"

Então eu saí por causa disso. Fiquei dois anos escrevendo o *Quarup*. Lá por 66/67 voltei ao *JB* e fiquei mais dez anos, só saí agora, em 75, pra ficar decididamente em casa, vendendo textos para revistas, fazendo a minha literatura. Ainda faço jornal, mas só na base da colaboração, colaboração paga, evidentemente, que eu tenho de viver disso. Mas não estou mais ligado diretamente a jornal.

Brasileiro fica contra mas não se organiza

— De 37 a 77 são bem quarenta anos...

Callado — Ah, sim, não são quarenta anos de jornalismo... com duas ditaduras pelas costas...

— Você falou no *Quarup*. Ele tem relação com a manifestação na OEA⁽³⁾, não?, porque foi uma coisa inesperada...

Callado — Muito inesperada. Porque, realmente, o sentido de indignação que nos deu... Porque a Conferência da OEA estava marcada para o Rio de Janeiro, e a própria OEA comunicou ao governo Castello Branco que, devido ao golpe, a reunião poderia ser transferida para Washington. Mas o Castello Branco respondeu que não tinha o menor problema, que o povo estava plenamente apoiando o regime. A reunião foi realizada aqui, no Hotel Glória (Rio de Janeiro). Muito bem, eles ganharam o poder, a repressão foi feita. Mas disseram que tudo estava em paz, como se tivesse havido um tremendo plebiscito em que todos apoiaram o golpe... A manifestação produziu uma tal cólera, eles estavam tão serenos que até os policiais ficaram supresos.

— Nas primeiras semanas do golpe, a repressão desmobilizou completamente quase tudo. Essa foi a primeira manifestação de resistência...

Callado — É, de resistência. Eles estavam querendo acabar com a gente, mas não deu pé, por causa da imprensa. Prenderam a gente uns dez dias e tiveram a inspiração de nos soltar. Naquela ocasião você tinha respaldo público pela imprensa. Era mais difícil eles conseguirem. Mas foi uma manifestação meio *porra-loca*, como sempre a organização dá certo trabalho. Mas a manifestação em si foi uma surpresa.

— *Quarup*, como o filme do Glauber Rocha, Terra em Transe, dá essa idéia de dispersão. Se dispersou todo mundo, não é?

Callado — Eu acho realmente que o Brasil é um país muito imaturo no sentido

de se reger. Nós não somos ainda governados pelas idéias de oposição. A gente se manifesta, se declara contra, mas essa satisfação pessoal não significa nada. Quando você começa a fazer a história do País, não se conforma mais com aquilo, então você se organiza. Ho-Chi-Min, por exemplo, fundou o partido Comunista no Vietnã, em 1930, e desde então, ele, o Giap e o Tran-Van-Dong nunca mais se separaram e foram forjando a idéia de resistência, que acabou com o resultado fantástico de derrotarem em guerra o Japão, a França e os Estados Unidos.

Os líderes das "ligas" foram todos mortos

— Mas o caso do Brasil não é diferente? No Vietnã, não há classe média, você tem um grupo organizado e uma disparidade de classe muito grande entre o poder e o povo. Aqui a classe média funciona como amortecedor, por isso há todas essas dispersões.

Callado — Há um terço da população na miséria, no nordeste. Claro, só um trabalho paciente, permanente, numa zona como aquela, poderia provocar uma comoção social. O novo diretor da Sudec está dizendo isso: "O governo tem de investir aqui, senão é capaz de haver outra manifestação popular". Ele está pensando nas ligas. Claro, a repressão foi brutal. Mas onde estavam as lideranças? O Lula é quem está dando um palpite certo. Ele não quer reconstituir o PTB nem nada. Ele quer constituir um partido de operários. Ele já viu que ser salvo de fora não dá. O Julião, coitado, está vivendo no Leste. O Gregório Bezerra ainda está vivo. Agora, os líderes humildes das ligas camponesas, esses morrem todos. Na minha opinião, essa coisa de no Brasil as idéias ainda serem muito frágeis, não se liga tanto à situação específica do Vietnã, mas à história de todos os países onde realmente se formou uma Nação, no sentido maior da palavra. Houve sempre um choque grande, um dia, e as pessoas acreditavam naquelas idéias pelas quais lutavam. Os Estados Unidos passaram a experiência daquela guerra tremenda, durante o governo Lincoln — sem falar na revolução americana pela independência. Era uma questão de princípios, e eles foram até o fim. Há sempre um momento assim, uma luta dialética e vão ter que desembocar numa outra coisa.

Esse ponto é que não sei onde é que está na História do Brasil. Sem falar nas pessoas que começam alguma coisa e se modificam. O caso do Getúlio Vargas é estranho; o Getúlio do último período comparado com o de 1937... E a evolução política do Carlos Lacerda? Que começou como porta-voz do Prestes e que poderia ter sido a grande figura política da minha geração? Inteligente e com magnetismo, mas que ficou irreconhecível. Acho isso no Brasil um sintoma muito esquisito.

Se o MDB assumir não vai mudar muito

— Mas a que você atribui isso?

Callado — Quem botou a mão na massa foi o Zé Honório Rodrigues, quando pegou esse fenômeno da chamada conciliação que houve na Independência do Brasil, uma espécie de acordo tácito entre liberais e conservadores para não deixar o povo entrar no processo político. Por exemplo, se amanhã houver abertura é o MDB assumir o poder, não vai mudar muita coisa. Evidentemente, nós estamos uma vez mais diante de liberais e conservadores e da conciliação nacional. A conciliação é isso: esse grupo do estamento — para usar o termo do Faoro — e que se divide em liberais e conservadores, tem o tácito acordo de não permitir que o povo entre na história. Então se criou um mecanismo muito eficaz. Nas

massas, por exemplo, não há muita importância quando eles matam os caras. O sujeito que realmente pinta com força, com veemência, é muito fácil fazer desaparecer. Eu não sei, por exemplo, onde foram parar os líderes populares das ligas camponesas. Eu vi no tempo do Bezerra, lá em Palmares, 30 mil trabalhadores entusiasmados. Sem armas. É o tal negócio, a repressão chega lá, mata os caras. Sabe-se o que aconteceu com o Bezerra. Foi preso, brutalmente maltratado; mas o Bezerra tá lá na União Soviética. Os outros — não é culpa do Bezerra, ele também quase morreu — mas os outros, que fim levaram? Os pequenos sumiram. Então, esse pacto social funciona só para as elites. E tem o contrato tácito de não permitir...

— ... a participação das massas populares.

Callado — Não deixa, não. Quando o Brasil vai assumir toda a sua capacidade, a sua dimensão territorial? — porque é uma vergonha um País deste tamanho e ainda tão chinfrinzinho, tão primitivozinho. Mas não vejo como isso acontecerá sem uma comoção social, muito séria, que traga essas massas populares à tona. Nós estamos usando o mínimo de nosso potencial, inclusive o humano. Quantos brasileiros há realmente educados e que sabem o que querem? Nós temos hoje uma população ativa menor do que a de Cuba, que são 10 milhões. Em Cuba, para voltarmos a falar de lá, os jornais são ruins mas o povo melhorou muito, não tenha dúvida. E aqui são 110 milhões...

Como saber se um jornal diz a verdade?

— Já que você voltou ao assunto: a situação da imprensa, em Cuba, não refletiria um certo modelo de socialismo? Se o socialismo fosse autogestionário, a imprensa não seria controlada diretamente pelas associações populares, o que permitiria mais atrito de opiniões?

Callado — Permitiria. Mas eu não sei de nenhum país socialista em que isso tivesse sido feito. Claro que quando se fala em socialismo sueco ou inglês, é uma coisa tão diferente que não adianta nem pensar, é uma evolução feita em outros termos, com povos educados. Mas países onde a revolução é necessária porque as massas estavam marginalizadas, quando chega ao poder tem que organizar as massas. E surge aquela paranóia do cerco, que é um fato. Os países capitalistas são fortes, têm uma grande capacidade de corrupção e força para apoiar suas manobras.

No caso da URSS, eu já nem entendo mais como é que pode ser tão paranóica. Um país tão forte, que não consigo entender como é que podem imaginar que se houver uma opinião livre dentro de um jornal, isso vai ameaçar gravemente. É uma psicose. Pois a URSS, como os EUA, sabem que têm poder para eliminar a vida na terra — e por isso são inteligentes

o bastante para não criarem uma guerra. Mas, então, qual a raiz do medo? Dessa impossibilidade de um pobre coitado lá dizer o que pensa, essa coisa horrível desse Sharansky e que rouba os argumentos da gente na defesa de um regime que tem um milhão de coisas certas? Mas se você perde argumentos numa zona como esta, de liberdade do indivíduo, a coisa perde o sentido. Para que trabalhar por um regime em que o preço a pagar mesmo após uma revolução brilhante como foi a soviética, 60 anos depois, seja a mesquinha dessa perseguição? Que quer dizer isso?

— Pegando essa linha, na sua opinião, o que facilita mais o controle da liberdade individual, no caso do jornalismo: o controle estatal centralizado ou o controle empresarial?

Callado — Acho muito difícil opinar. Diante desses dois modelos, eu repetiria que a imprensa não tem salvação. Pois enquanto lá você pega o *Granma* ou o *Pravda* e sabe que aquilo é o ponto de vista do governo cubano ou soviético, eu não sei realmente, lendo um jornal daqui, o que estou na realidade lendo. Como posso ajuizar uma coisa dessas? Às vezes um jornal sai defendendo um determinado ponto de vista. Como saber que interesses existem ali? Como você vai saber qual é a verdade sobre aquilo?

— E nesta situação, só resta a possibilidade de alguém com o respaldo de um nome, que é exceção, mas não muda essencialmente nada.

Callado — Não muda. Acaba enriquecendo a empresa. Pois o sujeito diz: "Tá, esse jornal tem uma posição, mas explica o ponto de vista do outro". O jornal acaba saindo de bacana. E no fundo, rigorosamente, não muda nada.

— É por essa consciência que você preferiu ficar fora das redações?

Callado — Não. Absolutamente, não há essa grandeza na minha posição. Resolvi sair para fazer meu trabalho. E trabalhei em jornal até outro dia. Certamente, com o meu nome embaixo eu sempre disse o que achava, senão não precisava assinar. Como todos nós que trabalhamos em jornal, a gente escreve uma porção de coisas, anonimamente, dentro da linha do jornal, são essas fraquezas do ofício, mas certamente nunca com o meu nome. Como é que o sujeito vai sobreviver hoje em dia como jornalista neste país? As opções são muito limitadas. Você tem os grandes jornais, e alguns jornais pequenos...

— ... que duram uma temporada.

Callado — Exatamente. É que não têm força pra prosseguir. Se você tivesse um jornal que defendesse idéias socialistas, provavelmente seria subvencionado por alguém interessado nisso. Seria melhor. Mas a imprensa ideal, onde é que se encontra? Realmente eu acho que não existe. Os dois modelos são ruins, são viciados. Na imprensa socialista, que é chata, pelo menos você lê para ver o que acontece no País e depois vai ler outra coisa ao invés de perder seu tempo com mentiras.

Emoldurar um quadro é complementá-lo.



DELPHUS

ARTE EM MOLDURAS

Cristóvão Colombo, 1.103 — Porto Alegre — RS

(3) Em 1964, durante a realização da Conferência da OEA no Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais fez manifestação de protesto contra o regime militar instalado em março. A manifestação foi em frente ao hotel Glória, onde se realizava a conferência, e todos os manifestantes foram presos. Entre eles encontravam-se Antônio Callado, Ferreira Gullar, Carlos Heitor Cony, Paulo Francis, Dias Gomes e Otto Maria Carpeaux.

DR. MIRAGEM: OS CRÍTICOS LERAM OUTRO LIVRO

Há pouco mais de dois anos, numa entrevista para a revista **Escrita**, de São Paulo, Moacyr Scliar referiu-se a um romance que escrevia e reescrevia intermitentemente entre dois livros. Tratava-se, segundo ele, da visão fragmentária que um médico tem da sociedade, revisando a temática de seu primeiro livro, **Histórias de um Médico em Formação**. Bom, **Doutor Miragem** foi publicado, ganhou um prêmio e algumas críticas surpreendentes de ser um livro apressado, de pretender o sacerdócio na medicina, de abusar das coincidências, e tratar de um mesmo personagem em duas versões — Felipe e Ramão seriam uma e a mesma pessoa.

Tem-se a impressão de que os comentaristas leram outro livro com nome parecido ou, o que é pior, fizeram uma leitura — esta sim — apressada e superficial de **Doutor Miragem**, livro que nada tem de psicologista nem procura desvendar os segredos da alma humana.

Pois, justamente, o que impede esse livro de ser a outra vertente de **O Ciclo das Águas**, com o qual tem semelhanças estruturais e temáticas — é seu excesso de elaboração formal, que às vezes o deixa rígido e extremamente geométrico.

RAÍZES DESFEITAS

Como em o **Ciclo**, **Doutor Miragem** se constrói com uma montagem de fragmentos narrativos, onde as duas personagens centrais se alternam, e onde o passado (a história) forma o núcleo principal da estória. Como no livro anterior, em que duas personagens (Ester e Marcos) representavam, de um lado, as forças instintivas do homem, de outro, o produto civilizado e altamente intelectual, também Ramão e Felipe repetem a dicotomia.

A principal diferença entre os dois livros é que, enquanto em o **Ciclo** as raízes tribais se mantinham intactas num contexto em que o clã e a solidariedade humana predominavam sobre a corrupção geral, em **Doutor Miragem** as raízes se desfizeram, os contatos humanos se mecanizaram — das raízes e mitos originais restaram apenas, como resíduos mudos e inoperantes, o respeito aos mortos de Ramão e o amuleto calabrês de Felipe. Por isso, **O Ciclo** é um romance de linguagem poética, lírica até, e **Doutor Miragem**, é um livro árido, extremamente amargo.

Ao contrário do que tinha anunciado Scliar, que **Doutor Miragem** abordaria a visão fragmentária do médico e problemas afins, o romance nada tem em comum com o realismo de seu primeiro livro.

PSICOLOGIAS CLASSISTAS

Doutor Miragem é uma série complexa de paralelismos, de comparações,

em que as situações se repetem e se auto-refletem até a náusea. É outro elo na seqüência de parábolas do autor, como **O Exército de um Homem Só**, como **Os Deuses de Raquel**, como o conto **A Balada do Falso Messias**.

Só que, ao invés de alegorizar uma visão maniqueísta, judaico-cristã, da sociedade ocidental — Scliar, com **Doutor Miragem** alegoriza, não a luta de classes em transição: a pequena burguesia que ascende e a classe trabalhadora que se marginaliza.

Desde o início, Felipe e Ramão são apresentados como pessoas que poderiam ser iguais, que têm as mesmas ilusões de ascensão social, o mesmo egocentrismo, a mesma vaidade, a mesma hipocondria.

A partir do primeiro encontro, constata-se que apenas a situação familiar separa os dois — que se Felipe e Ramão trocassem de lugar como O Príncipe e o Mendigo — seus destinos se teriam cumprido da mesma forma, mas ao inverso: Ramão seria o doutor, Felipe, o marginal psicopata.

A partir dessa constatação, o psicologismo tradicional se torna supérfluo. Não há psicologias individuais nem profissionais, há psicologias classistas.

As situações paralelas passam a se desenvolver com furor. Ambos têm a mãe gravemente enferma. Ramão perde a sua, por causa da miséria e do obscurantismo de seu meio. Felipe vê a sua ser salva.

Ambos são tentados pelo homossexual. Felipe, na infância, quando sua imaturidade o desprotegia. Ramão, na juventude, quando sua condição de empregado do sedutor o tornava igualmente vulnerável.

Ramão teve o ofício de caçar cães vadios; Felipe os dissecou num biotério, ambos com a mesma fria indiferença.

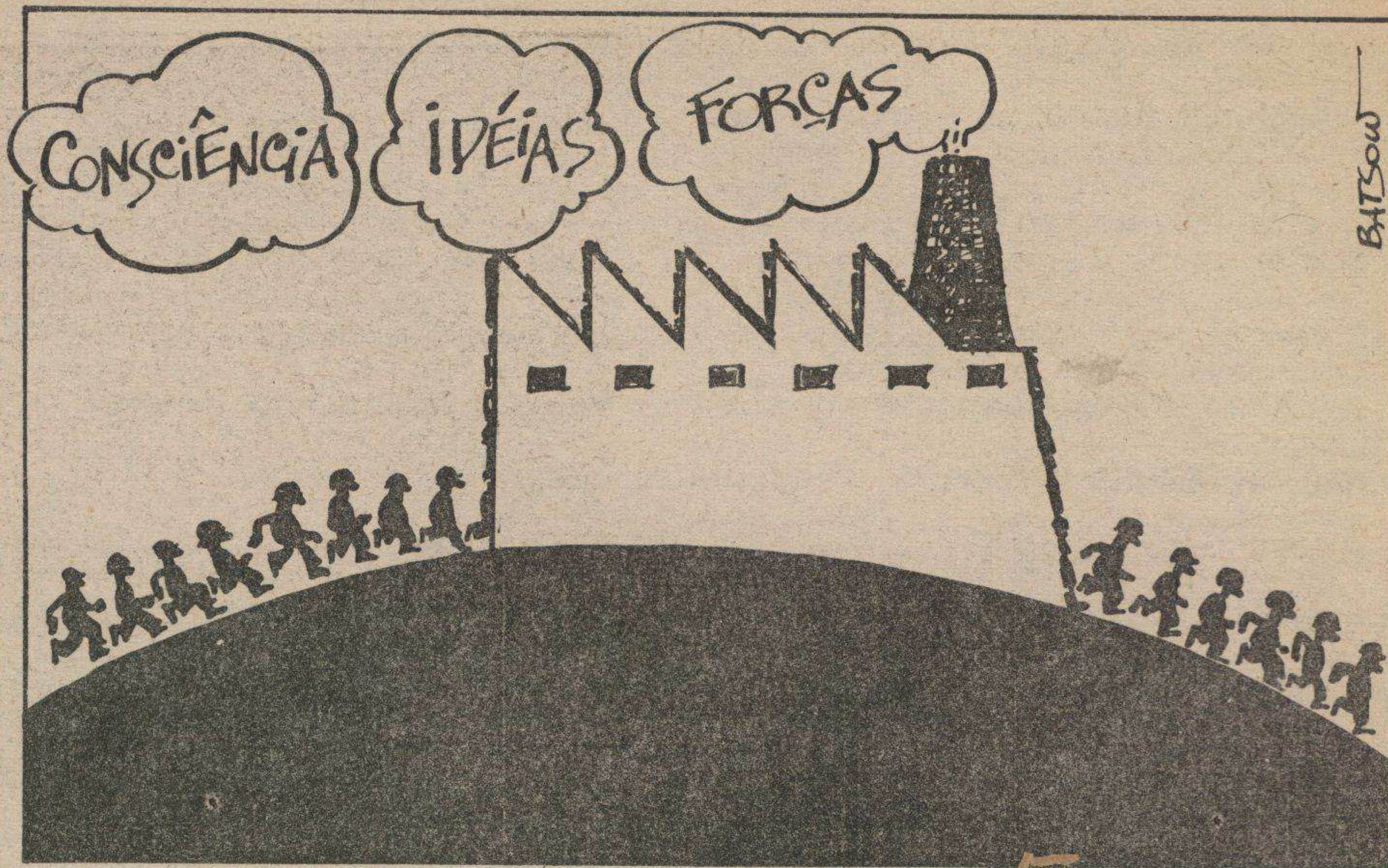
Os dois cobiçaram a filha do Barão; apenas Felipe a obteve. Ambos transaram com a morena de Curumim: Ramão, como esposo traído; Felipe, como cliente. Ambos passaram por graves crises econômicas, nas quais perderam tudo — só Felipe se recupera, com a ressalva de nunca ter chegado a passar fome.

Da mesma forma, a expulsão dos curandeiros de Pirai, pressionada por Felipe, é o contraponto da expulsão dos favelados em Porto Alegre, pressionada pelos especuladores.

CRISE CONSUMISTA

O ciclo se fecha ao final, quando o patético envenenamento de Ramão através da auto-medicação e o consumo destinado dos lixos mais requintados da sociedade industrial, parodia seu envenenamento ideológico, sua identificação com valores alheios, sua incapacidade de assimilar o conteúdo concreto e o significado de sua vida. Ramão consome para poder existir, afirmar-se. Felipe faz o mesmo em diversas etapas de sua vida, como num dos raros momentos de humor do livro, quando o reencontro dos dois esposo-amantes, Felipe e Maria da Glória, provoca uma crise consumista nos dois (a ida ao supermercado) e sofre um colapso quando as compras chegam ao fim.

Ramão e Felipe não são indivíduos. São duas classes cujos caminhos se cruzam e recruzam, mesmo sem haver uma interdependência direta entre elas.



Esses cruzamentos são sempre desastrosos para o lado mais fraco, enquanto o lado mais bem aquinhoado lucra conforto, prazer, vantagens morais e materiais.

Se Felipe é um médico e não um advogado, um executivo ou um jornalista, isso é uma questão puramente formal. **Doutor Miragem** não questiona a medicina em si, nem as condições de saúde do povo brasileiro, muito menos aponta o sacerdócio profissional como solução.

Pelo contrário, os desmandos de Felipe e a obtusidade de Ramão são consequência de uma estrutura social definida, que começa com o estatuto da terra, fundamenta-se nas relações urbanas de capital e trabalho, e é coroada pela ideologia pragmática e consumista de dominação.

O próprio Felipe não é patrão, não é proprietário, não é diretamente expropriador, e sim apêndice da classe dominante.

Profissional executivo ou liberal, o pequeno burguês em ascensão vive em Felipe sua contradição essencial: não é capital nem trabalho híbrido de ambos, subsidiário do primeiro e com atividades do segundo, costuma definir-se geralmente pelo auge às classes dominantes, à sombra do poder econômico.

E, no entanto, Felipe e Ramão são o mesmo tipo de homem. De homem que depende sua força de trabalho para sobreviver. Ramão não o sabe; Felipe o reconhece tardiamente para reconsiderar sua posição no mundo.

Não é vocação sacerdotal que falta a Felipe. Não é sanidade mental que falta a Ramão. Ambos carecem de uma perspectiva de classe, de uma visão histórica, de uma opção política consciente. No seu mesquinho individualismo conformista, na sua revolta espontaneísta e reacionária, Felipe e Ramão não têm saída como representantes típicos de suas respectivas classes: pequena burguesia e lumpem.

O que alguns críticos parecem esquecer é que assumir seu trabalho com dignidade e preocupação comunitária, não é utopia nem sacerdócio — mas a primeira e indispensável etapa da transformação pessoal e coletiva.

TÂNIA FAILLACE

FLOR QUE NASCE DA VIDA OPERÁRIA

CRÔNICAS DA VIDA OPERÁRIA, de Roniwalter Jatobá, apresentação de Fernando de Moraes; Global-Versus, 62 páginas; 35 cruzeiros.

É muito fácil atribuir à classe operária a missão de redimir o mundo e cruzar os braços à espera de que os trabalhadores cumpram o seu dever. Muito mais difícil é fazer uma análise da situação concreta da classe operária, colaborar para que a classe trabalhadora assuma o papel material que lhe cabe como dirigente das forças populares. Sabe-se que, para desenvolver a consciência de classe da classe operária, é preciso que pessoas de fora lhe apontem os rumos. Isso porque os operários não têm tempo nem condições de estudar o mundo. Cabe aos intelectuais orgânicos da classe operária fazer isto.

Podem parecer deslocado lembrar essas velhas verdades a propósito de um livro de ficção. Mas este não é um livro de ficção comum: trata-se de flagrantes da vida dos operários paulistanos, de seus caminhos desde o Nordeste até a Canaã do Brasil — trata-se do mundo dos acidentes de trabalho, dos dedos cortados pela prensa, do mundo de poeira e gases da indústria química.

Roniwalter Jatobá, ele mesmo um ex-operário da indústria automobilística, evoca esse mundo com a elegância de um grande escritor. Através de sua ficção, vemos, numa forma estranha de beleza saindo da rudeza da vida operária, a formação de consciência espontânea da classe dos trabalhadores. A vida é dura, mas no Nordeste era pior. Era pior mesmo que a vida sob a ameaça duradoura do **facão** (nome que os operários de São Paulo dão ao fenômeno conhecido pelos assalariados de classe média como **passaralho**, ou seja, as demissões em massa),

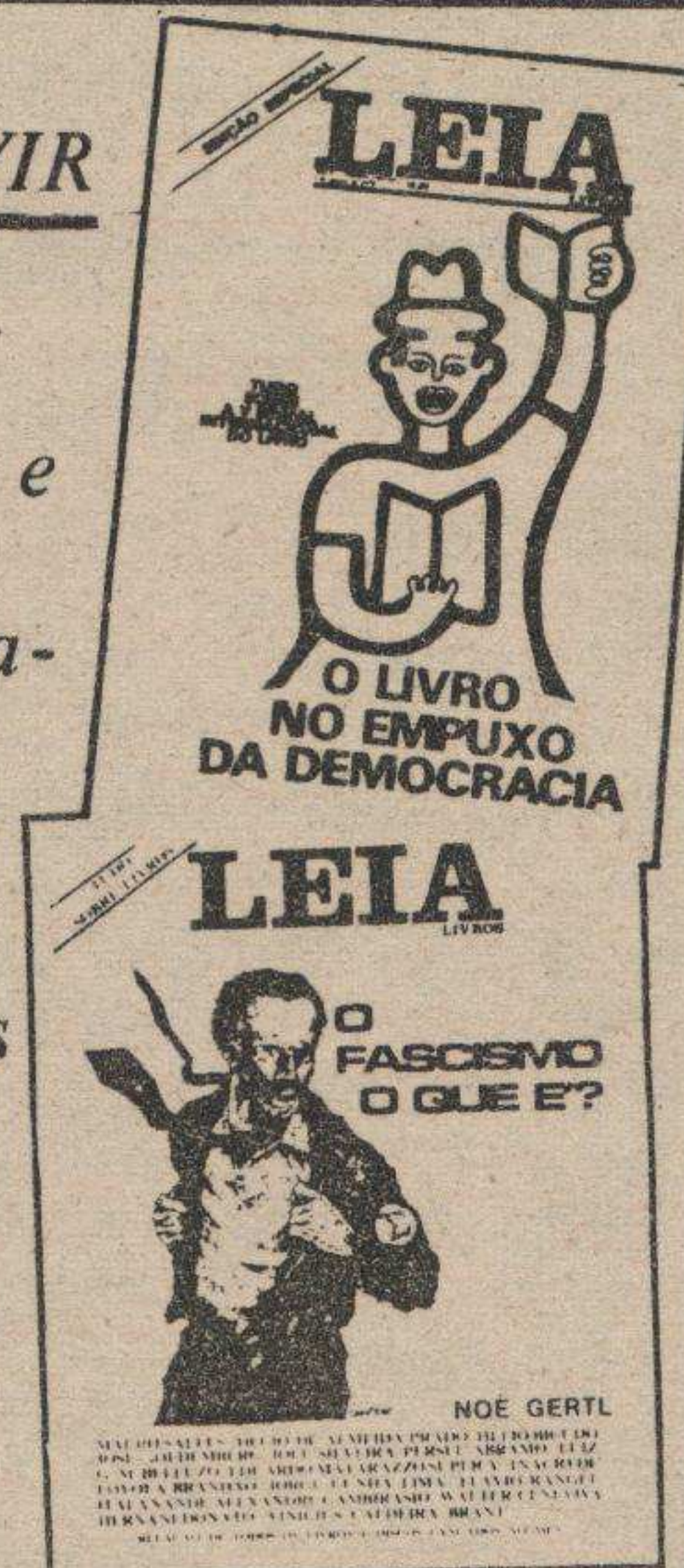


ESCOLHA EM CASA O QUE LER E OUVIR

- Relação completa dos lançamentos e reedições de livros e discos do mês.
- Polêmicas, análises, críticas e indicações.

Todo dia 15, nas boas bancas e livrarias

O melhor serviço de reembolso postal.



JÁ SAIU O Nº 4!

SE VOCÊ AINDA NÃO NOS CONHECE, PEÇA UM EXEMPLAR GRÁTIS

- Desejo receber um exemplar do **Jornal Leia Livros - Grátis**
- Envio cheque no valor de Cr\$ 150,00 em nome da **Editora Leia Livros Ltda.** para assinatura por 12 n.ºs do **Leia Livros**.

Nome:

End:

Cx. Postal: cep;

Cidade:

Est:

Editora **Leia Livros Ltda.**
R. Barão de Itapetininga, 93 - 12º
Caixa Postal - 30.644
CEP 01042 - São Paulo - SP

a vida suja de gás e poeira dos dedos cortados.

Vemos como, pouco a pouco, a consciência do trabalhador, a consciência em si, vai saindo do mundo concreto que o cerca. Ele logo percebe, por trás do **facão**, as leis do mercado de trabalho. Se menos pessoas compram carros, é aparentemente natural que a fábrica automobilística demita operários.

Disso, porém, ao contrário do que esperaria um obreirista, não se segue que os operários vão organizar-se de imediato contra a ameaça de desemprego. Eles estão cercados por um círculo infernal, o círculo de oferta de mão-de-obra ainda abundante no país devido à violenta modernização do campo.

Como organizar-se para defender o emprego, para exigir seguro-desemprego, se lá fora, nos porões da fábrica se debate uma multidão de famintos que só espera um sinal para engrossar as fileiras dos operários?

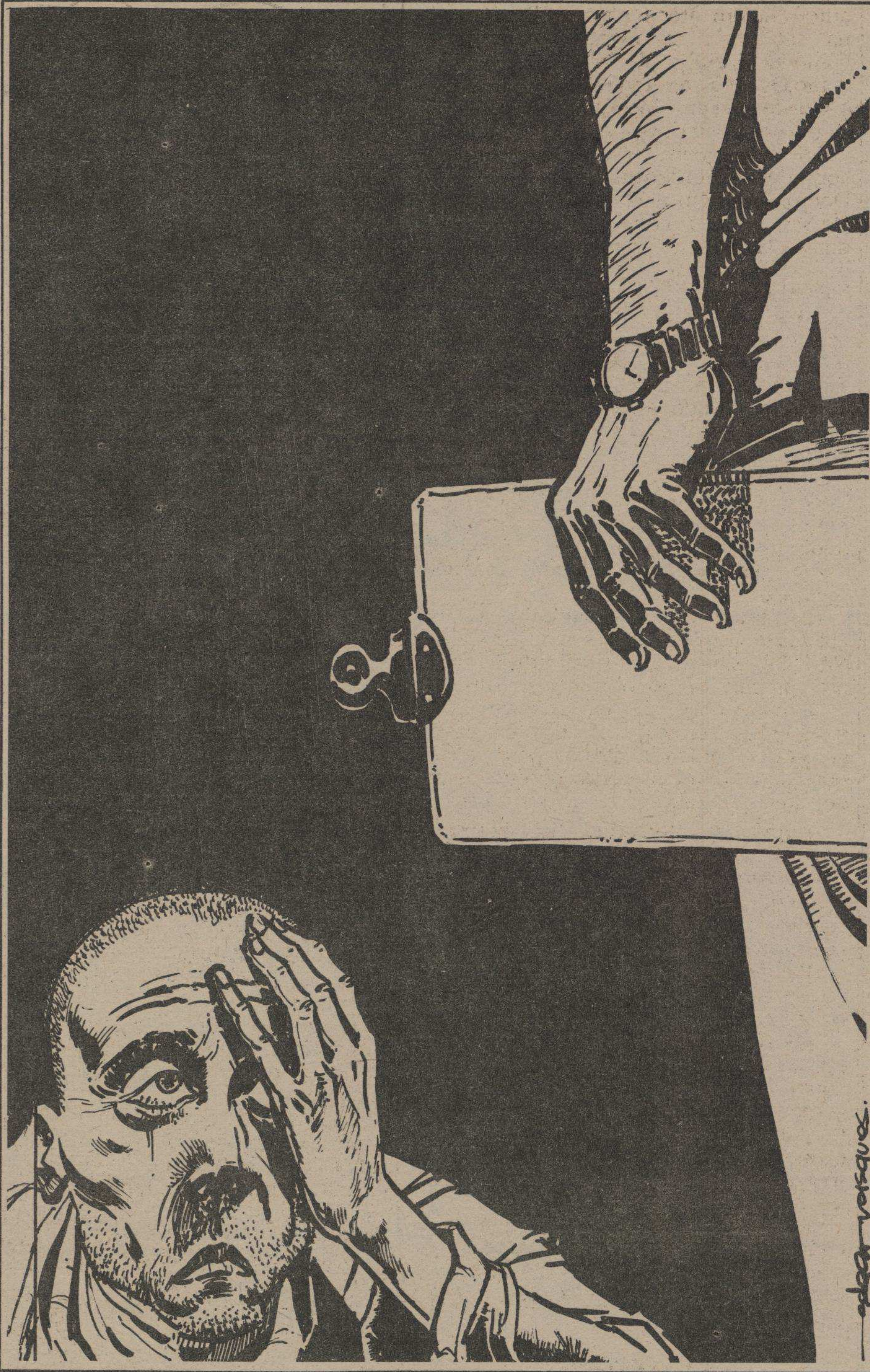
Tais reflexões advêm da leitura dos livros de Jatobá — os anteriores são **Sabor de Química** e **Ciriaco Martins e Outras Histórias**. Este de agora, as **Crônicas da Vida Operária**, chegou a ser finalista do Concurso Casa das Américas, promovido por este órgão de Havana, Cuba. Mas nem só lições nos fornece Jatobá — também o prazer da leitura. A linguagem é viva e ritmada, uma flor que nasce da vida operária.

Uma linguagem que exige respeito e honra: Roniwalter aprendeu com os trabalhadores a honrar o ofício que exerce, no caso o de escritor. A noção de honra dos trabalhadores é intensa e concreta. Por exemplo, vemos como os operários retratados por Jatobá se revoltam não só contra o **facão**, o baixo salário, as más condições de vida de trabalho.

Eles se sentem revoltados também porque são obrigados a produzir automóveis de má qualidade, com a colocação de chapas que qualquer um poderia ver que logo enferrujariam. Assim os operários são obrigados a produzir artigos ruins e se sentem mal porque têm o orgulho de seu trabalho.

Roniwalter Jatobá, filho da classe operária, pode orgulhar-se de seu feito no novo ofício. Tomara que seja lido principalmente por seus personagens.

Renato Pompeu



A CLÍNICA DE FOUCAULT

Moacyr Scliar, médico e escritor, comenta *O Nascimento da Clínica*, livro do filósofo e também médico (psicanalista) Michel Foucault:

A recente greve dos médicos residentes de hospitais colocou novamente em discussão o papel dos médicos na sociedade. E os que acompanharam o assunto de perto puderam ver que a questão é muito complexa, merecendo uma análise cuidadosa, que vá inclusive às raízes históricas do problema: a questão médica não é de hoje.

Por coincidência (coincidência? Ou existirá um substrato comum para estes fatos?) apareceu na mesma época a tradução brasileira de um livro importante: *O Nascimento da Clínica*, de Michel Foucault (Ed. Forence — Universitária, 241 p. Cr\$ 120,00).

No prefácio, declara o autor que seu livro trata do espaço, da linguagem, da morte. Do ato de ver, do olhar.

O olhar é o do médico sobre seu paciente. Mas, é também o olhar de Michel Foucault — e por extensão o nosso — sobre o médico e sobre o paciente. Preparem-se, diz Foucault, vamos assistir a uma cena médica. E vamos vê-la através da linguagem elegante (às vezes um pouco complexa) e do pensamento original deste francês calvo que seguramente está imprimindo sua marca em nossa época através de uma obra que já impressiona pela dimensão e pela diversidade.

★★★

A mais notável das idéias de Foucault é a de que a história não é contínua, mas

que sofre bruscos cortes, mutações — que delimitam campos do conhecimento. Estes devem ser estudados como um arqueólogo estuda as camadas que investiga — daí porque Foucault fala em *arqueologia do saber*.

Um destes cortes ocorreu, na Europa, na metade do século XVII, separando uma *idade mágica* de uma *idade classificatória*. No segundo corte (começo do século XIX), a concepção classificatória da realidade (de Lineu, por exemplo) é substituída pelo enfoque histórico — o de Marx. O terceiro corte (Freud, Nietzsche), ainda não tem características bem definidas.

Os campos epistemológicos, ou discursos — por exemplo, imagens da loucura, teorias pedagógicas, percepções médicas, definições sobre o sexo — são na realidade estruturas de poder, montadas sobre os loucos, as crianças, os doentes, as mulheres. Não há pois uma *classe dominante* propriamente dita, mas sim psiquiatras, professores, clínicos, homens, todos funcionando, num momento dado, como opressores.

Isto fica bem evidente em dois outros livros do filósofo, *Maladie Mentale* e *Psychologie* (traduzido no Brasil: *Doença Mental e Psicologia*, Rio, Tempo Brasileiro, 1975) e *La Naissance de La Folie*. Foucault mostra que, na Idade Média, os loucos eram bem tolerados pela sociedade, que inclusive via na doença mental manifestações divinas. A partir do século XVIII processa-se um corte, e o mundo da loucura torna-se o mundo da exclusão: a burguesia em ascensão não pode tolerar que alguém fique à margem do processo produtivo. O problema da

loucura é então entregue aos médicos, para que estes reincorporem os dementes à produção.

★★★

O Nascimento da Clínica segue um modelo de análise similar. Da história da Medicina, Foucault pinça um momento crítico: a época da Revolução Francesa. Interessa-lhe a intersecção entre poder médico e poder revolucionário. A ascensão da burguesia, com seu cortejo de descobertas científicas, com sua racionalidade, com seu pragmatismo, tem como consequência libertar a medicina de seus mitos.

É preciso não esquecer que a atividade médica tem raízes mágicas e religiosas, substituídas depois por um raciocínio empírico (basicamente, o de Hipócrates), mas sem a conotação de ciência.

Na época descrita por Foucault já existe o microscópio, já se disseca cadáveres (uma atividade até então proibida ou vista com maus olhos), em busca de uma localização orgânica da doença. O médico já não trabalha mais só com sintomas — a febre, a icterícia — ele quer saber em que parte do corpo reside o mal. É este seu olhar para o doente deitado em seu leito — e daí vem a palavra *clínica* (do grego *klinós*, cama).

Ao mesmo tempo, uma série de alterações se processam na sociedade, reforçando a autoridade médica. Surge o registro estatístico dos nascimentos e óbitos. A lei consagra o poder de polícia sanitária, com jurisprudência sobre os tratamentos a serem prescritos e até sobre os livros a serem lidos.

O hospital não mais é visto como um depósito de doente entregues à caridade

de religiosos, mas sim como um instrumento disciplinado e funcional, capaz de reintegrar logo o enfermo ao processo produtivo. O ensino médico foi igualmente institucionalizado, acabando-se assim com os charlatães.

Estas modificações todas, que já vinham do período anterior à Revolução, foram por esta encaradas com ambivalência. Na questão do ensino, por exemplo, pesava o dilema: preparar os futuros doutores através de Faculdades oficiais e correr o risco de formar corpos estanques de saber — ou deixar que a medicina fosse ensinada livremente?

Em relação aos hospitais, a Revolução quer a princípio estatizá-los, depois recua. Claro: no final, predominam os princípios liberais que eram os da burguesia que fez a própria Revolução — servindo-se, naturalmente, do povo. Mas já então, para desgosto dos Ivan Illich, a sociedade estava medicalizada. Não por acaso, evidentemente.

É preciso não esquecer que a medicina trata da morte. Como diz Foucault, ela lembra ao homem a sua finitude, mas ao mesmo tempo consola-o com a promessa de que alguma coisa pode ser feita para manter a vida. Fato fundamental, numa época em que a religião já começava a entrar em declínio. *A saúde, diz Foucault, substitui a salvação.*

★★★

Qual a importância do trabalho de Foucault? Vou me reportar a uma experiência pessoal. Como estudante de medicina, aprendi muita coisa: a medir a pressão arterial, a olhar por um microscópio e identificar bactérias, a fazer uma incisão com o bisturi. Em suma, aprendi o **como**, mas raramente discuti o **quê**, a coisa, a Medicina em si, o significado histórico, político, social da atividade médica. Livros como *O Nascimento da Clínica* trazem à baila esta questão, que interessa a todos; portanto são necessários, ainda que se discorde da orientação filosófica do autor.

★★★

Foucault é uma figura controversa. Clifford Geertz, em artigo publicado no *New York Review of Books* (e aliás traduzido em *Cadernos de Opinião*, nº 2-4) observa que ele é uma espécie de objeto impossível: um historiador não-histórico, um estruturalista anti-estruturalista.

Numa entrevista à revista *L'Arc*, de Paris (um número especial, muito significativamente chamado *La Crise dans la Tête*), Foucault se explica. Resume seu interesse em duas palavras: poder e saber. Afasta de si o rótulo de marxista, ao menos no sentido que tal palavra tem no meio intelectual francês; e o afasta por causa do estalinismo, do Gulag, e pela tendência dos intelectuais marxistas de aderirem ao *establishment* científico (!). Recusa a noção do processo histórico contínuo (neste sentido, ele pensa como Hannah Arendt).

Por outro lado, Foucault diz: *"Não vejo quem possa ser mais anti-estruturalista que eu."* Para ele, a História só é inteligível a partir das lutas, das estratégias, das táticas: *Nem a dialética (como lógica da contradição) nem a semiótica (como estrutura de comunicação) saberiam explicar a inteligibilidade intrínseca das confrontações.* Confrontações essas que ocorrem, segundo Foucault, tanto no capitalismo ocidental como no socialismo soviético.

A data de 1968 (maio, claro) é citada repetidamente pelo filósofo como marco em seu trabalho: a partir de então, afirma, pôde-se fazer uma análise do poder em situações até então consideradas fora do campo político: a prisão, o asilo, o hospital...

Enquanto se colocava a questão do poder subordinada à instância econômica, estes problemas eram considerados de pouca importância. É outro ponto que afasta Foucault do marxismo, e no qual ele está de acordo com Robert Heilbroner, para quem: *"Marx deixou de fixar o componente central da vida política, o poder, no chão elementar... da personalidade humana."*

Resta saber, naturalmente, se este tipo de crítica visa a aumentar a abrangência do marxismo, ou é mais uma observação no estilo dos **novos filósofos do Time**. Foucault parece sério demais para isso. De qualquer modo, vale a pena conhecer seus livros. É, no mínimo, uma leitura estimulante e que convida à reflexão.

Moacyr Scliar

LUIZ FERNANDO

VERÍSSIMO

I PAPABILI

O MAIS COTADO É
GIOVANNI BATISTA FIGUEIRUCCIO

A MAIORIA DO CONCLAVE ESTÁ
COMPROMETIDA A VOTAR NELE

HÁ TAMBÉM
EULERIO BENTES

E, COM MENOS CHANCES
(POIS NÃO É NEM CARDEAL),
MAGARI PINTO

DEVE DAR FIGUEIRUCCIO,
MAS SE HOVER UMA CISÃO NO
CONCLAVE E AS OUTRAS
CANDIDATURAS ESQUENTAREM...

VAI SAIR FUMAGINHA!

